

INSTITUTO SUPERIOR DE CIENCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

ÁREA CIENTÍFICA DE ESTUDOS AFRICANOS

MESTRADO EM ESTUDIOS AFRICANOS

Especialização em Desenvolvimento Social e Económico em

África: Análise e Gestão

**BUBA-QUEBO: CORREDOR DE DESENVOLVIMENTO
NO SUL DA GUINÉ-BISSAU**

Saico Baldé

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em África:

Análise e Gestão

Orientadores:

Professora Doutora Dulce Pimentel

Professor Doutor Eduardo Costa Dias

Março, 2008

RESUMO

O tema deste trabalho está relacionado com as mudanças demográficas, sócio-económicas e ambientais que estão a ocorrer na Guiné-Bissau, em especial, nos sectores de Buba e Quebo (no sul do país).

Estas mudanças fazem-se sentir em todos os domínios da vida comunitária e no ambiente. Têm, contudo, de ser entendidas como uma forma de reacção/adaptação à nova ordem político-económica interna (passagem de uma economia centralizada para uma liberalização sem regras; acompanhadas pela passagem de um sistema de partido único ao multipartidarismo, com grande instabilidade política) e externa por pressão das instituições internacionais.

O objectivo é estudar estas mudanças numa perspectiva de desenvolvimento regional, organização espacial do território através do planeamento e de descentralização administrativa.

Haverá que entender à especificidade e vulnerabilidade dos pequenos territórios, cuja grande maioria da população vive da agricultura de subsistência. Estes espaços têm a sua economia muito exposta, na medida em que quase todos os factores de produção são provenientes do exterior, por isso devem merecer uma atenção especial na elaboração dos programas de desenvolvimento.

Por outras palavras, o desenvolvimento regional aqui defendido, só acontece quando o progresso é levado às pessoas onde elas residem. Porque não podemos continuar a promover o desenvolvimento fazendo as pessoas ir a onde ele acontece, mas sim inverter o processo que leva o desenvolvimento às pessoas onde elas estão. De outro modo, o desenvolvimento deixaria de cumprir com um dos seus objectivos fundamentais, a sustentabilidade, não só económica, mas também ambiental e territorial – a razão de ser do desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento regional, Organização espacial, Mudanças sócio-económicas, Buba-Quebo, Guiné-Bissau.

SUMMARY

This thesis examines demographic, socioeconomic and environmental changes that are taking place in Guinea-Bissau, in particular, in the districts of Buba and Quebo (south of the country).

These changes are profoundly felt in all walks of community life and in the environment. However, the changes have to be understood as an adjustment and reaction to the new internal economic and political order (i.e. transition from a centralized economy into liberalization without rules, accompanied with a shift from one party into multi-party democracy, with high political instability) and external pressures from international institutions.

The objective is to study these changes using a regional development perspective, spatial organization, and administrative decentralization.

There's a need to understand the specificity and vulnerability of small states, where the overwhelming majority rely on subsistence farming for their living. These territories have their economies exposed as all of their production inputs come from abroad. Thus, special attention should be paid when preparing development plans.

In other words, the regional development we defend here only happens when progress is taken to the places where people live. We cannot continue promoting the development that displaces people to where it is happening. Otherwise, development misses one of its key objectives, sustainability, in economic, environmental and spatial terms.

KEY WORDS

Regional development, spatial organization, socioeconomic changes, Buba-Quebo, Guinea-Bissau.

AGRADECIMENTOS

Há um velho ditado Fula que diz: “*numerar os amigos, corre-se o risco de aumentar a lista dos “inimigos”*”. Com isso, os velhos querem prevenir os possíveis atropelos que podemos cometer ao deixar de fora ou colocar o nome de alguém num lugar menos adequado, mas que tenha tido uma importância fundamental.

Tendo esta realidade em mente e a inevitabilidade de começar com alguém, os nossos primeiros agradecimentos são para o Professor Doutor Eduardo Costa Dias, pela sua orientação científica, a crítica edificante, o incentivo e o apoio no desenvolvimento desta tese.

Desejo igualmente reconhecer a Prof. Doutora Dulce Pimentel não só pela prontidão em aceitar co-orientar este trabalho, mas sobretudo, pelo interesse no tema e paciência em acompanhar, duma forma permanente, cada passo do seu andamento. Dedico-a uma palavra de apreço por ter salvado a própria investigação nos momentos mais difíceis, incitando e incentivando, em certos momentos, e nos outros exigindo resultados práticos, sem nunca deixar de dar liberdade de o fazer duma forma independente.

Ao Professor Doutor Ulrich Schiefer, vai minha gratidão pelos seus relevantes comentários e por nos permitir utilizar a sua valiosa biblioteca particular.

Ao Doutor Sirajo Seidi fica a minha amizade pelos, incentivos e apoio que tornou algumas das viagens de investigação de terreno mais proveitosas. A mesma estimação se alarga ao Sr. Amadú Baldé que foi o elo da ligação com o primeiro.

Ao *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa* (INEP) e ao seu Director, Dr. Mamadú Jao, por nos terem fornecido gratuitamente, durante toda a pesquisa de campo, grande número das suas publicações, bem como envio para Lisboa de muitos outros documentos por nós solicitados em diferentes fases, a nossa sincera gratidão.

O nosso reconhecimento vai igualmente para a Dona Alice Espada, pela disponibilidade e forma eficaz de estabelecer pontes entre os alunos e os docentes, aliviando deste modo muitas das nossas angústias.

De igual modo a nossa gratidão é estendida ao Cherno Cali Baldé, pelo seu apoio na realização das entrevistas bem como revisão de alguns textos.

Ao Dr. Samba Tenem, Camará, o meu mais profundo agradecimento, pela amizade demonstrada e ao apoio prestado na realização de algumas entrevistas, como o seu acolhimento no seu gabinete, facilitando deste modo as leituras efectuadas em Bissau.

O nosso reconhecimento também vai para Sr. Herculano Nhaga pela elaboração ou actualização dos mapas utilizado neste trabalho.

À família Embaló, o nosso muito obrigado pela amizade, apoio total em todo o processo e, principalmente na disponibilização de transporte para nos fazer chegar ao destino.

Ao meu primo Aliu Baldé, pelo seu apoio incondicional principalmente na aquisição de passagens bem como outras ajudas indispensáveis para que a viagem se tornasse realidade. Também é verdade que o meu primo Tijane Baldé esteve sempre na primeira linha na prestação de apoios logísticos em Dakar, tornando-a mais agradável.

Finalmente, o nosso muito obrigado vai para todas aquelas pessoas que, duma forma ou outra contribuiriam, directa ou indirectamente para a realização deste trabalho.

ÍNDICE GERAL

Resumo	I
Summary	II
Agradecimentos	III
Índice	V
1. Apresentação.....	1
2. Objectivos.....	5
3. Motivações.....	7
4. Metodologia.....	9
5. Os Sectores de Buba e Quebo: uma região no Sul da Guiné-Bissau.....	11
5.1. Condicionantes geográficas.....	11
5.2. Organização Administrativa.....	14
PARTE I – O desenvolvimento regional conceitos e teorias.....	17
1. Os critérios de definição de região	17
2. Os paradigmas do desenvolvimento regional.	22
3. Outros aspectos de desenvolvimento.....	32
PARTE II – Programas /projectos de desenvolvimento na Guiné-Bissau.....	36
1. Anos 60/70 (século XX)	36
1.1. Planos Regionais.....	38
1.2. Urbanização e ordenamento do território.....	40
1.3. Programas Sectoriais, Construção e Obras Públicas.....	41

1.4. Programas Sociais.....	45
1.4.1. Saúde.....	45
1.4.2. Ensino.....	46
2. Após a independência (1974).	48
PARTE III – As Grandes Mudanças no Sul da Guiné-Bissau.....	53
1. No povoamento	53
2. Na população.....	56
2.1. Balantas.....	65
2.2. Beafadas.....	67
2.3. Fulas.....	69
2.4. As principais alterações ao longo do tempo.....	72
3. Na economia.....	
3.1. Antes da independência.....	75
3.2. Depois da independência.....	78
3.2.1. Período da economia de mercado.....	79
3.2.2. Programa de Ajustamento Estrutural.....	81
4. Na sociedade tradicional.....	86
IV. CONCLUSÃO.....	92
BIBLIOGRAFIA	107
LISTA DE MAPAS	
Mapa 1. Localização da região Buba-Quebo.....	6
Mapa 2. Iconistas dos valores normais de precipitação (1961-1990)	12
Mapa 3. Mapa de sobreposição das isoietas.....	13

Mapa 4. Divisão administrativa.....	15
Mapa 5. Localização das tabancas no Sector de Buba.....	16
Mapa 6. Localização das tabancas no Sector de Quebo.....	17
Mapa 7. Divisão administrativa em 1971.....	20
Mapa 8. Actual divisão Administrativa.....	20
Mapa 9. Pólos de Crescimento (1971)	26
Mapa 10. Limites das marés e área vulnerável a subida do nível do mar.....	40
Mapa 11. Densidade populacional (1991)	58
Mapa 12. Distribuição espacial da população no Sector de Buba, (INEC, 1991).....	63
Mapa 13. Distribuição espacial da população do Sector de Quebo, (INEC, 1991)	64
Mapa 14. Esboço da carta étnica e densidade populacional.....	66
Mapa 15. Parque Natural das Lagoas de Cufada.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Investimentos previstos no quadro PQDES (1983-1986.	52
Quadro 2. População residente nos diferentes anos de recenseamentos.....	57
Quadro 3. Lares segundo o número de esposas, 1961.....	61
Quadro 4. Evolução da produção das principais culturas.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Taxa de variação da população entre os censos.....	59
Figura 2. Estrutura da população da região Buba-Quebo em 1979 e 1991.....	62
Figura 3. Composição das exportações em 1971.....	77
Figura 4. Principais destinos da exportação em 1971.....	77
Figura 5. Composição das exportações em 2003.....	84
Figura 6. Principais destinos da exportação em 2003.....	85

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Antigas instalações de FOLB.....	98
Foto 2. Famílias recém regressadas fixando a sua residência junto de Sintchã Sambil.....	100
Foto 3. Mercado de Buba.....	101
Foto 4. Espaço para o mercado de Quebo (trabalhos iniciados e abandonados em 1986	102
Foto 5. Mercado de Quebo.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS	118
------------------------------------	-----

ANEXOS	120
---------------------	-----

1. Apresentação

O tema deste trabalho está relacionado com as mudanças demográficas, sócio-económicas e ambientais que estão a ocorrer na Guiné-Bissau, e em particular, nos sectores de Buba e Quebo que fazem parte das regiões de Quinara e Tombali, no Sul do país.

Esta região é simultaneamente uma das que registou maior crescimento populacional (cerca de 40% entre 1979 e 1991), tem um índice de desenvolvimento humano superior à média nacional (0,376 e 0,360 para Quinara e Tombali respectivamente, enquanto que a média nacional não ultrapassava os 0,291.1 e “possui uma das manchas de floresta densa melhor preservada” na África Ocidental.

Apesar da falta de infra-estruturas e dificuldades de comunicação, esta região tem-se revelado atractiva para muitos guineenses que migram de outras regiões “onde as condições naturais de produção se deterioraram em consequência da diminuição das chuvas e da degradação dos solos.

As mudanças a que fazemos referência têm, contudo, de ser entendidas num contexto de grande debilidade económica, social e política. Surgem mesmo como uma forma de reacção/adaptação à nova ordem político-económica interna (passagem de uma economia centralizada para uma liberalização sem regras e externa (por pressão das instituições internacionais) com a passagem de um sistema de partido único ao multipartidarismo.

Geralmente, as mudanças significam introdução de novos valores, novas técnicas ou novas culturas. Segundo Isnard (1982) foi isso que aconteceu no Continente Africano a partir do século XVI, com a introdução de plantas das Américas, tendo sido adoptadas e integradas no sistema de cultura e de alimentação sem daí resultar grande perturbação. Neste sentido, o autor chama a atenção para o facto de aquilo a que chamamos de economia não ser senão “um aspecto da realidade social global cujas relações de parentesco constituem uma sociedade tradicional: são estas relações de parentesco que fixam os direitos de utilização do solo, divisão dos trabalhos, partilha das colheitas” (Isnard, 1982:38).

Se como destaca Giddens (2002), o processo de mudança, visto globalmente, pode não ter grande significado, localmente o impacto é de grande alcance. As alterações em termos sociais são bem evidentes e, “em muitas partes do mundo, as mulheres estão a exigir maior autonomia em relação ao passado e a entrar no mundo laboral em grande número, [no caso africano a dedicarem-se cada vez mais às actividades informais]. Estes aspectos da globalização são tão importantes quanto os que afectam os mercados. Contribuem para o *stress* e para as tensões, afectam as maneiras de viver tradicionais e as culturas da maioria

das regiões do mundo”. E conclui dizendo que “a família tradicional está ameaçada, está a mudar, e vai mudar mais” Giddens (2002: 17).

Com efeito, até há bem pouco tempo, as sociedades tradicionais evoluíam lentamente, mas, nos últimos 20 anos, as transformações estão a ocorrer de maneira bastante rápida, num processo de invenção e reinvenção do grupo, da comunidade ou da colectividade que a reivindica (Giddens, 2002: 48-49).

Assim, a tradição muda de funções de acordo com os novos contextos, são introduzidas novas dinâmicas na vida comunitária, e com elas altera-se a própria base das identidades.

Salvo raras excepções, as comunidades tradicionais estão confrontadas com grandes dilemas: “obrigadas” a integrar-se num mundo globalizado, sem ter muita coisa para vender e com fraca capacidade de compra, o comércio local, actividade secundária dos camponeses, limita-se à venda e compra a retalho.

Na Guiné, a introdução dos cajueiros¹ plantas de rápido crescimento e de elevado rendimento, e a comercialização das suas castanhas, veio provocar alterações significativas nas actividades agrícolas na região de Buba-Quebo, como de resto em todo o país. Até há 15 anos a produção agrícola era diversificada, proporcionando auto-suficiência alimentar. A monocultura do caju tem vindo a substituir as culturas locais, principalmente o arroz, que passa a ser importado (cerca de 60 mil toneladas/ano), e contribui para aumentar a dependência externa em termos económicos e alimentares.

O plantio de cajueiro com fins comerciais é recente na Guiné-Bissau, mas as produções e a área cultivada têm tido crescimentos exponenciais desde que “a monocultura de caju foi promovida e incentivada como primeiro produto de exportação agrícola” (PABGB, 1997:5). Para encorajar a produção, o governo instituiu em 1984 um sistema de troca de castanhas de caju por arroz branco importado. O valor de mercado dos seus produtos tem proporcionado rendimentos favoráveis tanto aos produtores como a comerciantes e ao Estado.

Em 2006, a produção de castanha “in natura” foi de cerca de 100 mil toneladas (29 mil em 1995, apenas 200 toneladas em 1978) colocando a Guiné-Bissau no 6.º posto entre os maiores produtores mundiais de castanha de caju. Neste período, a superfície cultivada passou de cerca de 103 mil ha para 165 mil hectares, um aumento de 60% registado à custa da redução das áreas de pousio e áreas de culturas alimentares (MDRA).

¹ Originária do Brasil, o cajueiro é uma planta que se desenvolve muito bem nas regiões tropicais, sobretudo em áreas litorais com temperaturas elevadas e solos bem drenados. As produções são sazonais, mas de elevado rendimento: entre 500 kg e 1300 kg de castanhas de caju por hectare, segundo se trate da espécie comum ou da variedade mais produtiva, a “avião – precoce”. Na Guiné-Bissau o rendimento médio anual é estimado em 970 kg por hectare.

O comércio mundial da castanha de caju é dominado pelos comerciantes indianos. Os governos, como o da Guiné-Bissau, com pouca margem negocial e muitas indefinições políticas, pouca influência podem ter neste negócio, sobretudo na fixação dos preços.

Também o facto de a quase totalidade da produção ser exportada sob a forma de castanha bruto em casca tem-se revelado uma opção economicamente menos vantajosa, tanto para os produtores como para a economia guineense.

A avaliação da ocupação da superfície florestal efectuada pelo SCET – Internacional (1978) e CIRAD – FORESB (1993) revelou que a expansão de caju se observa em toda a área costeira, mas é mais significativa no norte (Cacheu, principalmente, em Oio) e logo depois em Quinara (PABGB, 1997:21). Por isso, importa saber qual a estratégia adoptada pela comunidade para valorizar as suas produções, reduzindo a dependência dos poderosos comerciantes indianos.

Se a substituição de culturas é em parte positiva, sobretudo no que diz respeito à diminuição da carga de trabalho despendido habitualmente pelas mulheres na limpeza e preparação dos campos de arroz (bolanhas), revelar-se dramática nos anos de má campanha, quando o rendimento é insuficiente para comprar arroz, que continua a ser a base da alimentação (o consumo anual de arroz é de cerca de 120 kg por habitante, um dos mais elevados do mundo).

A entrada do país na zona da UEMOA (União Económica e Monetária Oeste-Africana, em 1997)² permitiu alargar o mercado de troca dos produtos e superar as barreiras da convertibilidade da antiga moeda – o peso, que gerava grandes problemas de inflação. Mas, por outro lado, os pequenos comerciantes locais com fracos recursos viram os seus constrangimentos aumentados com a concorrência de comerciantes vindos dos países vizinhos. Na região de Buba-Quebo, esta situação faz-se sentir de modo particular já que Quebo dista apenas 7 km da fronteira com a Guiné-Conakry.

Segundo Jacques Adda (1997), citando Ricardo, “desde que sejam definidas as condições nas quais as trocas internacionais são efectuadas, elas são vantajosas para todos os participantes”, mas salienta que esta vantagem depende muito da elasticidade do preço e da procura nos dois países. Ora para a Guiné-Bissau as relações de troca não são positivas, na medida em que depende da importação de um produto essencial, o arroz, o que faz aumentar

² Espaço económico que agrega 8 países da África Ocidental – Benim, Burquina Faso, Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, com cerca de 72 milhões de habitantes, dispendo de uma moeda única – o Franco CFA que tem paridade com euro (1000 FCA = 1,54 euros).

o déficit da balança de pagamentos (em 2001, 74% do PIB foi destinado à importação de bens e serviços).

O processo de introdução do caju na Guiné-Bissau, ironicamente, assemelha-se muito ao que sucedeu na Índia durante o século XIX, no espaço de uma década (1820 -1830), passou de exportador de têxteis a importador, devido ao desenvolvimento de culturas de exportação (chá, café, etc.). A mudança da estrutura produtiva provocou a destruição dos equilíbrios económicos e sociais, originando “o retrocesso das culturas de subsistência e o recrudescimento das fomes na segunda metade do século XIX” (Adda, 1997:82).

No domínio ambiental, estas alterações têm consequências contraditórias. Por um lado, estão a provocar a substituição da floresta nativa diversificada e de crescimento lento e a recuperação das clareiras abertas para a prática agrícola, por outro, têm aumentado a consciência das populações na prevenção dos fogos, aspecto até há pouco tempo muito negligenciado.

Tal como aconteceu na região do Sahel que sofria de sucessivas secas, a pressão sobre o solo na Guiné-Bissau foi fortemente agravada no período colonial com a exploração intensiva dos recursos florestais e a monocultura da *mancara* (amendoim). Esta última teve grandes repercussões na degradação dos solos na região de Quinara. Como destaca Isnard (1982), a economia monetária incitou os camponeses africanos a reduzir os pousios para aumentar a produção das culturas de exportação em detrimento das culturas tradicionais, rompendo deste modo, o frágil equilíbrio ecológico que transformou a crise em desastre (Isnard, 1982:38).

As recentes alterações no coberto vegetal resultantes em larga medida da expansão das plantações de caju, podem, se não devidamente acauteladas, trazer problemas idênticos para a conservação da biodiversidade e revelar-se um “mau negócio” para a Guiné-Bissau.

A par desta mudança, a construção de novas vias veio provocar uma alteração no povoamento da região. As populações, que anteriormente viviam em povoações concentradas, onde cada família se constituía em torno de um chefe - o guia e factor fundamental de coesão e solidariedade da comunidade -, têm vindo a deslocar-se para as cidades, procurando fixar-se junto das novas vias. O aparecimento de novos núcleos populacionais com alterações na forma de construção das habitações potencia e é ao mesmo tempo revelador da quebra de solidariedade e coesão comunitária.

2. Objectivos

Neste trabalho a discussão sobre o desenvolvimento regional tem como objectivo abordar as dimensões demográficas, socioculturais, económicas, infra-estruturais e ambientais do povoamento, sobretudo por ter mudado o uso da terra e as inevitáveis consequências na sua sustentabilidade; a dimensão sociocultural – aqui pretende-se avaliar a evolução do modo e qualidade da vida das populações, por um lado, e por outro, tentar compreender as mudanças nas relações dentro de cada um dos principais grupos étnicos que compõem o xadrez étnico – religioso e o respeito às diferenças culturais; e, finalmente, a dimensão económica em que se propõe tentar compreender o modo de produção e as mudanças das próprias culturas verificadas nas últimas décadas. Tudo isso numa perspectiva territorial do local e regional (talvez micro regional seria o termo mais adequado, dada a dimensão do espaço em estudo, cerca de 1704,6 km²), mas também inserido no contexto nacional e supra-regional (África Ocidental).

Os Estados africanos nascidos da descolonização europeia, salvo raras excepções, mantiveram e, em certos casos, intensificaram o seu carácter centralizador. No caso da Guiné-Bissau, que conquistou a sua independência política em 1974 depois duma longa e dramática luta armada, este foi, porventura, mais sentido. Tratava-se, antes de mais, da consolidação do poder recém-conquistado pelo partido que mobilizou as populações, organizou a luta e conquistou a independência.

Deste modo, todos os aspectos da vida económica, política, mas também social, acabam por reflectir esta lógica. Os poucos programas e projectos de desenvolvimento desenhados nos últimos anos são de grande dimensão, impostos de cima para baixo, sem ter em conta a lógica do funcionamento local e regional, nem as aspirações das populações, o que em certo ponto, diminuiu as potencialidades destes projectos.

Todo o projecto de desenvolvimento regional desencadeia um processo de construção ou apropriação no território, o que implica necessariamente uma nova abordagem do espaço – o ordenamento territorial –, entendido como sendo “ocupação e uso do espaço físico, através das políticas racionais, respeitando os interesses e valores económicos, sociais, culturais e ambientais de uma sociedade organizada em comunidades locais e regionais e integrados num mundo global” (Dallabrida, 2003).

A racionalidade do processo de decisão pode ser implícita ou explícita porque, como refere Simões Lopes (2001), “toda e qualquer localização é objecto de um processo de decisão mais ou menos explicitado que umas vezes pretende maximizar um valor, um rendimento ou uma

na fronteira do Sector de Forreá com o Boé, a Leste, passando pela zona de transição, a mais extensa desta região.

A coexistência num espaço de dimensão tão reduzida de numerosos grupos étnicos, apesar do predomínio de três deles - Balantas, Beafadas e Fulas - é outro factor de grande significado.

Em termos genéricos, este trabalho pretende contribuir para o debate científico sobre o desenvolvimento regional num pequeno país africano, com carências de vária ordem e que tem passado por períodos de grande instabilidade política e social.

Uma das preocupações será explicar qual a relevância dos diversos Planos/projectos para o desenvolvimento deste território e como estes tiveram, ou não, em consideração as aspirações das populações locais. Mas também procurar identificar as principais potencialidades e limitações no actual processo de mudanças nas relações sociais a partir de mudanças nas culturas agrícolas e qual o impacto dessas mudanças na economia familiar.

Em termos ambientais, procuraremos identificar as abordagens e técnicas que as autoridades, em diferentes níveis (central, regional ou sectorial), utilizam para minimizar o impacto da introdução do caju no território.

E, finalmente, é nossa intenção avaliar a contribuição prestada pelas diferentes Organizações Não Governamentais que desenvolvem as suas actividades nos Sectores de Buba e Quebo.

3. Motivações

Apesar de sermos naturais de Forreá, a nossa relação com este espaço pode ser caracterizada como a de *um hóspede em casa*, uma expressão que pedimos emprestada a Bubacar “Fafádje” Djaló, um dos muitos velhos que tivemos a oportunidade de entrevistar durante a nossa pesquisa. Esta expressão veio a propósito da nossa ausência quase permanente elucidando: “quando nos ausentamos muito da nossa casa, aldeia ou região, tornamo-nos num hóspede que pouco ou nada conhece da sua própria realidade”. Este é realmente o nosso caso. Nas últimas três décadas e meia, a nossa permanência em Forreá raramente ultrapassou dois anos seguidos, e houve uma ausência contínua de pelo menos catorze anos repartidos entre Portugal, principalmente Lisboa, e Roterdão, na Holanda.

A cada regresso a casa havia sempre muitas mudanças a constatar e foi certamente o longo afastamento da Guiné-Bissau e as surpresas que as mudanças nos causaram, a razão que nos levou a uma reflexão mais atenta que esperamos realizar neste trabalho.

As mudanças, talvez as que mais nos tocaram, começaram desde logo em nossa própria casa. Primeiro, porque quando partimos havíamos deixado um pai forte, exigente e quase

autoritário bem à moda dos velhos patriarcas africanos, em torno de quem girava toda a vida familiar. A sua autoridade mantinha a unidade familiar (tios, tias, filhos, sobrinhos e sobrinhas – uma verdadeira *morança*), com uma produção comum e hierarquia bem definida. Deste modo, a distribuição era também assegurada por esta disciplina hierarquizada, mas com um grande sentido de solidariedade.

Em segundo lugar, havia um trabalho árduo tanto para homens, geralmente dominado pela procura constante do alimento nos campos, quanto para as mulheres, a quem eram entregues produtos em forma bruta que era necessário confeccionar para alimentar a família.

Em terceiro lugar, tanto na minha aldeia como no conjunto das aldeias desta área, existia um verdadeiro sentido de comunidade, em que cada um dos seus membros encontrava uma protecção solidária, sem distinção de quem tinha bens ou não.

O que viemos a encontrar foi uma realidade bem diferente, o que provocou em nós algumas inquietações e muitas perguntas. A nível familiar, o velho patriarca, factor da coesão familiar, tinha-se transformado numa figura isolada, sem influência nas decisões e praticamente dependente dos filhos.

A introdução de novos produtos, algumas máquinas de descasque quer do milho quer do arroz, reduziu consideravelmente o penoso trabalho feminino, o que permitiu às mulheres ganhar tempo extra, que muitas senhoras aproveitaram para criar pequenos negócios e, desta forma, aumentar o rendimento familiar. Talvez umas das poucas mudanças positivas, como iremos ver ao longo do texto.

Ao nível da comunidade, a introdução destes novos produtos, na sua maioria destinados à comercialização, provocou uma maior competição para a obtenção de lucro e consequentemente a quebra da solidariedade.

O enfraquecimento dos laços familiares e de entreaajuda na comunidade está bem expresso numa cena que presenciamos: recentemente uma família - pai, filho e sogro - trabalhava sozinha na cobertura de uma casa enorme, coisa inimaginável há 15 ou 20 anos, quando era tarefa de toda a comunidade. Deste modo, “os princípios de solidariedade familiar, que fazem a força, são minados pela fragmentação do grupo” (Claval, 1987: 460).

Muitos outros aspectos da vida familiar e comunitária poderiam ser invocados para ilustrar as nossas inquietações. No entanto, estas talvez possam servir de amostra às principais mudanças que começaram por provocar em nós, uma série interrogações e acabaram por constituir a principal motivação para nos lançarmos na procura de algumas respostas.

4. Metodologia

Este trabalho incide sobre o modo como o desenvolvimento regional pode e deve contribuir para a coesão nacional dum país como a Guiné-Bissau, com fraca capacidade institucional e que atravessa dificuldades em vários domínios. Estas dificuldades são ampliadas pela má gestão dos poucos recursos materiais onde ainda tudo é prioritário e, por outro, dada a complexidade do mosaico étnico com valores e crenças diferentes, cujas prioridades nem sempre são compatíveis.

Sabe-se que “os processos de desenvolvimento têm-se caracterizado por uma abordagem predominantemente económica, em que a lógica capitalista impõe-se sobre as demandas sociais, gerando desequilíbrio e desigualdades crescentes [quer entre as populações, quer em termos regionais]. Já as propostas socialistas, embora com nobres intenções, têm-se mostrado pouco capazes de sair do plano teórico, aparecendo mais como exercícios filosóficos que, muitas vezes, beiram o sobrenatural” (Oliveira e Wittmann, 2003: 288).

Obrigados a viver entre estas duas realidades estranhas à realidade da sua gente, os países africanos nascidos da independência e sobretudo as suas sociedades rurais e tradicionais, viram-se muitas vezes em situações contraditórias e sem rumo certo. Fazer um estudo sobre o desenvolvimento regional neste contexto, não se afigurava tarefa fácil tendo sido proposta a seguinte estrutura de trabalho:

- Uma parte introdutória com três pontos: um enquadramento da problemática segue-se a apresentação dos objectivos e as principais motivações; no terceiro ponto são enunciadas as principais questões metodológicas.
- A parte I, onde se pretende enquadrar teoricamente as questões sobre o desenvolvimento regional à luz do actual debate científico, está também subdividido em três pontos. No primeiro, procura-se apresentar os critérios de definição da região, em seguida os paradigmas do desenvolvimento e no último ponto são apresentadas outras abordagens sobre o desenvolvimento;
- A parte II é dedicada à análise dos diferentes programas e projectos de desenvolvimento que directamente afectaram a região de Buba-Quebo ou que, pela sua natureza e importância, poderiam contribuir para o seu desenvolvimento. Esta parte está subdividida em dois pontos: no primeiro são analisados os programas desenhados nos anos 60 e 70 do século XX, no período anterior à independência, embora muitas vezes tenha sido necessário recuar vários anos, sempre que a análise o

justificasse. O segundo ponto refere-se aos projectos e programas de desenvolvimento elaborados depois da independência do país em 1974;

- As grandes transformações no povoamento, na população, na economia e na sociedade ocorridas nas últimas décadas na região de Buba-Quebo ocupam a parte III do trabalho;
- Finalmente, são apresentadas as principais conclusões deste estudo.

Como é prática em trabalhos científicos desta natureza, esta dissertação começou com um período dedicado à leitura de uma extensa bibliografia seleccionada sobre o tema do desenvolvimento regional. Seguiu-se uma viagem exploratória à Guiné-Bissau, em particular à região em estudo, que permitiu obter uma ideia mais concreta do que se pretendia estudar e recolher elementos disponíveis para melhor formulação do projecto de investigação.

Nesta primeira viagem foi privilegiada a observação no terreno e contacto com as pessoas, participando em várias reuniões e organizações científicas, o que se veio revelar determinante para o andamento dos trabalhos. Há que dar razão a Raul Iturra (2003) que afirma ser necessário ir ao terreno participar “na estrutura da cultura que estuda como uma maneira de a apreender para elaborar o documento (...)” (2003: 157). Esta forma de actuação causava alguma estranheza, pois, sendo filho da terra, a nossa presença era familiar para muitos, mas ao mesmo tempo relativamente distante para tantos outros, dada a prolongada ausência e, principalmente, por termos uma forma de abordagem pouco habitual para a maioria da população.

Apresentado o projecto, continuamos a realizar leituras especializadas e mais duas viagens em 2006 e 2007, por imposição da própria investigação, mas também porque a viagem de 2005 (entre Outubro de 2005 e Janeiro de 2006), se revelou um fracasso em vários aspectos, uma vez que coincidiu com mais uma grave crise político-militar.

Durante o tempo de permanência na Guiné-Bissau foram realizados diversos levantamentos de informação, quer quantitativa, quer qualitativa, através de entrevistas (raramente bem sucedidas, o que justifica a ausência da referência ao guião de entrevista) e conversas informais que se revelaram mais adequadas à população em estudo. Desta forma, foi possível diminuir o constrangimento da presença de equipamentos tais como gravadores, blocos de notas, etc., de que geralmente os investigadores se fazem acompanhar, “elementos estes estranhos aos exercícios “normais” de transmissão de saberes, nas tradições culturais locais e não só” (Milando, 2007: 22).

5. Os Sectores de Buba e Quebo: uma região no Sul da Guiné-Bissau

5.1. Condicionantes geográficas

A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental atlântico que se situa entre o Senegal a Norte e a Guiné Conakry a Leste e a Sul. O seu território localiza-se entre os paralelos 12° 20' e 10° 59' de latitude Norte e entre os meridianos 13° 38' e 16° 43' de longitude Oeste. Com uma superfície de cerca de 36.125 km² “dos quais só 28.000 km² está permanentemente emersos” (Soeiro de Brito, 1997).

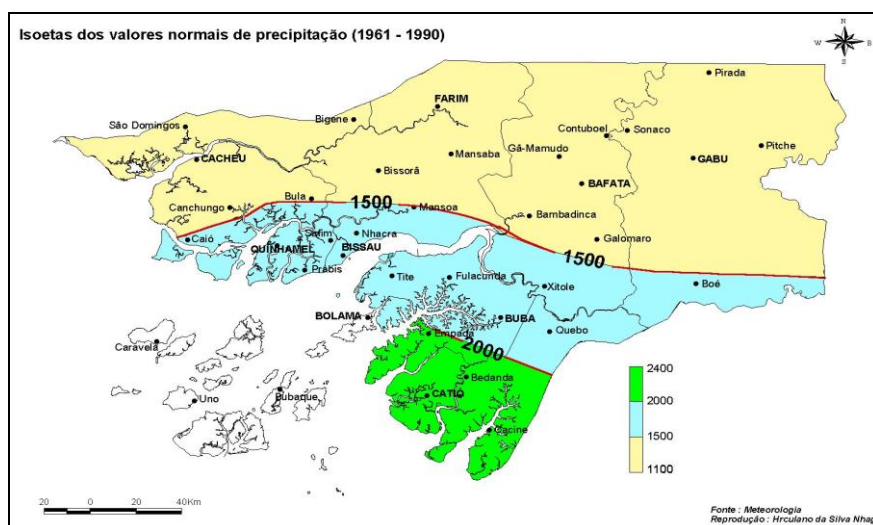
O país apresenta uma divisão territorial em duas partes: uma continental e outra insular – o arquipélago de Bijagós³. A parte continental, por sua vez pode ser subdividida em três zonas naturais: uma zona litoral baixa, muito recortada por numerosos rios, sendo os principais de Norte para Sul, os rios de Cacheu, Mansoa, Geba, Corubal e rio Grande de Buba; ao centro está a chamada zona de transição caracterizada por relevo ligeiramente ondulado e com predomínio de planícies, que são atravessadas por importantes rios; nas regiões de Leste os planaltos dominam a paisagem, atingindo a cota máxima de aproximadamente 300 m de altitude na zona das colinas de Boé, um prolongamento do maciço montanhoso de Futa Djalon.

Esta divisão associada às baixas latitudes condiciona de forma significativa os outros elementos do clima, notória na existência de duas estações: uma chuvosa (de Junho a Outubro) e outra seca, mas também na vegetação, solos e a pluviosidade.

Dada a reduzida variabilidade da temperatura, as estações são definidas pela diferença de pluviosidade. Na estação seca, a precipitação está praticamente ausente, enquanto na estação chuvosa, ela é abundante, podendo atingir valores médios anuais acima dos 2000 mm.

Ao comparar as precipitações actuais com os registos de 1960, podemos concluir que existe uma clara diminuição dos quantitativos. No ano de 1960 toda a região de Buba-Quebo se situava entre as isoietas de 2500 e 2000 mm, diminuindo a pluviosidade de Sul para Norte (Mapa 2).

³ O Arquipélago ocupa uma área de 10.000 km² e é formado por 40 ilhas e ilhéus, mas apenas cerca de metade são habitáveis. Foi declarado “Reserva da Biosfera” pela UNESCO em 1996.



Mapa 2. Isoietas dos valores normais de precipitação (1961-1990)

Nas últimas três décadas, a temperatura do ar registada na estação de observação de Buba apresentou pequenas oscilações, variando entre 24,9°C e 25,9°C, valores registados nos anos de 2001 e entre 1997 e 1999.

As temperaturas mínimas médias no mesmo período variaram entre 17,8°C em 1999 e os 21,7°C registada no ano seguinte; enquanto as máximas médias variaram entre 33,1°C em 2002 e 31,6°C registada em 1998.

Na zona costeira predomina a floresta mais densa a Sul, os mangais nas margens dos rios e dos palmares, seguida de savana arbórea, por vezes alternando com florestas tropicais na zona de transição; enquanto na zona dos planaltos e no extremo Norte, a vegetação é, na sua maioria, de savana de estepe (Costa e Resende, 1994:79).

No quinquénio de 1960/64 a média das precipitações ultrapassava os 2013 mm, atingindo o seu máximo no quinquénio de 1970/74 quando se registou 2052 mm em Buba. De então para cá, a tendência não foi linear, apesar de não se terem voltado a registar valores acima de 2000mm. O quinquénio de 1980/84 registou mesmo os mais baixos níveis de precipitação, não indo além de 1514 mm, o valor mais reduzido desde 1960. Actualmente, as médias anuais rondam os 1600-1610 mm (INEC, 2005).

5.2. A organização administrativa

A actual organização política – administrativa resultou da Lei n.º 4/97, de 2 de Dezembro que divide o país em 8 regiões administrativas (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali) e um sector autónomo - Bissau, a Capital, que para todos os efeitos é considerada uma região administrativa. As regiões dividem-se em sectores e estes em secções que agrupam várias *tabancas* (aldeias)⁴.

Esta Lei, nomeadamente no seu Artigo 12.º, números 1 e 2, respectivamente estabelece que: “em cada região haverá um governador representante máximo do governo”, sendo o Governador de Região “nomeado e exonerado pelo governo, sob proposta do Ministro da tutela”. O mesmo diploma no seu Artigo 27.º define os administradores dos sectores como representantes máximos do governo nos sectores, também eles nomeados pelo Ministro da tutela, sob proposta dos governadores (Boletim Oficial, 48, de 2 de Dez. 1997), o que raramente acontece.

Como se pode concluir que não existe nenhuma estrutura administrativa democraticamente eleita quer ao nível provincial, regional ou sectorial, apesar da criação das autarquias locais e da realização de eleições estar prevista na Constituição desde 1991. Foi nesta altura que o país se abriu ao multipartidarismo, o que levou à realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais com a participação da oposição em 1994.

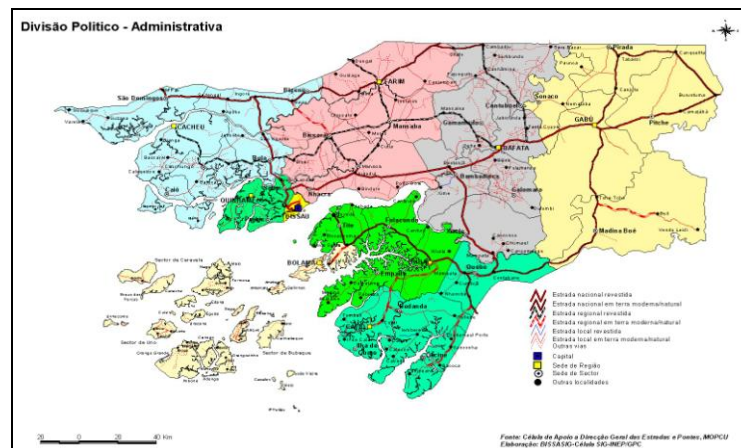
Ainda sobre a criação e extinção de autarquias locais, de acordo com a alínea a) do Artigo 87.º da Constituição da República, reiterada pela Lei n.º 5/97, cabe à Assembleia Nacional Popular (o parlamento) legislar sobre a criação e extinção de autarquias locais, e também fixar os respectivos limites territoriais, como ainda sobre a designação e determinação de categorias das povoações.

Pode-se afirmar que, nenhum dos partidos políticos, principalmente os dois maiores PAIGC e PRS, que têm alternado no poder desde as primeiras eleições legislativas (quer sozinhos, quer coligados com outras forças, quer ainda através dos ditos “governos de base alargada” ou de unidade Nacional), mostraram vontade política para cumprir a legislação.

Aliás, esta manifesta falta de coragem ou vontade política ficou clara quando em 1996 foi aprovada através do Decreto-Lei n.º 4/96 de 9 de Dezembro, a proposta de criar apenas 8 municípios – as capitais das regiões, em vez das actuais 38 capitais de sector. A justificação dada (existência de rede viária urbana hierarquizada, rede de abastecimento de água potável, mais de 60% do território urbanizado, cemitério, mercado, matadouro e talho, saneamento

⁴ Em 1991, data do último recenseamento da população, existiam na Guiné-Bissau, 38 sectores, 103 secções e cerca de 5000 *tabancas* (INEC).

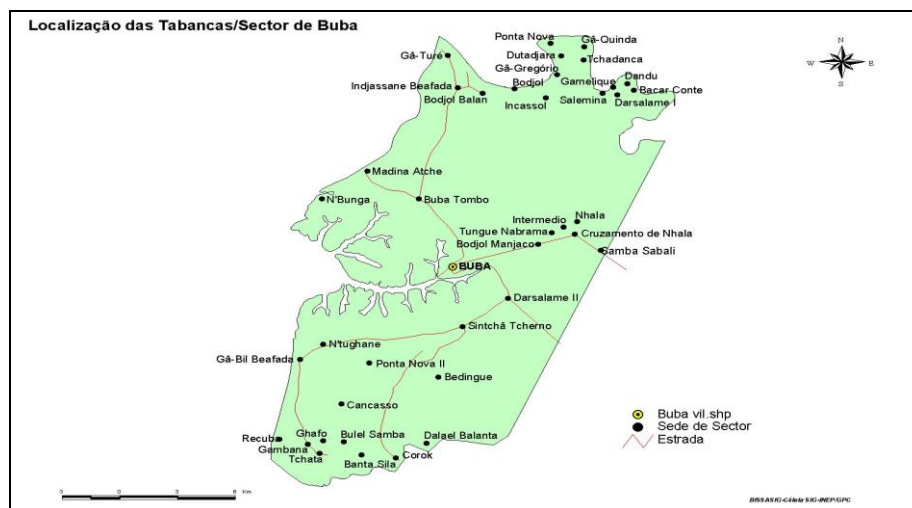
básico, rede de esgotos, etc.) não poderia ser mais absurda, pois, levada à letra, nem Bissau, a capital reuniria tais condições.



Mapa4. Divisão administrativa da Guiné-Bissau, 2008

A região de Buba-Quebo corresponde de facto aos sectores administrativos de Buba, sede do sector com o mesmo nome e capital regional de Quinara; e ao sector de Quebo que é também a sede do sector. Este pertence à região administrativa de Tombali, que conjuntamente com a região de Bolama – Bijagós e Quinara formam a província do Sul. Os dois sectores ocupam uma superfície de 1704,6 km², já que Buba detém 744,2 km² e Quebo 960,4 km². Ambos os sectores estão limitados a Norte pelo rio Corubal e a Sul pelo rio Cumbidjã; a Leste, Quebo faz fronteira com os sectores de Boé e Gabú e com a República da Guiné Conakry, enquanto Buba está limitado a Oeste pelos sectores de Empada e de Fulacunda.

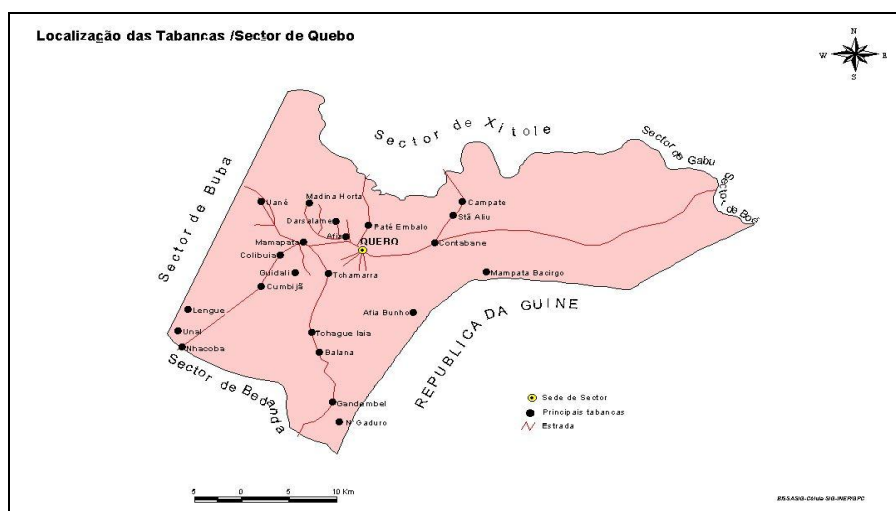
Em termos administrativos os sectores estão divididos em secções: o sector de Buba está dividido em 6 secções (Bacar Conte, Banta, Buba, N'jdassane, N'tughã e Nhala), com 9838 habitantes, repartidos em 43 tabancas; enquanto Quebo está dividido em 7 secções (Balana Ponte, Cumbidjã, Cuntabane, Mampatá, Nhacuba, Quebo e Saltinho), com uma população de um pouco mais de 10.000 habitantes, a viver em 32 tabancas, segundo os dados do último censo de 1991.



Mapa 5. Localização das tabancas no Sector de Buba

Historicamente o sector de Quebo pertencia ao posto administrativo de Buba que fazia parte da circunscrição administrativa de Fulacunda. A separação de Quebo de Buba no período colonial deveu-se a razões de operacionalidade motivada pela guerra, enquanto a anexação deste sector à região de Tombali foi apenas por motivos políticos. Alguns observadores acreditam que este facto foi influenciado, se não determinado por Quemo Mané, um dos mais influentes dirigentes do PAIGC na altura da independência, e que durante muitos anos foi Presidente de Comité de Estado da Região de Quinara (cargo actualmente designado por governador de região). Na base desta decisão estaria o desejo de reconstruir e unir grande parte das terras Beafadas ora conquistadas pelos Fulas. Esta separação, acrescentam os observadores, permitiria reduzir a influência dos Fulas pelo menos na parte ocidental do que é o regulado de Forreá.

Há, no entanto, opiniões diferentes que garantem que Quemo Mané tudo fez para manter o sector de Quebo na região de Quinara, para onde queria, aliás, transferir a sede regional. Esta decisão levou a que tenha travado uma grande “luta” com o então presidente da região de Tombali, Vasco Salvador Correia. Um dos seus colaboradores, revelou que *“foi a influência do El-Hadje Secuna Djaló, filho do Haruna Rachid e seu sucessor como líder religioso que fez a balança pesar a favor de Tombali e do seu Presidente, Vasco Salvador Correia”*. Não foi possível confirmar esta tese junto de pessoas próximas do líder religioso, contudo, muitas opiniões convergem ao defender que esta proposta seria melhor para as populações do sector de Quebo naquela conjuntura concreta.



Mapa 6. Localização das tabancas no Sector de Quebo

PARTE I – DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONCEITOS E TEORIAS

1. Os critérios de definição de região

Segundo o dicionário de Geografia (Baud et al., 1999) “o termo “região” é um dos mais utilizados pelos geógrafos, mas a generalização do seu uso conferiu-lhe alguma indefinição e controvérsia. Tradicionalmente os geógrafos consideram a região como uma entidade espacial de escala média, entre o nível nacional (ou continental) e o local.

Com origem no latim *régio* (dominação), o uso do termo “região” remonta ao tempo dos romanos.

Para autores como, Brunet et al (1992), Lopes (2001) ou Lacoste (2005), a região está associada à geopolítica e à divisão administrativa e do poder. Este último chama a atenção de que a região “não se confunde com o Estado, pois ela é muitas vezes considerada uma subdivisão territorial de nível intermédio, facto que os geógrafos académicos ignoraram durante muito tempo” (Lacoste, 2005: 335). Orlando Ribeiro (1987) define região, no sentido corrente, como “uma porção de território que tem de comum certa unidade de aspecto ou de posição relativamente a um centro bem definido” Ribeiro (1987,43).

Baud et al (1999) chama a atenção para o facto de o termo muitas vezes ser usado para designar aspectos diferentes do mesmo espaço. As regiões agrícolas demarcadas ou de turismo, por exemplo, são unidades territoriais que pertencem a unidades administrativas maiores, distritos, ou juntando várias parcelas, os municípios; enquanto para os militares, as regiões têm outra dimensão e significado.

Os mesmos autores consideram que existem quatro tipos de regiões: as **regiões-paisagem** – caracterizadas pela “enorme homogeneidade de paisagem, devido a uma actividade humana quase exclusiva ou devido a um elemento natural muito sentido pelos seus habitantes”, como são as regiões naturais.

As regiões urbanas – apesar de poderem ser também regiões-paisagem, caracterizam-se por ter tamanho inferior a uma “megalópole, e não são polarizadas por um centro dominante (...)”.

As regiões históricas – que “podem apresentar paisagens muito diversas e a sua unidade resulta de uma história comum”, ao criar um sentimento de pertença dos seus habitantes à mesma região ou até ao mesmo povo. Este sentimento, segundo estes autores, está na origem de muitas reivindicações de carácter regionalista ou independentista, “podendo estas regiões ter ou não um centro, uma cidade, a antiga capital, que polariza o espaço”. Por outro lado, as **regiões polarizadas** – definem-se pela existência de um pólo que organiza e atrai todos os outros centros. Apresentam como principais características a “ complementaridade, interdependência e hierarquização”. Neste caso, “os limites regionais nem sempre são nítidos, diminuindo a atracção da cidade com a distância”. Este tipo de região apresenta dimensões muito variáveis, desde aquela cuja influência é meramente local, até aquela que pode dominar uma grande parte ou totalidade de um país, (Baud et al, 1997:315).

Outros autores como Bassan e Siedenberg (2003), preferem apresentar três tipos de regiões – **a região apoiada em aspectos da natureza, a região como paisagem cultural e a região como criação**. Assim, **a região natural** “é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como o clima, a vegetação e o relevo”. A região entendida como uma **paisagem cultural** seria, em contraponto com a primeira, definida “como um processo de transformação da paisagem natural para cultural”. E, na terceira concepção de região como uma **criação intelectual**, é entendida fundamentalmente como uma criação para atender os propósitos visados, ou seja, ela pode “identificar uma região climática, região industrial, região nodal, isto de acordo com os propósitos de cada pesquisador” (Bassan e Siedenberg, 2003: 140).

Uma e outra abordagem têm como objectivo principal realçar o papel que o espaço desempenha na vida das pessoas e das suas actividades. Como afirma Lopes (2005: 35), a

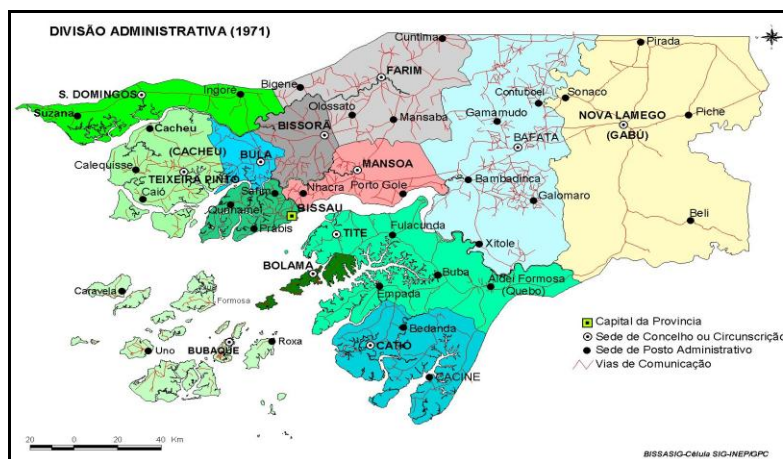
organização deste espaço não deve ser negligenciada nem tomada por acaso. Ele deve ser organizado – ordenado e planejado para que a acção dos homens seja mais equilibrada e eficiente.

No entanto, existem grandes obstáculos no processo de planeamento regional – principalmente num país como a Guiné-Bissau. Desde logo destacam-se três aspectos fundamentais: o grau da integração, natureza e técnicas utilizadas e delimitação da região abrangida pelo plano. É consensual entre os técnicos de planeamento que os espaços (sectores ou distritos) com menor distância entre si sejam dotados de maiores semelhanças e homogeneidade. Por outro lado, “as áreas geográficas contíguas tendem a realizar entre si, relações de troca mais intensas e melhor hierarquizadas”. Provavelmente, têm maior proximidade de interesses que, possam justificar a realização de acções conjuntas, rentabilizando deste modo, os recursos e aumentando a eficácia. Estes espaços devem ser vistos não só na sua dimensão geográfica, mas também como espaços económicos e sociais (Lopes, 2001: 30).

É assim possível concluir que para a definição de uma região geográfica concorrem elementos físicos e elementos humanos. Como destacou Orlando Ribeiro (1987), a posição dos lugares, o clima, o relevo e a estrutura do solo “permitem traçar, num território extenso, as divisões fundamentais e agrupar nelas, por afinidades de conjunto, a variedade regional”. Por seu turno, a cobertura vegetal e o povoamento são “traços inseparáveis da ocupação humana das regiões” (Ribeiro (1987: 47).

Aliás, esta forma mais *fina* de considerar a região, segundo Vidal de La Blache, para muitos o pai da Geografia regional, citado por Lacoste (1989:60), “mostra como as paisagens de uma “região” são o resultado da sobreposição ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais”. Assim, o estudo das regiões, independentemente dos seus autores e das suas finalidades, passa antes de mais por pôr em evidência a existência, num país, de um certo número de regiões e descrevê-las, umas após outras, ou analisar somente uma delas – como é o nosso caso –, no seu relevo, clima, vegetação, população, cidades e actividades económicas. Todas e cada uma dessas dimensões consideradas como um subconjunto que contém dentro de si outras regiões menores.

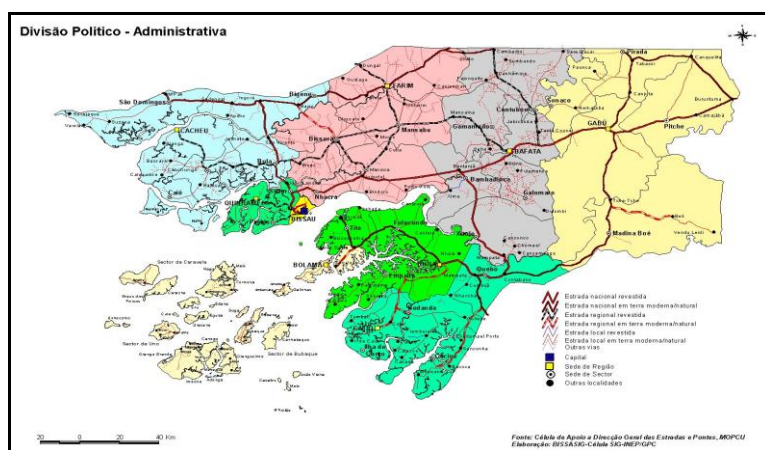
Na Guiné-Bissau, é difícil apontar os critérios usados para delimitar as regiões. Durante a administração colonial, salvo raras excepções – como é o caso da circunscrição de Fulacunda, à qual pertencia a região em estudo –, a lógica de divisão étnica foi o critério mais determinante, como se pode observar no mapa 6.



Mapa 7. Divisão administrativa em 1971

Esta lógica resultou da reforma administrativa de 1919 que dividiu a província em “dois concelhos e em treze circunscrições, divididos os concelhos em freguesias urbanas e em postos administrativos e as circunscrições em apenas postos administrativos” (Dias).

Por outro lado, é aceitável que a seguir à independência houvesse necessidade de reorganizar o território e a administração adaptando-os à nova realidade. Contudo, não existindo documentos que possam justificar as opções tomadas, pode-se afirmar que, prevaleceram os critérios formais e políticos.



Mapa 8. Actual divisão Administrativa (2007)

A funcionalidade revelada entre os sectores de Buba e de Quebo foi o critério determinante na identificação deste espaço, como região, para efeitos do presente estudo. Para Lopes (2001: 32-34), “ (...) na base da definição funcional estão preocupações associadas à natureza e intensidade das interações de ordem económica [...], enquanto a definição de regiões formais se tende a privilegiar a **homogeneidade**, que no entender do autor é “indispensável para garantir validade à análise”. No entanto, na definição por objectivos, “formulação das

políticas”, ou no decorrer do processo de planeamento, convém conjugar vários critérios que possam fundamentar as decisões tomadas. Assim, é recomendável que as regiões a delimitar tenham unidades mais pequenas, mais homogéneas e apresentem diferenças significativas face ao exterior.

Qualquer que seja o critério adoptado na definição da região, deve ter-se em conta as unidades geográficas que, pela sua dimensão, não devem ficar isoladas, embora apresentem características diferentes. Os lugares que compõem estas unidades devem ter uma hierarquia que mantêm entre si uma relação mais intensa de que qualquer outra região exterior a elas (Lopes, 2001: 37). Esta dependência pode não se manifestar numa forma tão evidente, mas poder-se-á dizer que existe uma complementaridade entre os dois pólos (Buba e Quebo). Primeiro, por razão histórica, por pertencerem ao mesmo regulado desde 1886; em segundo lugar, durante a guerra para a independência do país, a maioria dos postos administrativos não tinham ligação entre si. No caso de Buba e Quebo, apesar das dificuldades mantiveram; e finalmente, as relações familiares são mais intensas entre as pessoas desta área quando comparado entre estas e a dos outros sectores.

Contudo, para que a análise tenha validade, exige-se que ela reúna o maior número possível de variáveis e dispor de contabilidade regional bem como dados sobre fluxos das comunicações entre os pólos.

É por isso, a existência de dados fiáveis sobre a população é muito importante, não só por ser mais fácil de obter, como dela derivam muitas das outras, tais como reflexões económicas, sociais e políticas, que condiciona os estudos sobre o desenvolvimento regional.

Assim, o observador deve ter em conta que considerar apenas um único aspecto do espaço possa conduzir a erros, muitas vezes irreparáveis. A mesma região pode apresentar resultados diferentes conforme for dividida e de acordo com os problemas que podem ser colocados ao espaço e às pessoas que nele vivem. Pode-se afirmar que a escala utilizada na observação determina os detalhes verificados. Por conseguinte, segundo Lacoste, “a mudança da escala corresponde a uma mudança do nível da conceituação” e acrescenta: “um mesmo geógrafo pode proceder a um estudo dos problemas de uma aldeia africana, à análise da situação de uma região onde tal aldeia se encontra, ao exame dos problemas a nível do estado onde tal aldeia se inscreve, e à apreensão do “subdesenvolvimento” ao nível do conjunto do “Terceiro Mundo”; esse geógrafo terá de facto discursos bem diferentes (nem que seja só pelo vocabulário) que nem sempre se remetem uns e outros, parecendo mesmo ser excludentes em vários pontos” (Lacoste, 1989:77).

No entanto, é fundamental que o observador na sua análise esteja atento e não se deixe enganar por determinados fenómenos ou estruturas que podem resultar numa análise deficiente ou privilegiada de um espaço. É por isso indispensável que ele se coloque em vários níveis de análise e tente também considerar outros espaços.

As actividades humanas desenvolvidas num suporte ecológico caracterizam-se por “divisão concorrencial do espaço” que nem sempre obedece às “divisões administrativas impostas ao nível nacional”. Uma é resultado de uma herança da evolução do passado, enquanto outras são “consequência de uma política voluntária de ordenamento sistemático” (Beaujeu-Garnier, 1997:442).

Temos tido o cuidado de não utilizar a designação de cidade ou vila que nos parece abusiva face à realidade guineense, mas de não negligenciar a importância dos centros urbanos no ordenamento do território e na afirmação das regiões. Seja como for, Buba e Quebo desempenham as funções do nível urbano que segundo Beaujeu-Garnier (1997:442), “existe, em todos os países, no qual se situa a maior parte das relações do campo com a cidade, porque é aí que se encontram representados todos os serviços administrativos, é aí que os negócios podem ser efectuados e os processos acompanhados”. Estão nesta situação as sedes sectoriais como Quebo e regionais como Buba.

2. Os paradigmas do desenvolvimento regional

Definida a Região como vimos no ponto anterior deste capítulo, importa agora precisar o sentido aqui dado à expressão “desenvolvimento regional”, utilizado numa forma variada, quer no discurso político, quer no discurso científico. Mesmo no campo científico, o termo varia conforme as disciplinas, a escala utilizada e o grau de desenvolvimento dos países. Para o trabalho aqui proposto e, tendo em conta a realidade guineense, o “desenvolvimento regional” refere-se ao processo de transformação sócio-económico, político e cultural que leva à melhoria da condição de vida das pessoas que vivem e trabalham num determinado território (Siedenberg, 2003: 167) e Melo, 2005:511).

Para compreender este processo é indispensável fazer a análise do território, o que significa realizar um estudo das relações da produção, da troca, do sistema político e das relações familiares que, segundo Paul Claval (1987: 460), tem forte alcance para entender as trocas em matérias económicas. É a complexidade e intensidade destas relações que define o estado do desenvolvimento económico-social numa região, que deve “ (...) ser para os [indivíduos] – todos os indivíduos” – daí que a localização deles é factor que não deve ser dispensada na

análise e na adopção de políticas, como não pode ser dispensado o conhecimento tão esclarecido quanto possível da localização dos recursos e das actividades, uns e outros profundamente relacionados com múltiplos aspectos interdisciplinares que, deles também, não podem deixar de ser considerados”. (Lopes, 2001: 4).

Os estudos no âmbito do desenvolvimento regional surgiram inicialmente nos Estados Unidos nos anos 20-30 (séc. XX), só posteriormente foram adoptados na Europa, principalmente em França, Itália e países nórdicos, e mais tarde na América Latina (Brasil e Argentina). Cada país desenvolveu os seus estudos tendo em conta os seus problemas próprios.

Na Alemanha Ocidental, por exemplo, o desenvolvimento regional surgiu mais por razões de organização espacial do pós-guerra, enquanto em França a análise regional resultou das preocupações que despertaram quando a velocidade de crescimento da região parisiense começa a ser ameaçada por razões de congestionamento (Lopes, 2001: 7).

A maioria dos modelos e paradigmas utilizados na abordagem do desenvolvimento regional não se ajustam à organização e estado de desenvolvimento dum país como a Guiné-Bissau. Neste sentido, seria um grande risco utilizar terminologia como “*unidade de produção*”, “*empresa*”, “*sistema input-output*” ou “*aglomeração territorial*”, utilizadas, segundo Storper e Harrison (1994:171p), para estudar o desenvolvimento das regiões mais prósperas do mundo. Apesar das diferenças, podem ser utilizadas para ilustrar, por exemplo, as prováveis causas da evolução do desenvolvimento nos dois sectores administrativos em estudo. Da mesma maneira, segundo os autores citados, a utilização de noções como *Estado – árbitro*, em que o Estado assumia apenas um papel meramente regulador; *Estado – actor* – em que ele se assume como “agente activo de desenvolvimento económico e social” será arriscado, quando de facto, estamos perante um *Estado Falido* ou frágil. Um Estado que, Mamadú Jao (2006), ao falar da realidade da Guiné-Bissau, caracteriza como fazendo parte dos Estados que “deixam de ser capazes de assumir as suas responsabilidades mais básicas para com os seus cidadãos (como a manutenção da ordem, da paz e a criação de condições para a satisfação das necessidades mais elementares das populações tais como a educação, saúde, etc.)”.

Para Fukuyama (2006), esta situação começou quando algumas instituições internacionais como o Banco Mundial e FMI fizeram recomendações no sentido de diminuir o peso do sector público nas economias dos países em desenvolvimento, e dar mais oportunidade ao sector privado. No entanto, “estas ideias foram mal entendidas ou no mínimo mal executadas, confundiu-se a redução do peso de Estado com a ausência dele; dar oportunidade ao sector

privado com privatizações sem regras, fazendo no fundo das boas ideias uma má prática, pelo menos na maioria dos países (Jao, 2006).

Na nova abordagem de desenvolvimento regional é, de extrema importância, a localização das actividades económicas, de modo a tirar a maior produtividade dos homens que aí residem e trabalham com os recursos naturais, sem comprometer o futuro, no fundo um desenvolvimento sustentável. Estes dois factores – os homens e os recursos naturais – condicionam a localização das actividades económicas, e, estas por sua vez condicionam a criação e distribuição da riqueza.

Mesmo tratando-se duma sociedade rural e tradicional como a que temos no Sul da Guiné-Bissau, as relações entre estas actividades e os homens têm tendência a tornar-se cada vez mais complexas. Esta complexidade resulta segundo Abaab e Guillaume (2004: 261), não só porque as sociedades conforme se vão transformando tornam mais diversificados os seus interesses que afectam tanto a ordem ambiental, como sociocultural e económica. Por outro lado, sujeitam-se, cada vez com maior intensidade, às influências externas, dada a multiplicidade de actores, desde as agências internacionais de cooperação, ONG's, até às migrações internacionais.

Para melhor compreender as dinâmicas do desenvolvimento regional atrás referidas, é fundamental ter sempre em presença alguns conceitos como: espaço, região e território, porque segundo Dallabrida e Becker (2003:175p), estes elementos determinam como os diferentes actores definem as suas estratégias de produção. É neste contexto que se pode juntar as vontades, mobilizar os interesses, estimular as potencialidades capazes de eliminar as barreiras que conduzam ao desenvolvimento baseado nos recursos regionais.

As novas configurações já estão a provocar uma ruptura com o modo precedente do funcionamento do mundo rural, por um lado, as produções deixaram de estar viradas apenas para auto-suficiência passando para uma orientação de mercado; enquanto as suas relações não são apenas com a vila ou cidade regional ou a capital e passaram para o mercado global.

Neste sentido as sociedades rurais tornaram-se mais vulneráveis. Para além da sua fraca capacidade negocial, interagem com actores tão diferentes como são as comunidades locais e colectividades territoriais, *lobbies* e corporações, empresas privadas nacionais e multinacionais, organizações internacionais, ONG's, instâncias políticas e económicas supranacionais, etc.

Depois da queda do comunismo na URSS e no Leste europeu, o mundo mudou e também o continente africano. O regime político na Guiné-Bissau teve de abrir-se ao multipartidarismo,

mesmo que esta abertura pudesse não passar de uma encenação para agradar à comunidade internacional.

As alterações verificadas ao nível socioeconómico são fundamentalmente resultantes da primeira – a abertura política –, conduzindo a uma transformação rápida, da organização social.

As mudanças verificadas ao nível ambiental, ainda são mais inquietantes porque, como foi dito anteriormente, houve uma mudança muito grande em termos de povoamento e do uso da terra bem como alteração na produção e consumo de bens agrícolas. Assim, no espaço de pouco mais de uma década, a região que era considerada como o “celeiro” do país, com grande variedade de produtos, apesar do predomínio do arroz, passou a ser uma região com dependência alimentar, em que a maioria dos agricultores passou a plantar cajueiro e depender da comercialização desse produto.

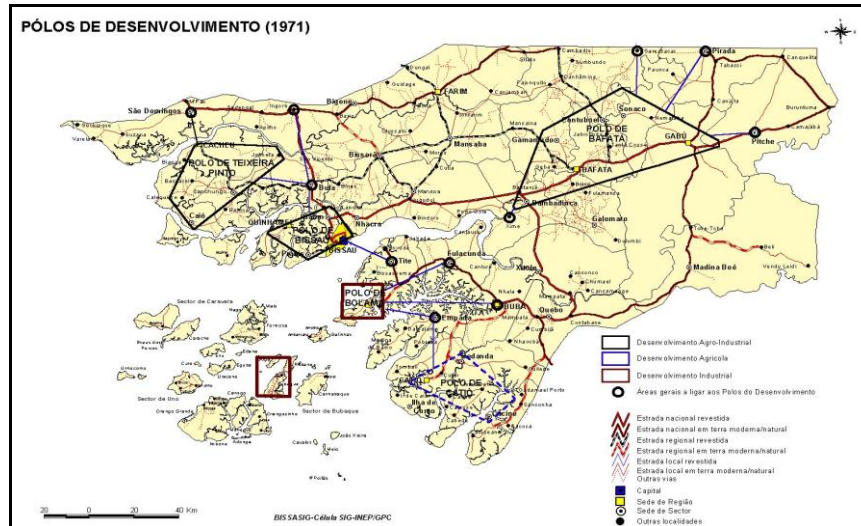
É verdade, que desde há muito tempo em que certas regiões do mundo e em especial os países subdesenvolvidos, se especializaram na exportação dum número muito reduzido de produtos, geralmente, um ou dois que dominam directamente a economia – através da exportação; ou indirectamente através do incentivo que essa exportação desencadeia nas outras actividades, denominadas complementares que suportam todo o processo de desenvolvimento regional, pressuposto em que assenta a chamada **Teoria da Base de Exportação** (Oliveira e Lima, 2003: 29).

Este modelo foi durante breves anos após a independência equacionado para o sector frutícola da Província Sul da Guiné-Bissau, dada a grande potencialidade que toda a área apresenta, principalmente nos sectores administrativos de Cacine e Bedanda, na região de Tombali; no sector de Empada na Região de Quinara, mas também em Bolama, de resto onde ficou localizada a principal unidade fabril de transformação de fruta.

A localização desta unidade industrial na Cidade de Bolama pode-se enquadrar numa outra teoria de desenvolvimento – a **Teoria da Difusão**. Segundo esta teoria, “o desenvolvimento dá-se com a industrialização e com a concentração das actividades em reduzido número de grandes centros urbanos de onde são irradiados efeitos, ou melhor, encadeamentos capazes de dinamizar a economia das demais regiões” (Oliveira e Lima, 2003: 29).

No entanto, no princípio da década de 70, principalmente no documento *Prospectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné*, a teoria dominante era a dos **Pólos de Crescimento**, como se pode observar no mapa dos pólos de desenvolvimento (mapa 7).

Segundo esta teoria, lança-se uma ou um conjunto de actividades, geralmente industrial, num ponto estratégico do território com objectivo de servir como motor de desenvolvimento de toda a região.



Mapa 9. Pólos de Crescimento (1971)

Esta forma de promover o desenvolvimento regional enquadra-se na teoria clássica e que durante muito tempo constituiu a forma de actuação que serviu como suporte a maioria das políticas económicas destinadas ao desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional é mais globalizante que o crescimento económico, “ [...] tem que ver com as pessoas e estas localizam-se como se localizam quaisquer outros recursos e actividades” (Lopes, 2001: 18-19). Aliás, para Dani (2007), só se pode falar do desenvolvimento regional, quando o progresso é levada às pessoas onde elas residem. E acrescenta: “o desenvolvimento é para as pessoas onde estão. Isto é, o desenvolvimento tem de chegar a elas, não devendo continuar a conter-se despreocupadamente com a possibilidade de alguns disporem de mobilidade para procurar o desenvolvimento, até porque as mais carenciadas de meios são também as que mais carecem de capacidade de deslocação” (Dani, 2007). No seu entender, não podemos continuar a promover o desenvolvimento fazendo as pessoas ir a onde ele acontece, mas sim inverter o processo que leva o desenvolvimento às pessoas onde elas estão. Para concluir, este autor defende que, caso assim não for, o desenvolvimento deixaria de ter um dos outros conceitos fundamentais a sustentabilidade não só económica, mas também ambientais e territoriais – a razão de ser do desenvolvimento regional.

Nesta perspectiva, a abordagem e o tratamento dos problemas, passa por relacionar a região em causa com as demais regiões e dentro dela. Daí que, o desenvolvimento regional para se tornar efectivo não se deve limitar apenas ao que acontece no seu interior, porque as regiões interagem entre si, são interdependentes, complementando-se nuns aspectos e concorrendo noutros, factores que condicionam o próprio desenvolvimento (Lopes, 2001:339). Por outro lado, o próprio espaço, palco de todas as actividades humanas, não é homogéneo e é cada vez mais um bem escasso, o que veio acrescentar mais dificuldades na gestão do desenvolvimento. Deste modo, torna-se indispensável o recurso ao **planeamento**, outro conceito fundamental para qualquer processo de desenvolvimento.

O processo de planeamento deverá, no entanto, responder basicamente a cinco aspectos fundamentais: a) “vontade de transformar um sistema; b) numa situação de escassez de recursos; c) perante objectivos estabelecidos; d) estabelecimento de prioridades entre muitos objectivos e finalmente, e) a calendarização das diferentes fases da execução da estratégia”. Cruz e Ribeiro (2007).

Neste processo estão muitas vezes em confronto os objectivos e sobretudo o timing dos políticos e a suposta objectividade dos técnicos que, nem sempre conseguem *despir o fato* de interesse individual dominado pela dependência económica.

Apesar desta limitação, o técnico está em melhor condição de assumir o papel que estes autores apelidam de *juiz* entre as opções políticas e a objectividade técnica por um lado, e por outro lado, de estabelecer a ponte entre os decisores políticos e a população, aquém é, ao fim ao cabo, dirigido todo o processo de desenvolvimento.

No entanto, neste exercício, o técnico tem de actuar de forma a não comprometer a sua credibilidade, nem os prazos mais alargados que os processos de planeamento reclamam, o que exige ter uma grande dose de sensibilidade para atender à vontade de alguns políticos em maximizar a possibilidade de ser reeleito (não é o caso guineense, já que até agora não se realizaram as prometidas eleições autárquicas) e a satisfação das necessidades da população.

Entre estes extremos, acrescentam Cruz e Ribeiro (2007), “a tarefa dos técnicos destas instituições assume um significado muito importante, dado que o facto de constituírem um elemento estrutural, permanente, das instituições lhes permite ter, até certo ponto, uma perspectiva mais abrangente em termos de prazos e menos interessada em termos de projecção pessoal”. Deste modo, o processo de planeamento torna-se mais abrangente e menos conflituoso, condição indispensável para o seu sucesso.

Portanto, a necessidade de diálogo pode-se resumir desta maneira: “[...] a opinião individual, ainda que seja rejeitada, contribua para a formação da opinião colectiva, tão relevante para a

geração de consensos”. Aliás, é neste sentido que Cabral tinha realçado “o papel económico do Estado, o lugar e o papel do plano enquanto instrumento de coordenação e de gestão dos recursos económicos” (Cardoso, 2007: 5).

Apesar deste reconhecimento do papel do planeamento no processo de desenvolvimento, Godet (1993) chama a atenção para a dificuldade por que tem vindo a passar, principalmente a corrente racionalista que, no seu entender privilegia aquilo que ele chama de “valores frios (razão, análise, cálculo, previsão)” que nem sempre são aplicáveis na prática.

Barbosa de Melo (2004: 512) destaca a especificidade dos pequenos territórios na elaboração de programas de desenvolvimento. No seu entender, “a pequena escala condiciona significativamente a abordagem a efectuar, a linguagem a utilizar e as recomendações a fazer. A percepção desta importante diferença entre a forma de abordar a questão do desenvolvimento em pequenos e grandes territórios é fundamental para não acabarmos a tratar as políticas de desenvolvimento local como uma mera extensão simplificada das receitas de política económica construídas para territórios vastos”. Considera que, os pequenos territórios geralmente têm as suas economias mais expostas e, por outro, muitos dos factores de produção têm a sua proveniência exterior aos seus espaços.

Nenhuma abordagem de desenvolvimento regional dispensa a problemática do mundo rural em geral e da questão agrária em particular. Se nos países desenvolvidos o sector agrário tem sofrido grandes transformações quer estruturais, quer no seu peso social, resultado do rápido processo de industrialização e da urbanização (Diniz e Chris, (2005: 528), introduzindo uma dicotomia *rural - urbano*, esta continua a exercer grande influência (veja-se a grande agitação por que a Europa passa sempre que se pretende reformar a PAC); nos países subdesenvolvidos como a Guiné-Bissau, este sector de actividade tem-se mantido quase inalterável quer na sua estrutura, quer no processo de cultivo, quer ainda no peso social. O sector agrícola contribui com mais de 58,1% do PIB em, 2005, emprega 82 % da população activa e representa mais de 90% das exportações. Aliás, mesmo as pessoas que estão exercer as suas actividades nos outros sectores da economia, a grande maioria continua ligada à agricultura.

No entanto, mesmo tratando-se de um país profundamente ou eminentemente rural, com mais de 70 por cento da sua população a viver no campo, a dicotomia *rural – urbano* não deixando de se fazer sentir, na medida em que aumenta diversidade das actividades económicas.

Para Lynch (2005: 94), a separação rural – urbano mesmo nos países em desenvolvimento levanta cada vez maiores dificuldades motivadas pela:

- rápida expansão das cidades e vilas que se verifica nestes países e que vai influenciar as áreas rurais tornando-as em peri – urbanas; integrando parte das anteriores áreas peri – urbanas nas zonas urbanas;
- as pessoas das áreas peri – urbanas, tratando-se de zonas de interface são afectadas pela chegada de migrantes quer das cidades, quer das áreas rurais que se vão misturando com os residentes;
- dada a sua fraca capacidade institucional e grande competição de interesses, as estruturas não são capazes de estabelecer equilíbrio entre uns e outros;
- finalmente, as mudanças no povoamento, cada vez mais linear (segundo os eixos rodoviários), complica a definição dos limites da cidade.

Estes aspectos levantam a questão da necessidade de discutir o impacto das cidades dos países em desenvolvimento sobre o mundo rural; a definição de critérios de delimitação das cidades e a considerar estas áreas como das mais vulneráveis, merecendo por isso uma estratégia própria de planeamento e gestão ambiental.

O planeamento regional deve ser concebido para dirigir e controlar a dinâmica e o processo de desenvolvimento, ou seja, não se pode dissociar o desenvolvimento da organização espacial e do ordenamento do território na procura de maior racionalidade económica maximizando os ganhos e reduzindo as assimetrias espaciais e desigualdades sociais.

Potter *et al* (2004) e Lynch (2005) definem este processo como sendo a *geografia de desenvolvimento*, entendido como a relação entre as pessoas, o ambiente e os lugares em diferentes escalas. Conhecer estes factores bem como os mecanismos da sua interacção e procurar minimizar os seus riscos por um lado, e maximizar as oportunidades, principalmente aquelas que são específicas da região, é o papel do planeamento.

Os líderes africanos raramente pensaram verdadeiramente no desenvolvimento, limitaram-se aceitar as “imposições” dos países desenvolvidos que, “ [...] invocando a sua experiência passada impuseram os seus modelos – como se esse fosse o único caminho viável para quem aspirava ao desenvolvimento” (Figueiredo, 1982: 25). Ao copiar os modelos, não fora tido em conta as realidades socioculturais das populações locais, que pensam de modo tradicional, mas se vêem obrigadas a adaptar-se a um mundo globalizado.

Sobre este mundo globalizado, Dani (2007) levanta alguns aspectos que nos parecem muito pertinentes para o estado actual da Guiné-Bissau. O primeiro diz respeito à perda progressiva do Estado – Nação, apesar das tentativas levadas a cabo, primeiro pelo Estado colonial, e depois como país independente. O segundo, que está directamente ligado a primeira, é a perda de capacidade de regulação das actividades económicas, o que as torna muito injustas, em vez

de servirem toda a população, estão a tornar num instrumento de dominação de apenas alguns. E o autor sublinha que “ [...] os mercados globais ditam cada vez mais a sua vontade aos políticos das nações... sem algum controle doméstico sobre os mercados à escala internacional, será a economia a prevalecer sobre a política. Ora o mercado será “um meio de uma extraordinária eficácia – mas não deve funcionar no vazio político”. Se assim for, a globalização tornar-se-á “selvagem”” (Dani, 2007).

O terceiro aspecto, talvez aquele com maior visibilidade e por isso mais penoso para as pessoas de regiões como Buba e Quebo, por ser uma das últimas reservas das sociedades tradicionais, é a perda crescente dos valores morais e éticos que sempre orientou estas sociedades.

Para Dani, “a emergência de novos problemas éticos é em si inevitável, problemas que vão desde o défice de humanização profissional (principalmente este) em conjuntura que favorece o individualismo e enfraquece as lealdades à “erosão das comunidades tradicionais por força da penetração do mercado que atinge o próprio Estado [...]”. Estes aspectos e a necessidade de os contornar são razões mais de que suficientes para tornar o desenvolvimento regional indispensável. Só assim a globalização poderá estar mais próximo das pessoas e dos valores humanos.

O formalismo excessivo nas definições em matéria de desenvolvimento, muitas vezes desvia as atenções daquilo que deveria ser prioritário quando se fala dum país como a Guiné-Bissau com a economia paralisada. Se a “situação requer a elaboração dum plano de desenvolvimento, a solução do problema deve integrar não apenas propostas de ajustamento económico, mas também os aspectos culturais e sociais associados” (Figueiredo, 1982: 293-295). Só assim, se pode evitar fricções com as populações e mobilizá-las para um esforço comum, que conduza à maximização dos resultados.

É de crer, que foi neste contexto e objectivo que, em 1993, o Estado da Guiné-Bissau, através do Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo em colaboração e assessoria técnica do Grupo de Urbanismo e planeamento Municipal – GURPLAM – do Laboratório Nacional de Engenharia Civil -LNEC de Portugal, elaboraram um anteprojecto de Lei do Ordenamento Territorial e Urbano da Guiné-Bissau. Outra tentativa de introduzir reformas, foi a divisão do país em três províncias: Norte, que juntou as regiões de Biombo, Cacheu e Oio; província de Leste, de que fazem parte as regiões de Bafatá e Gabú; e Sul que juntou as regiões Quinara, Tombali e Bolama e Bijagós, mantido a região de grande Bissau como um sector autónomo.

Quase década e meia volvida não foi possível confirmar a sua aprovação pela Assembleia Nacional Popular, tal como o próprio diploma recomendava no seu art. nº 23. Por outro lado, a introdução das províncias como uma instância de intervenção intermédia do Estado, semelhante à que existe em Portugal com as CCR's – Comissão de Coordenação Regional, ficou pela intenção.

A falta de uma cultura democrática nas sociedades africanas, aliada à própria estrutura social dos países, tem condicionado todo e qualquer processo de desenvolvimento. O exercício do poder na maioria das vezes é destinado a servir-se dos bens públicos, conduzindo frequentemente ao nepotismo, à incompetência, à corrupção e desperdício, minando por completo qualquer esforço de produtividade. Os quadros mais competentes são marginalizados, acabando muitas vezes nas organizações internacionais, e o país não beneficia dos seus recursos humanos. Como refere Figueiredo “ [...] se uma determinada tarefa produtiva requerer qualificações intelectuais ou manuais especializadas, ela só pode ser desempenhada de modo adequado por uma pessoa que possui essas qualificações [...]. Assim, deveria ser numa sociedade democrática que se queira desenvolver. Infelizmente, é uma prática desconhecida na maioria dos países africanos. O recrutamento para os postos de trabalho é baseado em critérios de estratificação social tradicional, partidário ou de laços de parentesco. Esta prática condiciona todas as relações económicas e políticas, que, por sua vez condicionam o próprio desenvolvimento do país.

Ao contrário, nas democracias mais efectivas, “os membros da elite política, e em certa medida económica, dos países desenvolvidos manifestam atitudes em relação ao bem-estar económico de natureza predominantemente orientada para a colectividade” (Figueiredo, 1982: 301).

Para além dos constrangimentos que são de conhecimento de todos, com que um país como a Guiné-Bissau se debate, uma das grandes dificuldades é, sem dúvida, encontrar literatura especializada que se interessa sobre o desenvolvimento regional nos países em desenvolvimento. A grande maioria da bibliografia consultada neste capítulo aborda problemas de desenvolvimento regional no contexto norte-americano ou europeu e, por vezes brasileiro, raramente vocacionada em assuntos do terceiro mundo em geral, e africana em particular. As raras excepções surgem em textos muito dispersos e fragmentados, na sua grande maioria produzidos por ONG's. Na Guiné-Bissau, este processo tem sido dinamizado pelo SNV (Serviço Holandês de Cooperação), que merece a nossa homenagem.

3. Outros aspectos de desenvolvimento

Como temos vindo a dizer em páginas anteriores, o conceito de desenvolvimento não reúne total consenso. Como refere Amaro (2003: 37) estando “presente em diversas disciplinas”, tem a seu favor, “a possibilidade de estabelecer pontes e rupturas entre [as várias áreas científicas, por um lado], “e entre a teoria e a prática”, por outro.

A maioria dos autores concorda que as questões ambientais foram aquela que mais influência teve na mudança do paradigma do desenvolvimento nas últimas décadas. A destruição do meio ambiente afecta não só o bem-estar das populações como do desenvolvimento económico do todo o mundo.

Todavia, apesar do consenso inicialmente alcançado, os Países do Sul manifestaram as suas reservas, afirmando que tinham “o seu direito de crescimento e ao desenvolvimento” (Paulet, 2005:16). Por outro lado, nos países desenvolvidos, acrescenta, cada país pensava que eram outros os autores da poluição.

Este debate começou por questionar o modelo de desenvolvimento baseado fundamentalmente no crescimento (expansão quantitativa do sistema económico, medida por PIB pc) se era a mais apropriada para medir o bem-estar das populações dos países. Lembremo-nos onde figuravam países como o Kuwait ou a Arábia Saudita, quando era considerada apenas esta medida. Por exemplo, o PIB per capita da Noruega em 2001 era quase idêntico ao do Kuwait, 29.620 dólares contra 29.396 respectivamente. No entanto, o país nórdico ocupava o primeiro lugar do ranking IDH das Nações Unidas enquanto o país Árabe afigurava no 46.º lugar do mesmo índice. Fazendo a mesma comparação entre a Suécia segundo o ranking com PIB per capita de 24.180 dólares e o Arábia Saudita com um PIB de 23.294 dólares, mas que situado num modesto 73.º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano, muito atrás de países como o México cujo PIB pc não ultrapassava os 8.581 dólares (PNUD, 2003: 278-79).

Como alternativa passou-se a utilizar a expressão desenvolvimento, utilizando medida multi-dimensional, referindo-se “à mudança qualitativa do sistema”, podendo haver ou não crescimento. Esta “associação entre os dois conceitos” é uma das consequências da utilização sistemática de “indicadores de crescimento económico para referir e qualificar o nível de desenvolvimento dos países” (Amaro, 2003: 47).

A entrada do conceito de desenvolvimento sustentado na agenda política mundial, começou a levantar uma série de questões, entre as quais se pode destacar: se o modelo socioeconómico até aqui seguido seria sustentável; a exaustão dos recursos naturais não renováveis; o limiar

de regeneração dos recursos renováveis; a poluição; o empobrecimento do património genético e a desigualdade social.

As respostas apresentadas sobre estas questões não são unânimes. Todavia, para muitos, as recomendações do relatório do Clube de Roma continuava a fazer sentido. Este relatório defendia a interacção de quatro factores fundamentais: aumento do crescimento económico, desaceleração do crescimento populacional, principalmente nos países subdesenvolvidos, combate a poluição e uso racional dos recursos de modo a reduzir a sua exaustão. Assim, a sustentabilidade aqui poderia ser uma opção de não utilizar os recursos naturais a um ritmo superior ao da sua regeneração, nem produzir resíduos em quantidades que a própria natureza não consiga absorver (Amaro, 2003; Dani, 2006).

Nos meios rurais onde a vida gira em torno da agricultura como é o caso da Guiné-Bissau e o Sul em particular, tudo passa pela durabilidade da agricultura aqui entendida segundo Paulet (2005), pela capacidade de inovação da agricultura através da conjugação de quatro dimensões: i) “preservação de ambiente de modo que permita a renovação; ii) equidade económica que passa pelo aumento da produtividade e rentabilidade para os agricultores e as suas famílias; iii) equidade social através da integração dos territórios a desenvolver; e iv) criação dum quadro útil e qualidades estéticas (Paulet (2005: 121) ”.

No mesmo sentido Oliveira e Souza Lima (2007: 32) defendem para que haja desenvolvimento sustentável e eficaz, ele tem que conter cinco dimensões: sustentabilidade social, económica, ecológica, espacial e cultural.

Outro conceito que tem vindo a ganhar terreno nos últimos tempos é o de desenvolvimento local e regional. Visto na sua forma mais simplicista, este conceito propõe que o processo de desenvolvimento seja endógeno, através da identificação de necessidades, aspirações das colectividades locais e regionais, e procurar satisfazê-los com os recursos da própria região. Para isso, o espaço local ou regional, precisa de criar uma imagem que identifica como detentor de capacidade autónoma, através de uma acção empreendedora dos actores locais e regionais que potenciam os seus próprios recursos humanos, naturais, bem como a mobilização da vontade colectiva. É o processo que alguns autores como (Moraes, 2003: 265) e (Melo, 2005: 511) chamam de “desenvolvimento de baixo para cima”.

Nos anos mais recentes, principalmente depois do fim daquilo que alguns apelidam como socialismo real, onde deixou de existir um modelo único de sociedade pré-estabelecido nem uma orientação única ou uma teoria exclusiva, por um lado, e a crescente hegemonia do modelo neo-liberal, tornou-se necessário encontrar novas bases e fundamentos para o projecto da sociedade. Deste modo e partindo do ensinamento do passado, reflectir sobre a construção

de processo de desenvolvimento local e regional para diferentes espaços geográficos e políticos, de carácter democrático – popular, o chamado desenvolvimento participativo.

Segundo Hech (2002⁵), “este projecto tem como a base a participação e construção democráticas da sociedade e do Estado, a democracia como valor universal, o Estado como regulador e indutor da economia, a prioridade centrada no social e no popular, especialmente nos mais pobres e excluídos. Tudo em nome da distribuição da renda e da riqueza, da solidariedade do bem-estar de todos, do fazer colectivo e da inclusão social”. Segundo este autor, o projecto de desenvolvimento participativo nasceu das lutas sociais travadas pelos movimentos populares da América Latina, especialmente o Brasil, da Teologia da Libertação e dos movimentos sindicais, entre outros. Para além da construção duma sociedade civil forte, autónoma e democrática. No entanto, estes movimentos tinham outros objectivos que se estendem-se à conquista de certos governos estaduais como o do Estado do Rio Grande do Sul bem como algumas capitais como São Paulo e Porto Alegre. Foi neste última cidade que o movimento ganhou a sua maior projecção através do Fórum Social Mundial.

Independentemente do nível considerado nacional, regional ou local a acção de desenvolvimento em geral, e nos países em desenvolvimento em particular, deve ser conduzida no sentido de aliviar a pobreza, principalmente a sua forma mais extrema na colectividade e não só a alguns dos seus membros.

Aliás, não é por acaso que a sustentabilidade do desenvolvimento também deve ser medida na forma como são distribuídos os rendimentos. Em geral, quanto mais pobres os países são, maior é a concentração da riqueza. Por exemplo, em 1995, os 10 por cento noruegueses mais pobres recebiam 4,1 % da riqueza, enquanto os 10% mais ricos detinham cerca de 22 da riqueza nacional; no Brasil esta relação era de 0,7 e 48% respectivamente em 1998; e no Mali esta mesma relação situava-se nos 1,8% para os 10 mais pobres, enquanto os 10 mais ricos ficavam com 40,4% da riqueza em 1994. Na Guiné-Bissau, em 1993, os 10 por cento mais pobres da população só detinha 2,1% da riqueza, enquanto os 10 por centos mais ricos ficam com 39,3 por cento (PNUD, 2003: 285).

No contexto de regiões como o Sul da Guiné-Bissau, onde a grande maioria da produção agrícola é destinada à subsistência das próprias famílias, passa fundamentalmente pelo aumento da produtividade dos pequenos agricultores. Segundo o PNUD, isto pode acontecer “quando as forças do mercado permitem progressos agrícolas ou os governos investem em investigação e desenvolvimento”, permitindo um excedente para o mercado.

⁵ Reflexos sobre a construção de um projecto de desenvolvimento democrático – popular no plano local e regional. <http://www.camp.org.br/texto16.html> (consultado em 19 /11/06).

Outras medidas directamente ligadas a essas e que são fundamentais, são por exemplo, como aumentar a produtividade através do melhoramento das sementes e fertilizantes. Por outro lado, a melhoria das estradas, construção de armazéns, energia eléctrica, podem aumentar a autonomia das regiões em relação a intermediários, que beneficiam da impotência dos pequenos agricultores.

Todavia, isto exige um forte investimento público. Sabe-se no entanto, que a maioria dos governos investe muito pouco na agricultura. Na África, por exemplo, “a maioria dos países investe menos de 5% dos seus orçamentos em desenvolvimento agrícola – ainda que 75% dos seus cidadãos dependem (directa ou indirectamente) da agricultura”. (PNUD, 2003: 91).

Quanto ao desafio colocado pelo isolamento de certas regiões, como o são certamente muitas aldeias no sector de Buba muito recortado pelos numerosos braços do Rio Grande, que condiciona de uma forma acrescida o seu desenvolvimento, e reforça a necessidade de políticas preventivas e de planeamento. “Com políticas adequadas, mesmo as dificuldades dos mercados pequenos – ou solos maus, ou flutuações climáticas – podem ser vencidas” (PNUD, 2003: 74). O mesmo pode acontecer com regiões isoladas, muitas das desvantagens da distância podem ser anuladas com melhoramento das estradas e das comunicações.

Todos os conceitos atrás mencionados só fazem realmente sentido num “clima” democrático e de boa governação. Porque sem democracia os direitos dos cidadãos não são respeitados nem as suas opiniões tidas em conta, nem têm possibilidade de responsabilizar quem decide. Por outro lado, a democracia “promove a actuação colectiva, assim como individual” dos cidadãos, acção indispensável a qualquer processo de progresso (PNUD, 2002:53).

Quanto à boa governação, “tem de ajustar-se às necessidades do povo” e levar os decisores políticos a procurar melhores opções económicas para aumentar as escolhas das pessoas, principalmente aquelas mais desfavorecidas. No fundo tornar a gestão da coisa pública mais eficaz. Como afirma o ex - Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, “a boa governação é talvez o factor mais importante para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento” (PNUD, 2002:51).

PARTE II – PROGRAMAS / PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO

1. Anos 60/70 Século XX

O III Plano de Fomento relativo aos anos de 1968 a 1973 tinha como principais linhas orientadoras para a província da Guiné, três grandes objectivos:

- Promoção social da população, em particular dos pontos de vista cultural, sanitário e alimentar;
- Fomento de actividades que promovessem a integração dos autóctones nos circuitos da economia de mercado;
- Criação de incentivos que concorressem para a expansão do sector empresarial.

As medidas que viessem a ser tomadas durante a vigência deste plano deviam ser orientadas no sentido de atingir estes objectivos.

A este propósito, o governador da província, General Spínola, afirmava: “a evolução das sociedades a um ritmo mais acelerado carece, portanto, não só de uma constante congregação de vontades, como também de um estímulo impulsionador. Mas não é possível criar estímulos senão com base em objectivos sociais claramente definidos; nem é possível congregare vontades se não pontuarmos por princípios conscientemente compreendidos e livremente aceites pela população alvo” (Spínola, 1971:9).

Assim, na definição das políticas para a província, o General considerava que, elas deveriam estar assentes em três parâmetros essenciais: **os fundamentos, as finalidades a atingir e os princípios de execução.**

Aliás, segundo um dos seus colaboradores⁶, esta ideia pode ser considerada como fundamental e acrescenta que “todos os programas políticos contêm, no fundo, as mesmas finalidades e muito de comum nos seus fundamentos. As principais diferenças acabam por encontrar-se no quadro da execução e, fundamentalmente, na capacidade das estruturas e dos homens que as servem”.

Mas para que as ideias acima anunciadas pudessem ser levadas a cabo de modo a atingir os objectivos delineadas necessitavam de aceitação popular, porque este é o único meio de legitimar os governos. E para que esta aceitação aconteça, os governos terão que mobilizar e “dinamizar os grupos sociais à luz de programas políticos que traduzam a capacidade governativa para prosseguir o bem comum” (Spínola, 1971:12p).

Neste contexto, apesar da necessidade urgente de atingir os objectivos traçados no III Plano de Fomento era fundamental fazê-lo sem comprometer o equilíbrio entre os investimentos

⁶ General Carlos Azeredo, um dos oficiais mais próximos do General Spínola, que como major, ocupou o posto de comandante de Batalhão da Aldeia Formosa (Quebo).

programados e a estabilidade financeira provincial. Para que este objectivo fosse alcançado tinha de haver uma ponderação na selecção dos investimentos a realizar, com a preocupação de evitar os desperdícios desnecessários.

Muitos outros documentos foram elaborados no sentido de melhor programar as acções a desenvolver, sem contudo se comprometer com prazos de execução. Por exemplo, no documento intitulado “Prospectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné”, o governador da província, General Spínola, escrevia no prefácio, “este trabalho confina-se ao primeiro daqueles horizontes, definindo apenas metas desejáveis independentemente de prazos, recursos e conjuntura. Haverá, subsequentemente, que inventariar recursos, parcelar metas e estudar os diversos programas de ponto de vista técnico-económico em ordem a seleccioná-los e ordená-los em planos futuros. Assim, o presente estudo não é mais do que uma Prospectiva de Desenvolvimento Económico e Social da província”. Outro aspecto que mereceu a atenção do governante era que o desenvolvimento não beneficiasse apenas certas regiões ou sectores, como fica bem expresso na seguinte afirmação constante em *Junta de Investigações do Ultramar* (1972:9), “terá de evitar-se a criação de regiões ou sectores demasiado empolados, o que impõe que se respeitem os esquemas previstos de desenvolvimento territorial e sectorial”. No seu entender, esta tarefa só seria possível de se atingir, se fizesse acompanhar por uma intervenção do governo a todos os níveis de planificação e controle.

A intervenção atrás mencionada, para ser bem sucedida, deverá ser procurada fundamentalmente à luz do diálogo constante com os representantes legítimos das diferentes forças produtivas em presença. Caso assim não fosse, concluiu “será de recear que as acções decorrentes de uma política de fomento possam conduzir a anti-sociais de evolução”.

Segundo a proposta apresentada, o desenvolvimento da então província deveria apoiar-se em cinco pontos doutrinários:

1. Apoio à iniciativa privada;
2. Defesa da função social do capital;
3. Valorização do factor trabalho;
4. Ordenamento territorial e sectorial;
5. Investimento ponderado.

Dado o nível baixo de ponto de vista do desenvolvimento económico e social da província, “qualquer realização no campo absoluto é sempre uma medida de promoção, e, deste modo, corre-se o risco, desde que não se quantifiquem *a priori* os objectivos a atingir, de tomar como suficiente aquilo que, no campo relativo, se situa flagrantemente aquém do que outros

conseguiriam em idênticas condições” (Pereira, 1972:49). Pois, não pode esquecer-se que as aspirações sociais e económicas dos grupos, como dos indivíduos, resultam sempre de observações comparativas, principalmente com os países vizinhos, (referia-se principalmente ao Senegal, pois, com a evolução da guerra, o governo colonial estava muito atento à evolução dos países africanos vizinhos, já independentes, e tudo fazia para não estar em desvantagens comparativas com eles). Por outro lado, todo e qualquer crescimento económico para ser considerado minimamente adequado têm que proporcionar um aumento de rendimento da respectiva população, uma taxa superior à da expansão demográfica, acrescida da taxa do rendimento fixada para atingir os objectivos.

1.1. Planos regionais

Em Outubro de 1969, sob orientação do governador da província da Guiné, foi criado o “Plano Director para o Reordenamento Rural”, que previa a sua articulação com os “planos regionais”, “planos sub-regionais”, “planos sectoriais” e “planos locais”. Nele a província foi dividida em 7 Planos Regionais de Desenvolvimento a saber:

Plano Regional do “Chão Manjaco”;

Plano Regional do “Chão Balanta”;

Plano Regional do “Chão Fula”;

Plano Regional do Chão Mandinga”;

Plano Regional do Sul – compreende os Planos Sectoriais de Tite, Catió, **Aldeia Formosa** e Empada.

Plano Regional da Ilha de Bissau;

Plano Regional de Bolama.

Mais uma vez estes planos vieram confirmar o carácter pouco comum deste espaço. Não lhe chamaram nem “chão Beafada” – os que eram os donos da terra antes da conquista fula e cuja população era de 2500 pessoas; nem de “chão Fula”, etnia que o conquistou como vimos anteriormente, cujos chefes eram os régulos de Forreá e a população de 7500 almas; nem de “Chão Balanta”, cujo número atingia as 14000 pessoas na Circunscrição de Fulacunda, a qual pertencia até àquela data o Posto Administrativo de Buba.

Apesar de se considerar quer Buba, quer Aldeia Formosa como fazendo parte do plano Regional do Sul”, para todos os efeitos estes dois espaços geográficos, conjuntamente com o de Empada, eram considerados como “sub-regiões independentes”.

Em 1972, altura da elaboração destes planos, Aldeia Formosa (Quebo) contava com 3927 habitantes, enquanto a população de Buba não ultrapassava as 347 almas.

O plano director para o reordenamento rural continha grandes inovações. Primeiro, nas regiões que abrangessem mais de um concelho, como o caso de Leste e Oio, era nomeada uma autoridade de coordenação de programas de desenvolvimento regional; em segundo lugar, já se ensaiava uma certa descentralização do poder, pois, “a execução regional, inter-regional, e sub-regional dos programas e planos de desenvolvimento regional competia às respectivas autoridades administrativas”, preocupação que continua a fazer sentido três décadas depois da independência.

No plano director foram definidos sete grandes objectivos, entre os quais se destaca “colocar a população rural da província em condições de fácil acesso aos benefícios do progresso, à rede de cobertura escolar e sanitária, aos locais de trabalho e a de mais infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento (mercados, transportes e comunicações), através de um desenvolvimento intensivo da política de reordenamento rural”. Era notória a intenção de proporcionar à população rural da província condições mínimas de habitabilidade adequada ao ritmo de desenvolvimento social e económico pretendido e com facilidades de abastecimento de água para uso doméstico e regadio de pequenas hortas de cultivo.

Mas também no domínio alimentar, visando melhorar a dieta alimentar pelo consumo de carne, peixe, frutas e legumes, assegurando adequadas disponibilidades alimentares.

Para aumentar a produtividade, o plano propunha três medidas de grande importância: divulgação da tracção animal como método de cultivo, melhoria do sistema de transporte rural para facilitar a circulação de pessoas e bens, e assegurar à população rural melhores condições de compra e venda de produtos e bens através de uma adequada política de mercados rurais protegidos por fiscalização apropriada.

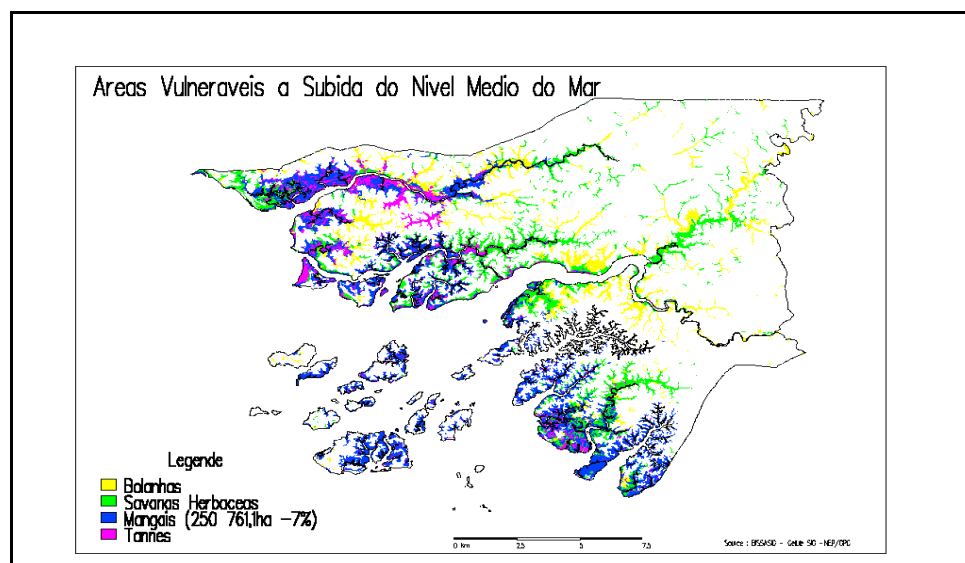
O plano ainda previa dotar as povoações sedes de concelho, circunscrição e posto administrativo com abastecimento de água domiciliária e distribuição de energia eléctrica.

Depois da criação dos planos de desenvolvimento a diferentes níveis (inter-regional, regional, sectorial e local) seguiu-se a definição das medidas de política para alcançar as metas propostas. Para isso foram lançados 17 Programas, entre os quais merece naturalmente a nossa atenção os que diziam directamente respeito à região de Buba-Quebo – o “**PRG 4514/SPOP/14** referente a reordenamento das populações ainda não beneficiadas das regiões de Catió, Tite e das sub-regiões de Bafatá, Bambadinca, Contuboeil, Cossé, **Buba**, Empada e **Aldeia Formosa** (Quebo).

Muitos dos outros programas, como já foi salientado anteriormente, eram de âmbito geral ou provincial, como sucedia com o **PRG/SPOP/9** que se destinava à “Urbanização, melhoramento das condições habitacionais e dotação com abastecimento de água, energia

eléctrica, iluminação pública, telefone público, escola e posto sanitário das sedes de região e sub-região que ainda não dispõem destes benefícios”, entre outros.

Relativamente à agricultura, apenas o “**PRG/4524/11 – Criação dos centros regionais de Cooperação Rural de S. Domingos e Tite, dos Centros Sub-regionais de Aldeia Formosa, Buba e Empada e das respectivas cooperativas agrícolas**” merecem aqui destaque (JIU, 1972:155).



Mapa 10. Limite das marés e área vulnerável a subida do nível do mar

Nunca é de mais salientar que a parte continental do país se apresenta dividido em duas zonas naturais, o litoral e o interior, separadas pela linha – limite das marés.

“Destas duas zonas, a região do litoral é a de maior potencialidade de exploração agrícola e maior permanência e disponibilidade de mão-de-obra, dado que a região do interior se caracteriza pela baixa produtividade dos solos” (Pereira, 1971:63).

1.2. Urbanização e Ordenamento do Território

É conhecido o habitat disperso da população africana, habitat incompatível com a implantação das infra-estruturas básicas da promoção social: assistência sanitária, higiene e disponibilidade de água e energia eléctrica. “Torna-se portanto necessário concentrar o habitat rural que, desde logo, abriu campo a conflito definido pela alternativa entre as posições extremas de estagnação social decorrente do respeito cego por essas tradições ou ruptura pura e simples com o passado, com todo o cortejo dos inconvenientes que obviamente daí adviriam” (PG, 1972:8).

Por outro lado, a indução da alteração estrutural através da implementação de benefícios colectivos em zonas com maior densidade populacional conseguiriam só por si, acelerar o processo da concentração da população dispersa sem os tais indesejados conflitos sociais.

Uma das causas da resistência das populações rurais em aceitar de ânimo leve a concentração desejada pela administração colonial, é a sua forte dependência da terra, que por não receber nenhum *input*, principalmente de fertilizantes, tem vindo a empobrecer. Este facto associado à utilização de técnicas de produção desactualizadas com pouca utilização de sementes melhoradas, tem mantido os rendimentos das populações extremamente baixos. Por esta razão, e para compensar a baixa de produtividade da terra, é necessário aumentar as áreas cultivadas, o que é praticamente incompatível com grandes concentrações humanas.

Nestas condições, a política de ordenamento desenhada pelo governo da província no final da década de 60 do século passado consistia em criar “pólos de atracção” devidamente urbanizados, dispondo de benefícios colectivos indispensáveis à promoção social e apoiados nas estruturas provinciais. Deste modo, foi dedicada a esses pólos uma atenção especial, para que o seu crescimento se pudesse processar em harmonia com os objectivos do desenvolvimento social e melhoria do bem – estar das populações.

Foi desta forma que nascem pela primeira vez, uma política de planeamento e programação do desenvolvimento socioeconómico de raiz na Guiné. Até aqui, tudo o que se fazia era feito sob o signo do improvisado, “ao sabor de rasgos de génio, de golpes de fortuna e de necessidade de circunstância. Os imprevistos de pressão, planeamento e programação têm cedido quase sempre à preocupação muito nossa de personalizar as obras, sem cuidar que estas só são verdadeiramente úteis quando integradas numa linha determinante e conseqüente, visando finalidades que ultrapassem os estreitos horizontes pessoais” (PG, 1973: 9)⁷

1.3. Programas Sectoriais, Construção e Obras Públicas

Para além dos planos atrás referidos, também foram criados 12 diferentes programas sectoriais:

1. Agricultura, silvicultura e pecuária.
2. Pesca.
3. Indústria extractiva e transformadora.
4. Construção e obras públicas.
5. Desenvolvimento rural.

⁷ A. Spínola no prefácio da *Prospectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné*. A mesma ideia é defendida pelo autor em outras obras suas como “*Por uma Guiné Melhor, 1970*” e “*Linha de Acção, 1971*”.

6. Energia.
7. Comércio e circuitos de distribuição.
8. Transportes e comunicações.
9. Informação e turismo.
10. Educação e ensino.
11. Habitação e urbanismo.
12. Saúde e assistência.

Todavia, por razões programáticas, respeitou-se integralmente a divisão sectorial dos planos de fomento por rubrica, consideradas pela ordem em que neles aparecem inscritas. Nesta perspectiva, a maioria dos programas propostos eram comuns para todo o território, existindo apenas algumas referências específicas, quando necessário, para uma determinada parcela ou região.

Obedecendo a mesma lógica e pouca expressão que a maioria dos programas assumiam nesta região, optamos por destacar aqueles cuja implementação tiveram maior impacto, como eram as áreas de construção e obras públicas, saúde e ensino.

A fixação do homem sobre a terra sempre obedeceu a duas lógicas fundamentais: a disponibilidade de terras férteis e água, por um lado, e a facilidade de mobilidade, por outro. Por isso, não é de estranhar que as maiores concentrações populacionais do mundo se encontrem junto do litoral, e, a Guiné não foge a esta regra. Estas áreas são, regra geral, mais produtivas e a obtenção de água é mais facilitada.

Ao longo dos séculos houve invasões e conquistas duns povos sobre outros, no entanto, isto não conseguiu modificar de forma significativa a distribuição da população neste espaço, marcadamente tribal.

Contudo, “a fixação europeia determinou uma ligeira alteração do quadro tradicional, na medida em que os poucos pontos em que aquela fixação ocorreu se transformaram em pólos de atracção de rurais tribalizados acorrendo ao mercado de trabalho, o que deu origem a uma certa satelização pela concentração de populações em povoações tradicionais desorganizadamente implantadas na periferia dos escassos núcleos europeus”. Esses pólos pouco contribuíram para alterar o panorama geral dominado pela dispersão da população, por um lado, e por outro, a concentração da população africana na periferia dos núcleos europeus, até certo ponto pode ser considerada negativa, “na medida em que, por carência de estruturas adequadas, o fenómeno originava problemas sociais de marginalização (alguns vão mais longe chamando-o de *apartheid* disfarçado) e parasitismos familiares (outros o apelidam de socialismo africano) que já então se impunha resolver” (JIU, 1972: 139).

Nas décadas 60 e 70 o quadro agravou-se, na medida em que o fluxo da população europeia aumentou e com ele também aumentou o poder de atracção dos pólos e ao mesmo tempo ia crescendo a população africana, fixando-se na sua maioria nos principais centros, nomeadamente a capital Bissau, Bafatá, Canchungo e Gabú.

Nesta mesma altura, com o agravamento da guerra, muitas famílias viram-se obrigadas a deixar as suas terras e fugir para as áreas mais seguras, dirigindo-se essencialmente para os centros urbanos, onde, para além de maior protecção, encontravam melhores condições de assistência médico-sanitária, maior acesso à escolaridade e a esperança de melhores oportunidades económicas.

É neste contexto, como se referiu anteriormente, que foi criado o “*Plano Director para o Desenvolvimento Rural*” no ano de 1969, sob orientação do governador da província, General Spínola. Segundo o General, este plano iria responder a um imperativo da programação social, porque “não é possível de estruturar sociedade em ordem a desenvolvimento, sem agrupar as populações em comunidades que permitam beneficiar dos bens sociais postas a sua disposição”. E acrescenta: “é evidente que numa região caracteristicamente africana, em cuja tradição se situa o seu *habitat* naturalmente disperso, se impõe o seu agrupamento em aglomerados populacionais, aglomerados que funcionarão simultaneamente como pólos de atracção das populações e de irradiação de progresso” (B.G.U., 1970:194).

Se existe um consenso sobre o continente africano, principalmente da chamada África ao sul de Sahará, é a sua fraca capacidade de urbanização e de construir habitações para a sua gente. De Dakar a Addis Abeba ou de Lagos a Soweto, se exceptuarem os núcleos construídos pelos europeus, no resto reina o caos e a desordem urbanísticos e fraca qualidade de habitação. “Ao contrário dos países desenvolvidos, a África tem uma enorme carência de hospitais, de escolas, de transportes, de saneamento, de habitação, de serviços administrativos dignos deste nome, sem falar de indústria; ela não suscita um afluxo de capitais proporcional ao povoamento das suas metrópoles-cogumelos; não tem ainda o mesmo entusiasmo na iniciativa individual, nem um dinamismo comparável dos seus homens de negócios”. Com este cenário, conclui o autor, elas “estão assim condenadas a tornarem-se oceanos de bairros-de-lata votados à anarquia, à miséria e ao crime” (Betí, 2000: 84-85).

Tendo esta realidade presente, não será difícil de entender a prioridade dada ao sector da construção, habitação e urbanismo no Plano Director de Desenvolvimento Rural. No entanto, a sua execução levantava um problema de difícil solução: por um lado, “apenas estão feitos pequenos estudos parcelares” dos principais núcleos populacionais em geral, e as zonas urbanizáveis em cada um deles em particular; por outro, “é o da disponibilidade de terrenos,

agravado pela errada – mas real – noção de posse dos autóctones, situação de facto que vem de longo tempo, levantando constantes e complexos problemas de conflito entre o legal, o legítimo, o útil e o conveniente, de solução extremamente difícil” (JIU, 1972: 201). Este problema, que ainda persiste é grave, na medida em que condiciona sobremaneira a melhoria das condições de salubridade das habitações tradicionais.

Por razões operacionais, o plano foi dividido em duas categorias: as cidades de Bissau, Bafatá e ainda os aglomerados de Bolama, Canchungo, Mansoa, Gabú e Catió, dada a sua localização, são considerados situarem-se nas zonas centrais e eixo de pólos de desenvolvimento das zonas urbanas. Por isso mereciam uma atenção especial, o que impunha a elaboração desde logo de um plano director de urbanização que previsse a dimensão futura de cada um, bem como o ordenamento espacial, crescimento da sua zona urbana e industrial e da construção das infra – estruturas. Contudo, o documento salientava que as quatro últimas teriam um estatuto de “*aglomerados nascentes*” dado o seu estado de desenvolvimento incipiente. Todo o resto do território estava abrangido pelo Plano Director para o Desenvolvimento Rural.

No que diz respeito ao corredor Buba – Quebo foram criados diversos programas que directa ou indirectamente iriam beneficiar a região. Entre eles podemos destacar:

PRG 4840/SPO/4 – Construção da Estrada Bambadinca – Xitole – Buba, incluindo a passagem do rio Corubal, no Xitole (ou seja construção duma nova ponte a jusante da ponte de Saltinho).

PRG4840/JAPG/11 – Melhoramento e apetrechamento do porto de Buba.

PRG4840/SOP/17 – Estrada Bafatá – Galomaro – Saltinho – Aldeia Formosa (Quebo), incluindo a passagem do rio Corubal no Saltinho.

PRG4840/SOP/28 – Estrada S. João – Fulacunda – Buba – Quebo.

PRG4840/SOP/31 – Estrada Cacine – Camiconde – Quebo – Madina do Boé – Beli.

PRG4840/SOP/33 – Estrada Empada – Buba.

PRG4840/JAPG/36 – Ligação ferroviária Buba – Madina do Boé – Beli (condicionada ao projecto de exploração da bauxites do Boé).

Tendo estes programas sido apresentados no início de 1972, a intensidade da guerra no Sul e a revolução ocorrida em Portugal em Abril de 1974, não deu tempo suficiente para que fossem cumpridos. Apesar disso foi possível construir o lanço Quebo – Buba numa distância de 27 km aproximadamente, e Mampatá – Nhacobá, com 16 km.

1.4. Programas Sociais

1.4.1. Saúde

Em 1968, início da vigência do III Plano de Fomento, existia apenas um único Hospital Central na capital da província, Bissau; 3 Hospitais Regionais (Bafatá, Bolama e Teixeira Pinto); e 6 hospitais Rurais (Bissorã, Bubaque, Catió, Farim, S. Domingos e Nova Lamego), e nenhuma destas unidades se localizavam na região de Buba-Quebo. Estas unidades estavam servidas por 54 médicos (dos quais 49 eram militares contratados).

Neste documento reconhecia-se a deficiência na distribuição geográfica da cobertura sanitária e a necessidade de reforçar o acesso à assistência médica e sanitária, de forma a aproximar os números da província com os indicadores da Organização Mundial de Saúde e, quando isto não fosse possível, que pelo menos se não afastasse muito dos números observados nos países vizinhos.

Mas, mais uma vez, este reforço destinava-se os concelhos de Bafatá, Bissorã, S. Domingos, Gabu e Mansoa, ou seja, nas áreas cobertas por unidades de saúde e não para as regiões onde este serviço era inexistente como sucedia em Buba e Quebo.

Todavia, “esta assimetria na cobertura proporcionada pelos serviços civis tem sido compensada pela cobertura dos postos sanitários militares e por serviços de evacuação aérea assegurados pelas Forças Armadas (especialmente a F.A.P.) e pelos T.A.G.P., que têm funcionado em aceitáveis condições de eficiência”. Este facto pode ser testemunhado pela nossa própria experiência.

Como foi referido anteriormente e, principalmente na região de Buba-Quebo, algumas aparências podem induzir em erro. Pois, apesar da cobertura sanitária ser deficitária em 1972, contando apenas com uma maternidade e um posto sanitário, ambos em Aldeia Formosa (Quebo), em certas áreas, a participação dos Serviços Militares na assistência médica e sanitária a civis era de grande importância. “Existiam 120 postos sanitários militares a prestar simultaneamente assistência a civis no interior da província, garantida por 20 médicos, 100 enfermeiros, 260 auxiliares de enfermeiro e 80 maqueiros”. E para melhor entender a importância da grandeza da intervenção dos serviços militares na assistência sanitária a civis, bastará observar os números. Assim, “só no primeiro trimestre de 1971, a assistência civil dos Serviços de Saúde Militares no interior da província registou um movimento de perto de 100.000 assistidos (96.511) ” mais concretamente, “despendendo cerca de 6000 contos” (Pereira, 1972:213p).

Contudo, salienta-se o carácter transitório da assistência militar, o que tornava necessário a transferência total da cobertura sanitária para civis, como reconhecia o governo provincial. Neste quadro, para o desenvolvimento do sector de saúde da província foram definidos os seguintes objectivos:

- Proporcionar a cobertura sanitária eficaz à província em condições a uma adequada distribuição espacial e aos níveis dos indicadores preconizados pela O.M.S. (Organização Mundial de Saúde).
- Tornar extensiva a toda a província a assistência médica e sanitária materna e infantil.
- Erradicar, ou no mínimo baixar para índices de contágios não significativos, as endemias da província (...).
- Melhorar o nível higiénico, profiláctico e nutricional das populações civis. Como se pode observar, todos os objectivos eram genéricos e considerados a escala provincial.

Para atingir estes objectivos foram definidas diferentes acções a desenvolver designadas por *Medidas de acção governativa a tomar* que, por sua vez, foram transformadas em 20 programas propostos, dos quais, e como exemplo podemos destacar:

PRG 41 214/SS1 – Formação de pessoal médico civil mediante a concessão de bolsas de estudo.

PGR 41 214/SS6 – Ampliação da rede de hospitais rurais.

PGR 41 214/SS14 – Formação de 300 auxiliares de enfermeiro para superar as necessidades actuais, elevar os indicadores para os níveis fixados pela O.M.S. e substituir o pessoal militar, etc.

1.4.2. Ensino

No domínio de ensino, apesar do correcto diagnóstico feito sobre a matéria, nenhum dos 48 programas criados se reflectiu nos sectores de Buba ou de Quebo. A maioria das referências era vaga e comum a todo o território guineense.

Assim, verifica-se que, exceptuando o nordeste do país (o sector de Boé), esta região era a mais carente em termos de instalações, existindo apenas duas escolas oficiais, uma em Quebo e outra em Mampatá, todas outras eram postos militares.

Dos programas de carácter geral anteriormente mencionados, alguns merecem um destaque especial, porque a serem concretizados teriam um grande impacto no país. O programa **PRG 4104/SEd/2** – relativo à necessidade de difusão da língua portuguesa através da criação de cursos de adultos para toda a população; o **PRG 4104/SEd/3** – Sobre a alfabetização da

população activa da província; o PRG **4104/SEd/12** – relativo à activação de programas de valorização feminina nas escolas primárias e secundárias; e o **PRG 4104/SEd/30** – sobre a integração total e progressiva dos postos militares nos serviços de educação. Este último teria grande impacto na região, porque como se viu atrás a maioria das escolas aqui existentes eram desta última categoria, que era considerada de nível baixo.

Finalmente, os programas de ensino reconheciam a existência daquilo que designavam como marginalmente ao plano oficial funcionam na província 495 escolas corânicas, onde 522 professores ministram a 8775 alunos ensino religioso islâmico e onde crianças islamizadas aprendem a ler e escrever árabe (mais correctamente, uma corrupção do árabe, o marabu).

Este tipo de ensino, dada a grande influência que o grande teólogo Cherno Rachid teve na sociedade islâmica do país em geral, e nesta região em particular, tinha uma expressão enorme. Paralelamente, também já funcionavam em Quebo, pelo menos duas *madaraças* que, ao contrário do que pode ler-se num sitio brasileiro que as definem como sendo “*escolas existentes nos países islâmicos e basicamente destinadas ao ensino da população mais pobre, nelas, além do ensino de matérias básicas, é também feito o estudo do Alcorão Sagrado, única lei existente naquelas nações, haja vista substituir qualquer código de Direito. Daí a importância dos líderes religiosos, a um só tempo sacerdotes, governantes e juizes*” (...)⁸; na Guiné, e em Quebo em particular, este tipo de escolas teve um papel fundamental de passagem entre o ensino de *magils*⁹ e o ensino oficial. Aliás, pode-se dizer que foi graças às *madraças* que muitos jovens conseguiram escapar ao círculo vicioso de iliteracia em que os pais os mantinham. Apesar de não existirem estudos sobre isso, a convicção é de que seria muito difícil a sobrevivência das *madaraças* se a primeira não tivesse sido fundada por um dos filhos de Cherno Rachid, pois a hostilidade movida pelos sectores mais conservadores, não teria de todo permitido o seu funcionamento.

Dada a importância que este ensino alternativo assumiu e continua a deter nesta região, a sua gente muitas vezes é injustamente penalizada quando se faz a avaliação de número de analfabetos, pois, a maioria dos velhos e muitos jovens falam e escrevem o árabe ou pelo menos conseguem escrever e ler na sua própria língua usando caracteres árabes. Infelizmente,

⁸ Londrina/Folha do Paraná (edição de 27 Out. 2001), de autoria de Maria Lúcia Victor Barbosa, socióloga, escritora e Professora universitária, que acrescenta: “*o MST não ostenta a bandeira da reforma agrária justa e necessária, mas a da violência, da ilegalidade, do desmando, dos objectivos revolucionários ultrapassados que se ligam à mentalidade do atraso e mantêm o subdesenvolvimento*”.
<http://www.olvaodecarvalho.org/convidados/0085.htm>

⁹ Escolas corânicas tradicionais.

este tipo de conhecimento não é tido em conta para efeitos de avaliação do grau de instrução na Guiné.

2. Após a independência (1974)

O facto de a Guiné-Bissau ter tido um partido político militar que organizou e dirigiu a luta que conduziu à independência nacional, marcou de uma forma significativa a história do país. O momento precursor da organização da economia do país no período pós-independência foi a realização do III Congresso do PAIGC em Bissau, de 15 a 20 de Novembro de 1977. Este Foi o primeiro a ser realizado após as independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, sob o lema: Congresso da Independência para a Unidade e o Desenvolvimento.

Desta reunião magna saíram as principais orientações para a condução do país nos anos seguintes. Segundo Cardoso (1996:4), “após a conquista da independência, a Guiné-Bissau enveredou-se pela via de economia estatizada e centralizada, em que o poder de decisão (Programação, Planificação, Execução, Seguimento e Avaliação era detido pelo Estado”. Por outro lado, a Constituição da Republica de 1973, no seu Artigo n.º 8 afirmava: “o Estado desempenha um papel decisivo na planificação e no desenvolvimento harmonioso da economia nacional”. No entanto, apesar deste papel ser reservado ao Estado, o mesmo documento afirmava que, o Partido estava acima do Estado, pois, a ele estava reservado o papel de definição de todas as políticas de desenvolvimento económico e social – com clara expressão nos slogans da época - “PAIGC, força política e dirigente da sociedade guineense”. A via política escolhida foi a de partido único, de cariz revolucionário, vindo de uma longa e sangrenta guerra de guerrilha e que estava desesperadamente ansioso de se afirmar na sociedade, embora contasse com muitos sectores hostis.

Apesar da abundância de documentos sobre este período (1974-1982), não é fácil dizer com clareza quais eram os programas e projectos de desenvolvimento. Todas as medidas previstas eram de carácter genérico, usando expressões frequentemente como: aumentar, melhorar, reforçar, etc. Se não vejamos o que Bernardino Cardoso (1996:5) diz sobre as decisões saídas do III Congresso do partido que defendiam no seu ponto I mediada como:

- “Aumentar a produção através de implementação de estruturas produtivas, sobretudo nos domínios da agricultura e pecuária, da pesca e da indústria e pelo aumento da produtividade”;

- “Promover o incremento de empresas estatais como motor da economia guineense e que deverão contribuir eficazmente para o desenvolvimento económico e social”, entre outras.

Para Carlos Cardoso (1991: 6), este período foi caracterizado fundamentalmente pela tomada de medidas pontuais, em vez de programas concretos e consistentes e deveu-se à situação herdada da época colonial e por se ter pensado que era necessário “recuperar o atraso em relação aos países europeus, tudo tornou-se prioritário”. E acrescenta que todo este processo era feito por um número de quadros que não ultrapassava uma dezena.

Para Forrest (2003:205), o aspecto mais determinante das mudanças, talvez seja o despertar para a realidade e as dificuldades de construir e desenvolver um Estado depois das euforias iniciais típicas dos primeiros anos de independência.

Entretanto, no que diz respeito à política de desenvolvimento regional, poucas são as referências concretas.

Outro momento importante na vida do país foi o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, que derrubou o primeiro presidente do país, Luís Cabral e conduziu ao seu lugar o General João Bernardo (Nino) Vieira.

Um ano após o golpe, realizou-se em Bissau, o I Congresso Extraordinário do partido de 8 a 14 de Novembro de 1981. Após análise da situação económica do país, os congressistas foram obrigados a reconhecer o fracasso das políticas de desenvolvimento acrescentando que, “a política seguida desde a independência até 14 de Novembro não permitiu o melhoramento da situação; bem pelo contrário, muitos anos foram perdidos e ajudas externas importantes que tínhamos recebido foram em grande parte mal utilizadas”. Portanto, as orientações fixadas pelo III congresso do partido, não só não foram atingidas como, em muitos aspectos, foram subvertidas. “Na prática, como se sabe, o caminho seguido não foi conforme as orientações estabelecidas; a prioridade que devia ser dada à agricultura foi substituída (por) uma política de investimentos desproporcionados ou inadequados nos diferentes sectores, beneficiando a agricultura no total de menos 10% das despesas de desenvolvimento entre 1975 e 1980”. (SEPCI, 1982:14). Este facto levou a que a produção agrícola estagnasse ou mesmo em certos sectores regredisse. Infelizmente, nenhum dos documentos consultados apresenta dados estatísticos deste período.

Aliás, esta situação não era exclusiva da Guiné-Bissau, os relatórios do Banco Mundial sobre a situação económica africana estão repletos de referências deste tipo. No entanto, o maior problema não residia apenas no baixo crescimento económico, mas acima de tudo, a sua combinação com um aumento demográfico galopante (Cardoso, 1991:4). Citando trabalhos de

técnicos do Banco Mundial, este autor afirma que durante a década de 70 do século passado, houve “uma diminuição da produção agrícola na ordem de 1.7% ao ano” nos Países Africanos Menos Avançados. Enquanto, para o mesmo período, segundo os dados do INEC (2005), a população cresceu na ordem de 2,05% ao ano.

Esta constatação apesar de manter o PAIGC como único partido no país, motivou a alteração na política económica que se abriu ao sector privado como iremos ver no capítulo sobre as mudanças na economia, sublinhando a necessidade de elaboração do “*1.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social*”. Contudo, apesar de assumir grande importância por ser pela primeira vez na história do país depois da independência que se pensava o desenvolvimento de uma forma esquematizada, a maioria das opções limitava-se praticamente à esfera macroeconómica.

Se é verdade que ao nível nacional este era o panorama dominante, é de salientar que, no Sul em geral, e nos sectores de Buba e Quebo em particular, a realidade era oposta. Segundo alguns chefes tradicionais com quem falamos, estes foram os anos em que se registaram melhores colheitas. E a justificação para esta situação deve-se por um lado, ao facto de as pessoas que anteriormente tinham sido obrigadas a abandonar as suas aldeias terem regressado e retomado as suas actividades, por outro, a desconfiança mútua com as novas autoridades, não permitia margem de erro, daí a segurança alimentar estar no topo das prioridades¹⁰.

Como já se referiu anteriormente, o “*1.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social*” dava prioridade aos aspectos macroeconómicos, e foi dividido em Programas Sectoriais e Regionais agrupados da seguinte forma:

- 1. Bloco prioritário** – nesta rubrica fazia parte o sector de desenvolvimento rural, floresta e transformação de madeira, pescas e as minas.
- 2. Bloco de Apoio Principal** do qual faziam parte a Hidráulica, Transportes, Comércio, Telecomunicações e a Administração.
- 3. Sectores Sociais** que englobava a Saúde, Urbanismo, Saneamento e Habitação, Educação, Juventude e Desportos, Informação e Cultura e Combatentes da Liberdade da Pátria.
- 4. Outros Sectores**, no qual foram agrupados a Indústria, Energia, Obras Públicas e o Turismo

¹⁰ Entrevista a Alhadje Tchernó Aliu, líder religioso e Khalifa de Forréá, realizada em 4 de Dezembro de 2005

5. Programas Regionais onde foram apresentados os aspectos regionais do Plano e a regionalização dos programas Sectoriais.

Esta distribuição das verbas fazia-se acompanhar por uma definição das principais metas a atingir, onde se destacam os seguintes pontos:

- Respeitar a coexistência entre produções de subsistência e culturas de exportação de forma a atingir-se a auto-suficiência alimentar, contribuindo, ao mesmo tempo, de modo significativo, para o desenvolvimento das exportações;
- Tomar como eixo prioritário um desenvolvimento baseado nos recursos nacionais;
- Implementar uma estratégia de pesquisa para o desenvolvimento e uma política de formação a longo prazo;
- Apoiar fortemente a agricultura familiar e os organismos cooperativos;
- Evitar os desequilíbrios regionais;
- Limitar o êxodo rural.

Uma observação atenta destes programas e ao compará-los com aqueles apresentados na “*Prospectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné*” acima citada constata-se facilmente a grande semelhança, se não continuidade, entre os dois, isto apesar de nos primeiros anos da independência o PAIGC pretender “*diabolizar*” tudo o que foi herdado do governo colonial. Este facto teve graves consequências na maneira como o processo de desenvolvimento foi conduzido. Para alguns estudiosos deste período como Chabal, esta forma de pensar e actuar resultou do facto da descolonização dos territórios portugueses ter decorrido “de mão – dada com a adesão ao “socialismo” pós-colonial”, que foi adoptado imediatamente a seguir à independência, o que podia ser evitado, dado os antecedentes de falhanços destes regimes em África (Chabal, 1993: 42).

No quadro abaixo apresenta-se os investimentos previstos em cada ano da sua vigência e para cada uma das rubricas do plano (SEPCI, 1982:91).

Em milhões de PG (1 xof foi trocado por 65,00 PG).

Áreas de intervenção	1983	%	1984	%	1985	%	1986	%	Total	%
Bloco Prioritário	776,1	36,4	1281,2	33	1202,2	22,2	1208,4	24,2	4467,9	27,2
Bloco de Apoio Principal	659	30,9	803,1	20,7	1291,3	23,8	947,9	19	3701,3	22,5
Sectores Sociais	303,9	14,3	534,7	13,8	1291,3	19,8	916,5	18,4	2828,8	17,2
Outros Sectores	390,8	18,4	1263,5	32,5	107307	34,2	1918,5	38,4	5226,4	33,1
Total	2129,8	100	3882,5	100	1853,6	100	4991,3	100	16424,4	100

Quadro 1. Investimentos previstos no quadro PQDES (1983-1986) Adaptado do 1.º PQDES, 1983-1986

Poder-se-á dizer que o balanço geral deste plano não foi muito positivo, conseguindo apenas uma parcial estabilização económica, enquanto nos domínios considerados prioritários os investimentos foram reduzidos.

No início de 1987, foi formado um grupo de trabalho que tinha como missão preparar o II Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período de 1987-1990. No entanto, o agravamento da situação económica obrigou o país a entrar em negociações com o FMI e o Banco Mundial.

Como se viu nos projectos anteriores à independência, e neste plano, no que diz respeito ao Bloco prioritário a concretização das medidas propostas teria um impacto significativo na região em estudo. É o caso da exploração do bauxite de Boé que implicaria a “construção de uma via-férrea Boé – Buba de cerca de 150 km e a construção de um porto de águas profundas em Buba” (SEPCI, 1982:115).

Neste plano estava previsto o arranque dos trabalhos de construção do projecto da exploração e transformação de madeira FOLBI localizada em Buba. Um dos poucos projectos tornados realidade.

No domínio das obras públicas, para além das acções pontuais atrás apontadas, sobressaem alguns projectos nacionais que, pela sua importância e dimensão, teriam grande impacto na região. São os casos da construção da estrada **Bambadinca – Quebo** e dos projectos do Banco Mundial para os principais eixos rodoviários da África Ocidental, que previa a construção da estrada que liga **Quebo a Boké** na República da Guiné-Conakry.

Os projectos do Banco Mundial previam o financiamento do Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo para que este pudesse desenvolver o reforço das capacidades de realização e gestão, principalmente no domínio de manutenção e reparação das estradas.

Ao mesmo tempo era apontada a necessidade de reorganizar o ministério, regionalizar as actividades das brigadas das estradas e as oficinas de manutenção.

É de salientar que neste plano, como na maioria das acções pontuais realizadas nas regiões, os sectores não mereciam uma menção individualizada. “Eles não são objecto de nenhuma descrição separada no capítulo Regional do Plano mas sim englobados no contexto geral das suas regiões” (SELCI, 1982: 184).

Nos projectos regionais destinados quer a Quinara como para Tombali, apenas a construção dos mercados municipais de Buba e Quebo constavam do plano.

Finalmente, de resto como iremos ver nos próximos capítulos, a partir da entrada em vigor dos Programas de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do FMI (em diferentes fases: primeiro para o período de 1987/89; a segunda de 1989/91; e depois para o período de 1994/97), o país deixou de ter planos de desenvolvimento.

Por outro lado, a entrada destes programas coincidiu com o início do processo de mudanças políticas seguidas de instabilidade que conduziu à guerra civil de 7 de Julho de 1997. De então para cá o país tem vivido de transição em transição.

PARTE III – As grandes mudanças no Sul da Guiné-Bissau: o corredor Buba-Quebo

1. Mudanças no povoamento

O estudo do povoamento e da mobilidade parecem suscitar actualmente um interesse renovado em muitos países do mundo. Na Guiné-Bissau, pelo contrário, não constituem tema de investigação, pelo menos desde a independência. Durante a administração colonial, estudiosos como António Carreira, Teixeira de Mota, A. Sousa Franklin, Fernando Rogado Quintino, Orlando Ribeiro e Raquel Soeiro de Brito, entre muitos outros, dedicaram particular atenção a esta temática.

Se em 1951 António Teixeira de Mota se queixava da falta de empenho e de interesse que os trabalhos sobre o povoamento das populações ultramarinas provocavam nos meios metropolitanos ligados à investigação científica, maior ainda é a nossa admiração pela falta destes estudos, trinta anos depois da independência, apesar do esforço dos responsáveis do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP em produzir conhecimento em várias áreas científicas do território da Guiné-Bissau e do seu povo.

A escassez de literatura sobre esta matéria, obrigar-nos-á a basear em grande parte a nossa pesquisa sobre o povoamento e organização das famílias, nos estudos realizados pelos investigadores portugueses publicados entre as décadas de 40 e 70 do século XX.

Desde a independência do país em 1974, que a maioria das referências sobre o povoamento é constituída por os trabalhos desenvolvidos por investigadores estrangeiros, inserido em outras disciplinas, porque são poucos os investigadores nacionais com vocação para este tema.

A aparente contradição deve-se à escassez de pessoas com formação em geografia, que possuam uma sensibilidade especial para o problema do povoamento e um domínio global da sua disciplina.

No caso da Guiné-Bissau, a sensibilidade e domínio sobre o tema do povoamento tornam-se fundamentais dadas a complexidade do mosaico étnico num território tão pequeno, por um lado, e a crescente mistura dos povos, por outro. As denominadas *tabancas homogéneas* estão em vias de extinção e, já na década de 60 do século passado, Soeiro de Brito (1997) chamara a atenção para este facto, considerando a propósito da existência de uma tabanca só para Mandingas, como era frequente no passado, que “esta exclusividade vem-se perdendo há alguns anos e a maioria das aldeias é hoje coabitada por duas ou três populações diferentes (...); [para não sair da área de Bafatá], numa das aldeias estudadas conviviam lado a lado cristãos, fulas, balantas e cabo-verdianos, embora o grupo mais importante fosse o mandinga” Soeiro de Brito (1997: 112).

A aldeia tradicional dos povos da Guiné-Bissau deixou de ser aquilo que foi durante séculos – aldeia homogénea, onde a maioria dos seus membros pertenciam se não a uma mesma família, um mesmo clã ou no máximo a uma etnia.

As alterações introduzidas na organização do território baseada no aspecto tribal (“chão manjaco”, “chão balanta”, “chão fula”, “chão mandinga”, etc.), defendida pelo governo colonial na elaboração da Prospectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné em 1972, para uma organização baseada puramente em termos geográficos, associada às alterações verificadas na sociedade guineense nos últimos anos, vieram reclamar uma nova abordagem do estudo dos povos da Guiné. Estas mudanças diferem em grande parte do que

acontecia até há dezenas de anos atrás, não só pela mistura em si, mas principalmente pela rapidez e intensidade com que ocorrem. Este processo que, segundo Gaetano Ferro (1979: 65), é, ao fim e ao cabo, a evolução das formas de organização do espaço pelos grupos e pela sociedade humana, é apenas um dos aspectos das mudanças da civilização através do tempo.

O relato das mudanças mais recentes aqui feitas, resultará fundamentalmente das nossas observações e do conhecimento da realidade (por vezes com uma certa dose de especulação) e ainda de entrevistas realizadas aos representantes locais, principalmente os mais velhos, que de certa forma assistiram às grandes mudanças verificadas na região de Buba-Quebo nas últimas décadas.

Todos os autores consultados sobre a matéria são unânimes em considerar a *morança* como a unidade familiar que mais determina o modo de vida e o povoamento dos povos africanos. Esta é definida por A. de Sousa Franklin (1948) como sendo “uma habitação ou um conjunto de habitações cujos inquilinos são membros de uma família ou a ela estão ligados por amizade ou interesse (...)” (Franklin, 1948: 499). Referindo-se aos Fulas, considera-o um povo “altamente sociável, pois, qualquer pretexto lhe serve para estabelecer conversação com o próximo e daí a fazerem-se amigos vai um passo”, outros, como Schiefer e Havik citados por Oliveira *et al.*, (1996:22), vão um pouco mais longe, considerando a *morança* como “o centro de relações ligando entre si os aspectos económicos da produção, distribuição e processamento, aos aspectos sociopolíticos, da linhagem, clã, género, grupos etários e a esfera cosmológica destas sociedades”.

A *morança* comanda portanto, toda a vida familiar que, por sua vez, constitui o pilar da vida comunitária e tribal, entendida como sendo “o conjunto de pequenos grupos humanos que, vivendo num território, possuem certo sentimento da sua unidade, derivado de numerosas semelhanças culturais e de amistosos e frequentes contactos, e uma determinada comunidade de interesse” (António Carreira, 1961:662). Das relações entre as moranças ou chefes de famílias depende em grande parte a coesão social do grupo. Por isso, há numerosas formas e práticas para fortalecer estas relações, desde troca de favores, entreaajuda nos trabalhos agrícolas e na construção das casas até casamentos, muitas vezes combinados entre os chefes das famílias. No entanto, esta última forma de relacionamento tende a enfraquecer, pois são cada vez mais os jovens que não consentem estas combinações.

1. Mudanças na População

O estudo das mudanças demográficas verificadas na região de Buba-Quebo revelou-se uma tarefa muito difícil. Primeiro, porque não há grande tradição de realizar recenseamentos da população na Guiné-Bissau - o primeiro realizou-se em 1928 e último em 1991, num total de apenas cinco. Dos censos até agora realizados no país, pode dizer-se que os recenseamentos de 1940 e 1950 foram os únicos que cumpriram as recomendações internacionais em termos de periodicidade.

Em segundo lugar, e no que diz respeito à região em estudo, os limites territoriais alteraram-se com os ajustamentos efectuados na nova divisão administrativa que resultou da independência, por isso, todas as comparações são apenas indicativas.

Em terceiro lugar, muitos dados apresentados para as regiões administrativas, são difíceis de decompor, porque não são fornecidos os dados primários, ou seja, os dados relativos aos sectores. E, finalmente, já passaram 16 anos desde a data do último recenseamento da população¹¹.

Se estes anos foram dos mais conturbados que o país conheceu, também foram aqueles em que maiores transformações ocorreram em termos populacionais. É neste quadro que tentaremos fazer um estudo das alterações sentidas na população da região de Buba-Quebo.

Começamos pelas dificuldades em fazer corresponder as unidades espaciais nas fontes estatísticas disponíveis. Criada em 1919 com a divisão administrativa, a superfície da então Circunscrição de Fulacunda, 3.438 km², não corresponde com os actuais 3.138 km² da região de Quinara. Como dissemos anteriormente, o sector de Quebo com 960,4 km², integrado actualmente na região de Tombali, pertencia a Quinara. Ainda assim, fica por incluir uma parte do sector de Tite que estava lidado ao concelho de Bolama. Este exemplo demonstra alguns dos problemas que se colocam à análise da população desta área do país, facto agravado pelos poucos dados disponíveis.

A maioria das recolhas de dados populacionais efectuadas nos primeiros tempos, tinham como finalidade cobrar impostos. Para isso recorria-se à contagem das palhotas, o que veio a dar o nome ao próprio imposto – *imposto de palhota*. Esta medida era justificada pelo facto de as populações africanas habitualmente não revelarem o verdadeiro número dos seus agregados familiares para pagarem o menor imposto possível. Com este método, contavam-se as

¹¹ Está prevista a realização de um novo recenseamento da população durante o ano de 2008. No entanto, ainda não é visível qualquer preparativo neste sentido.

palhotas e fazia-se uma estimativa do número de indivíduos para efeito de pagamento de imposto.

Os dados do recenseamento de 1928, devem ser analisados com alguma reserva, pois ainda decorriam as guerras de consolidação da ocupação efectiva do território – *campanhas de pacificação*. Durante este período devido à desconfiança mútua entre a população africana e as autoridades portuguesas não era permitida a circulação livre em todas as partes do território, o que reduz a fiabilidade dos dados recolhidos.

Muitas vezes foram apurados resultados com base em estimativas como também sucedeu nos recenseamentos de 1940 e 1950, que disponibilizaram apenas o total de residentes na província, entenda-se – a Guiné. No entanto, no Anuário da Guiné portuguesa de 1948 são publicados dados por concelho e circunscrição relativos ao ano de 1947, o que permite estimar a população da região de Buba-Quebo no ano de 1950, admitindo uma taxa crescimento na ordem de 4,74 por cento, a média registada no território entre os dois recenseamentos. Por esta razão, estes números (principalmente os de 1950 e 2005) devem ser tomados com precaução, na medida em que são estimativas susceptíveis de apreciáveis correcções.

Quadro 2. População residente nos diferentes anos de recenseamentos

Unidades administrativas	1928	1940	1950 ^a	1979	1991	2005 ^b
<i>Buba-Quebo</i>	-	-	-	14037	19.631	25.260
Região de Quinara	-	-	28.180	35.532	42.960	52.916
Região de Tombali	-	-	44.849	55.099	71.065	93.769
Província do Sul	-	-	95.527	116.374	144.543	174728
Total do País	327.157	345.267	508.970	767.739	979.203	1.326.000

Fonte: INEC; Anuário da Guiné Portuguesa de 1948

^a Dados extraídos do anuário da Guiné Portuguesa de 1947

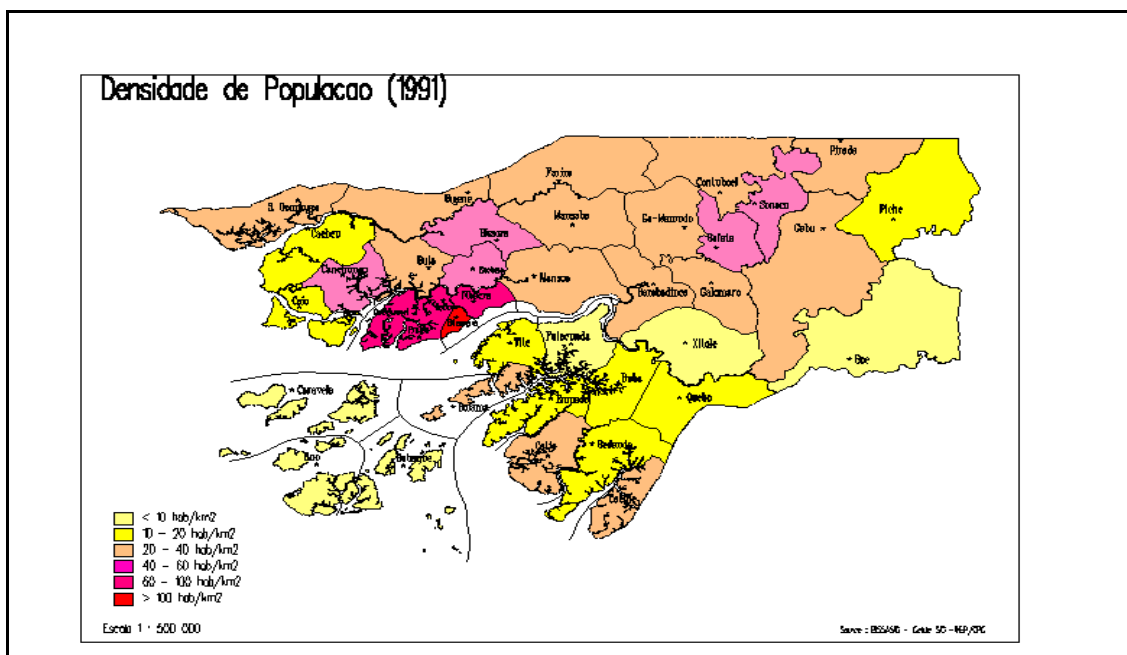
^b Resultado obtido aplicando uma taxa de crescimento da população de 2,05%, segundo o INEC.

Não faltarão vozes a culpar a administração colonial pela falta de realização de operações censitárias na Guiné, quando este processo era já praticado de forma sistemática em Portugal

desde a segunda metade do século XIX. No entanto, como já foi referido anteriormente, a ocupação total e efectiva do território guineense só foi conseguida em 1936. Neste sentido, poder-se-á dizer que, o “pecado” maior é não conseguir cumprir com os padrões internacionais três décadas depois da independência.

Apesar da sua fraca densidade populacional¹² registada actualmente – cerca de 12 hab./km², valor que não se alterou de forma significativa entre 1979 e 1991 (8,2 e 11,5 hab. /km², respectivamente), a região de Buba-Quebo é, desde há séculos, uma das áreas com importante concentração humana. Por exemplo, no Anuário de 1948 era referido que “no século XVII os principais núcleos da população [da Guiné Portuguesa] eram Cacheu, Bissau, Farim, Bolola (na região de Buba), Geba e Ziguinchor” (Duarte, 1948: 34).

Numa observação apenas dos dois últimos recenseamentos realizados depois da independência, verifica-se que a região de Buba-Quebo teve um aumento efectivo da população muito próximo de 40 %, passando de pouco mais de 14 mil habitantes em 1979 para cerca 20 mil em 1991. Este aumento está claramente acima da média verificada no conjunto do país, que ficou em 27,5 por cento.



Mapa 11. Densidade populacional (1991)

¹² De acordo com os dados INEC, EM 1991 a densidade populacional média nacional era de 27,1 hab. /Km², enquanto a região de Quinara registava 13,7 hab. /Km² (segunda mais baixa do país depois da Região de Bolama/Bijagós com apenas 10,2) e a Região de Tombali com 19 hab. /Km². No mesmo ano, a Região Buba – Quebo registou apenas 11,5 hab. /Km².

Aliás, fazendo uma comparação do “comportamento” da região de Buba-Quebo quer com as regiões de Quinara e Tombali, quer com o conjunto da província do Sul, quer ainda com o crescimento do país nos diferentes censos, verifica-se uma grande semelhança. No entanto, regista-se uma acentuada diferença no crescimento da população do país em relação as outras unidades geográficas consideradas entre os censos de 1950 e o de 1979. Neste período o conjunto do país teve um aumento populacional acima de 50%, enquanto naquelas este aumento não ultrapassava os 25%. Por outro lado, como se afirmou anteriormente, a região de Buba-Quebo registou um crescimento muito forte entre 1979 e 1991co cerca de 40%, enquanto em todas outras unidades o aumento não foi além de 28 por centos (figura 1). Em todo o caso, pode-se afirmar que houve um crescimento populacional muito forte em todo o território e em todos os recenseamentos.

Este aumento é resultado de uma fecundidade muito elevada - cerca de 50 nados vivos por cada mil mulheres em idade de reprodução. Este indicador situa-se em 49‰ e 52‰ na região de Quinara e em Tombali (INEC, 2005:36). Atendendo ao conjunto de indicadores taxa bruta de natalidade de 50/1000, taxa bruta de reprodução de 3,3 rapariga/mulher, índice sintético de fecundidade de 6,8 filhos/mulher, por exemplo, a tendência de crescimento natural não deverá sofrer alterações significativas a curto/médio prazo e reflecte-se na taxa de crescimento anual da população de 2,05 por cento (INEC, 2005: 3).

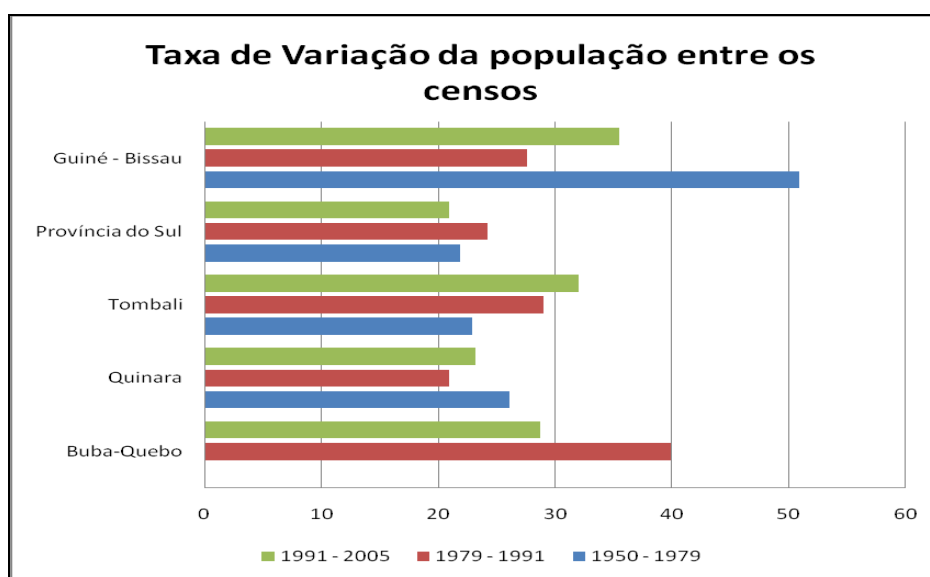


Figura 1. Taxa de variação da população entre os censos

Ao contrário do que se verifica nos países desenvolvidos, a influência da urbanização no recuo deste indicador não se fez sentir na Guiné-Bissau, aliás é nos centros urbanos que as taxas de natalidade são superiores, em virtude da elevada fecundidade das adolescentes, não só casadas, mas também das solteiras, fenómeno cada vez mais frequente (INEC, 2005:41). Por outro lado, “a forte migração da população em idade de procriação (15-49 anos) do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida”, bem como o abandono dos “métodos tradicionais do post-parto e não os substituir por métodos modernos como por exemplo, o uso de contraceptivos”, são outros factores que ajudam a explicar este fenómeno (INEC, 2005:51).

Os elevados níveis de fecundidade estão muito ligados à nupcialidade precoce. A nível nacional, mais de 43% das raparigas entre os 15 e 19 anos estão casadas, chegando a 90% aos 30 anos, enquanto para os homens estes valores ficam-se por 2,5% no primeiro grupo etário e um pouco mais de 46% até aos 30 anos. Nas regiões de Quinara e Tombali as percentagens estão muito próximos dos valores registados ao nível nacional, ou seja, 49,4% das raparigas de Quinara casam até aos 19 anos, enquanto em Tombali 48,7% das jovens estão casadas antes da idade de 30 anos. Considerada a faixa etária entre os 15 e 30 anos os valores ultrapassam os 90% de mulheres casadas em ambas as regiões. Não dispomos de dados para a região de Buba-Quebo mas tudo indica que a situação é semelhante.

Nos homens, na faixa etária entre os 15 e 19 anos, a percentagem de jovens casados é muito reduzida 4% em Quinara e de 3% na região de Tombali. Mesmo analisando o grupo etário entre os 15 e 30 anos, menos de metade dos homens estão casados (INEC, 2005:42).

Por outro lado, todas as taxas de mortalidades (materna, infantil e juvenil) continuam a registar valores muito elevados. A mortalidade materna situa-se em média nos 700/100 mil, sendo ligeiramente inferior nas zonas urbanas, mas atingindo em certas regiões valores muito próximos de um milhar por 100 mil mulheres; a segunda varia em termos regionais, entre os 120 e 175/mil; e a mortalidade juvenil (até aos 5 anos) entre 200/ mil, nas zonas urbanas e 300/mil, nas zonas rurais (INEC, 2005:59). Esta diferença é justificada pela existência de melhores cuidados de saúde nas cidades e vilas.

Outros indicadores merecem ser realçados nomeadamente o aumento na dimensão média dos agregados familiares verificado entre os dois últimos censos, passando de 6,1 para 7,3 pessoas na região de Quinara, enquanto na vizinha Tombali a evolução foi de 6,3 em 1979, subindo para 7,7 pessoas por agregado familiar em 1991.

A esta realidade estará certamente associada, a poligamia, prática que ainda persiste no país.

No entanto, ao contrário do que se possa pensar quando se fala desta prática, como sendo mais vulgar entre os muçulmanos, ela é comum a todas etnias.

Baseado nos resultados dos censos de 1950, António Carreira (1961: 656) chegou às seguintes conclusões¹³:

- nos Brameles também conhecidos por Mancanhas, era vulgar encontrar lares com 4 ou mais esposas, com 9 %;
- entre os Fulas, nos (seus) três ramos que considerou (Fulas Foros, Futa-Fulas e Fulas pretos) em cerca de 63% dos lares existia uma esposa, e em apenas 3% dos lares 4 ou mais esposas (Quadro 3).

Alguns grupos Étnicos	Lares segundo o número de esposas, Em valores relativos (%)			
	1	2	3	4 ou +
Balantas	58,6	28,6	8,8	4
Beafadas	49,9	33,4	12,8	3,9
Fulas	62,9	27,7	6,7	2,7
Mancanhas	57,0	24,9	9,5	8.6
Mandingas	48,7	34,3	12,2	4.8
Bijagós	64,7	24,7	7,1	3.9

Quadro 3. Adaptado de António Carreira, 1961

- nos Balantas, uma das etnias com maior peso demográfico na região Buba-Quebo, esta relação afigurava-se da seguinte maneira: cerca de 59% dos lares tinham uma única esposa, e apenas 2% dos lares tinham 4 esposas ou mais;
- esta realidade era menos comum entre os Balantas-Mané (um subgrupo dos balantas com grande percentagem de islamizados) com apenas 1,6%.

A estrutura etária da população, independentemente do nível da análise geográfica, é muito jovem. Em 1991 a população com menos de 25 anos representava cerca de 61% na região de

¹³ No recenseamento de 1991 deixaram de ser recolhida informação sobre a composição étnica.

Tombali, enquanto as pessoas com 65 anos ou mais eram apenas 5,5% do total. Na região de Quinara a população é ainda mais jovem, 63,4% dos residentes tinha menos de 25 anos, sendo idêntico a proporção de idosos cerca de 6% do total.

Apesar do nível de desagregação dos dados disponíveis não permitir a realização destes cálculos a composição da população na região de Buba-Quebo será semelhante. Por exemplo, no sector de Quebo e para o mesmo ano, a população entre os 0-19 anos representava mais de 58 por cento (figura 2).

Com estas características, podemos afirmar que a população guineense se encontra num *estádio de crescimento transicional*, que corresponde aquele “em que se verifica um crescimento acelerado, resultante de uma quebra anterior da mortalidade face à fecundidade” (Cardoso, 2007: 485).

Este facto, como não podia deixar de ser, cria sérios desafios ao Estado e à sociedade, na medida em que a existência de uma relação da dependência elevada (taxa líquida de dependência de 112) é extremamente desfavorável, pois significa haver uma reduzida proporção de activos face à população a sustentar. Com a existência de muitos desempregados, principalmente nas cidades, a situação pode ser dramático. Por outro lado, a pressão para a construção de equipamentos colectivos quer para educação, quer para a saúde pesará de uma forma significativa.

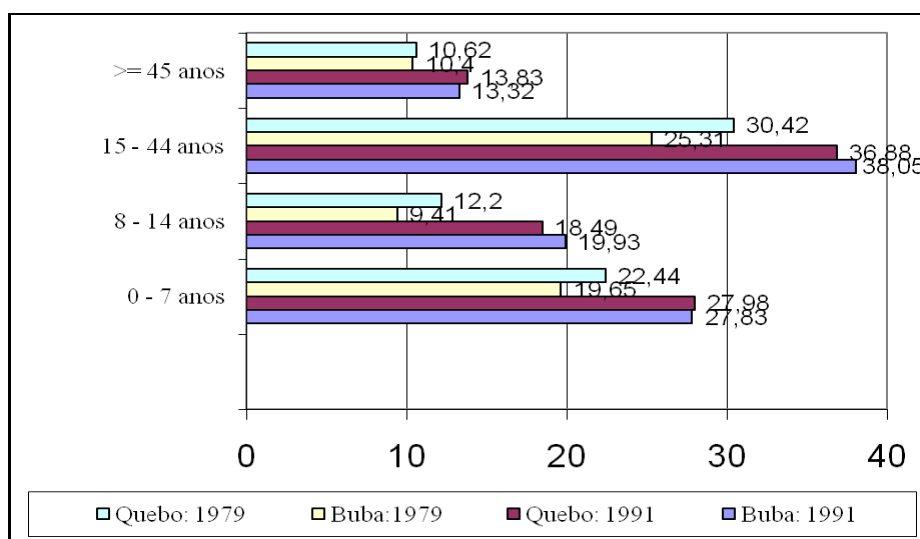
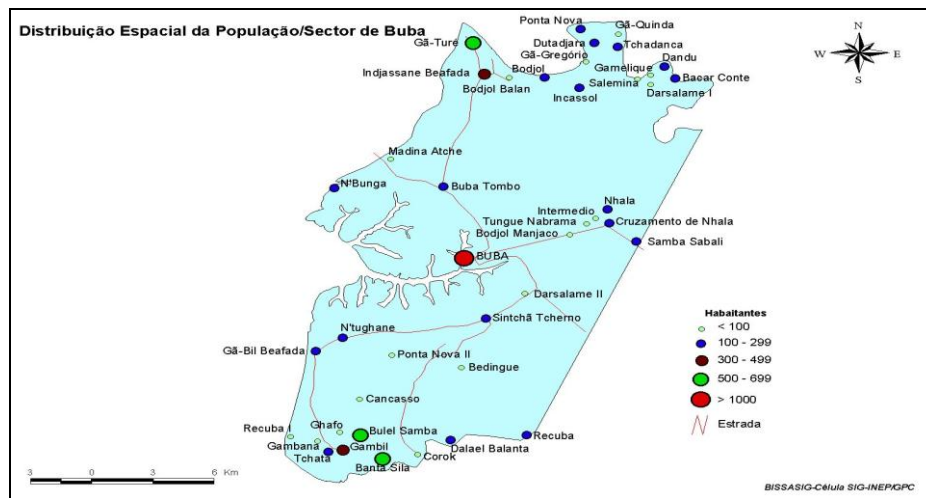


Figura 2. Estrutura da população da região Buba-Quebo em 1979 e 1991

A distribuição da população da região mostra um grande peso das duas vilas capitais dos sectores. A população da vila de Buba representa mais de 35% da totalidade do sector, dos quais 29% vivem em 17 tabancas cujos efectivos se situam entre 100 e 299 habitantes; enquanto os habitantes das 3 tabancas entre 500 e 699 residentes representam cerca de 17%; e

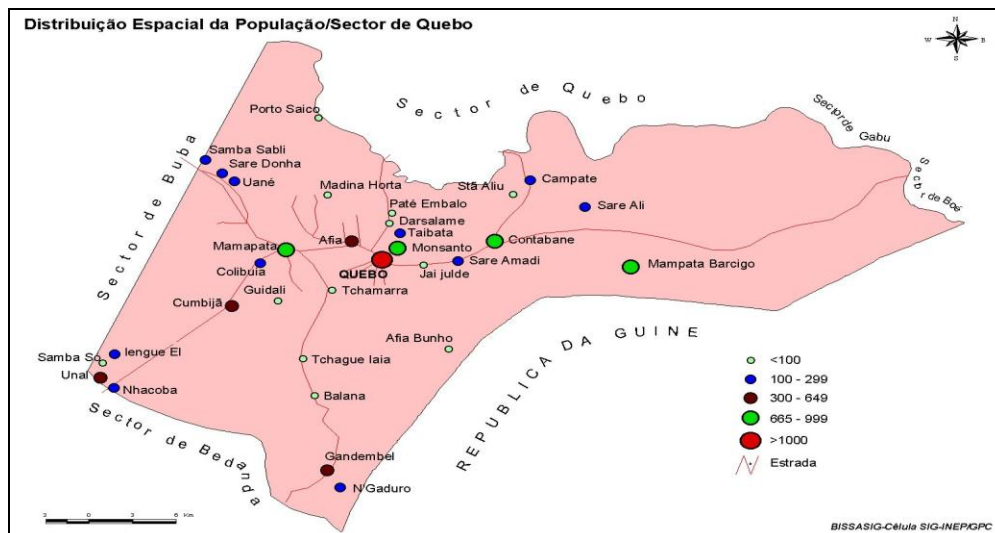
nas 19 tabancas em que o número não atinge 100 habitantes residem apenas 9,7% da população do sector (mapa 11).



Mapa 12. Distribuição espacial da população no Sector de Buba (INEC, 1991).

Padrão idêntico na distribuição espacial da população observa-se no sector de Quebo, cuja sede representa mais de 26% (sem contar com alguns bairros como Taibata e Monsanto, aqui considerados como tabancas independentes). Nas 4 tabancas cujo número se situa entre 650 e 1000 vive 26% da população do sector; 15% nas 9 tabancas com população entre 100 e 299 habitantes; e, apenas 8,5% estão a viver nas restantes 13 aldeias de menor dimensão.

O peso relativo das duas capitais de sector no conjunto da região parece reproduzir a situação do país. Por exemplo, em 1979, a população de Bissau representava cerca de 14% do total nacional e em 1991, este peso aumentou para 20 por cento. No início da década de 90 existiam apenas 7 localidades no país com população superior a 10 mil habitantes - Bairro de Bandim I, Bairro de Belém, Bairro de Missira, Bairro Militar, Bairro de Cuntum, Cidade de Bafatá e Cidade de Gabú – e destes, 5 são bairros de Bissau. Apenas as cidades de Bafatá e de Gabú, as duas capitais das regiões de Leste atingiam este valor.



Mapa 13. Distribuição espacial da população do Sector de Quebo (INEC, 1991)

Esta distribuição espacial da população reforça a necessidade de planeamento e ordenamento do território de modo a poder dinamizar o desenvolvimento das pequenas cidades e vilas, o que poderá permitir a fixação das populações. A continuar o ritmo actual de crescimento da cidade de Bissau estimado em 7% ano, cuja densidade populacional passou de um pouco mais de 1400 hab/km² em 1979 para os 2521 hab/km² em 1991, esta forte concentração populacional, principalmente de jovens, levanta sérios problemas à sua gestão.

Bafatá e Gabú parecem resistir melhor à atracção exercida por Bissau, por terem conseguido dinamizar as suas economias, quer pelas características das suas populações predominantemente Fulas, quer através das relações comerciais com os países vizinhos.

Contudo, a análise da evolução pautada por grande êxodo rural e sobretudo forte crescimento da população da região e do país em geral, envolve algumas reservas, motivadas fundamentalmente pela expansão muito forte da epidemia VIH/SIDA no continente africano que, em alguns países já fez perderem muitos anos na esperança de vida (Zimbabwe -35 anos, Botswana, -28 anos, Swaziland -28 anos, etc.), (Angelo, 2003: 106), capaz de pôr em causa todos os modelos demográficos dominantes até agora.

Não existem dados recentes para a Guiné-Bissau que permitam fazer a comparação, pelo que a taxa 2,8% de prevalência da doença na população entre os 15-49 anos divulgada em algumas publicações internacionais merece alguma reserva. Contudo, poderá funcionar como indicador a média inferior a 2% registada nos 9 países da região do CILSS (Comité Inter-Estados de Luta contra Seca no Sahel)¹⁴, pode ser encorajador.

¹⁴ Traoré, Baba, Grandes Défis en Matière de Survie et de développement Humain au Sahel, in: <http://www.Ined.fr> (22/01.08).

Quanto à migração e nos nossos dias, geralmente quando se fala do fenómeno, a maioria das pessoas pensa logo nas miseráveis embarcações com emigrantes subsarianos e magrebinos que, quase todos dias, são interceptados na costa espanhola e nas suas ilhas, mas este é um fenómeno historicamente muito recente. Recuando aos tempos pré-coloniais constata-se, no entanto, que a maior dinâmica em África desde sempre tem sido a mobilidade da sua população (Fadayomi et al, 1992: 52). Com a colonização e consequente tentativa de implantar o modelo de Estado – Nação em África, procurou-se limitar a mobilidade das populações, restrição raramente bem sucedida, já que motivada por hábitos adquiridos ao longo de séculos, por um lado, e pela natureza das fronteiras impostas aos africanos que separava muitas etnias, se não mesmo famílias, em dois Estados diferentes.

Na Guiné-Bissau estão nesta situação etnias como Felupes, Manjacos, Balantas, principalmente o ramo Balanta-Mané e os Mandigas no Norte; os Nalus no extremo Sul; e os Fulas, os mais afectados por este fenómeno, que se estende praticamente de metade da fronteira Norte a toda a fronteira Leste e Sul (Garcia e Oliveira, 2001: 54).

Houve sempre uma grande mobilidade de um lado para o outro da fronteira, que nem a guerra conseguiu interromper, facto que não deixa de ter implicações, como de resto todas as migrações “quer para os que partem, quer para os que ficam deixados atrás, quer ainda para as populações de destino” (Lynch, 2005: 116).

Só recentemente, a análise do impacto da variação da população no processo de planeamento do desenvolvimento, principalmente da migração rural-urbano o fenómeno começou ganhar importância em África.

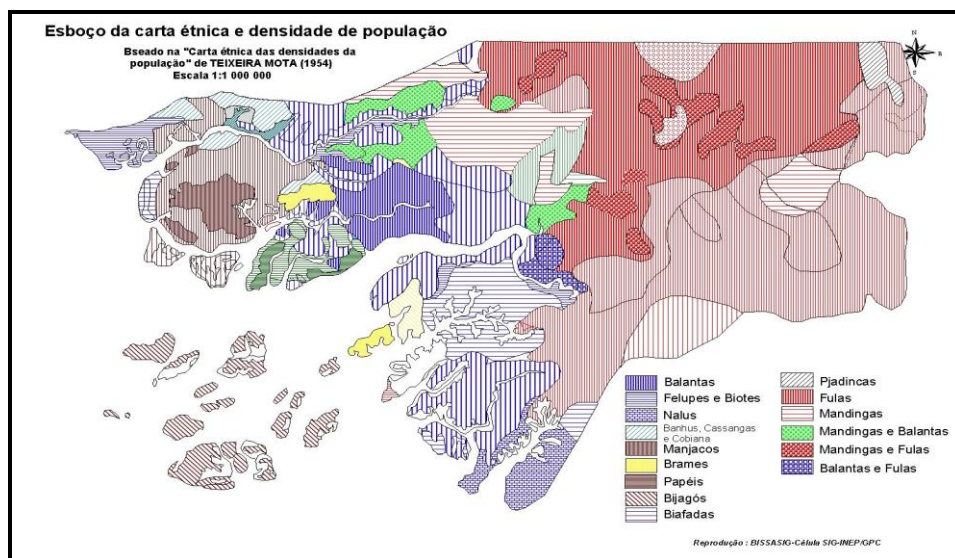
2.1. Balantas

A morança balanta, no seu habitat típico nesta região (Sul do sector de Buba e Oeste do Sector de Quebo), obedece aos hábitos das regiões originais ou seja a Norte do Rio Geba principalmente as áreas compreendidas entre Binar, Bissorã, Encheia e Mansôa.

No entanto, a este respeito, os argumentos divergem muito. Certo é que, aquando da chegada dos portugueses ao que é hoje o território da Guiné-Bissau, os Balantas, segundo Fernando Rogado Quintino, estavam circunscritos “(...) à região compreendida entre Casamansa e o estuário de Geba. Só no decurso dos últimos séculos se disseminaram fixando-se em todos os pontos onde foi possível a prática da orizicultura alagada. Em manchas compactas ocupam hoje as regiões de Bissorã, Mansôa, S. João, Tite, Fulacunda, Buba, Xime, Badora, Bedanda e Quitáfine” (Quintino, 1969: 881).

Tal como na região de origem, eles vieram ocupar terrenos muito semelhantes – as *bolanhas*. Os Balantas, tal como a generalidade dos povos africanos, constroem as habitações sem grande preocupação com alinhamentos, orientação, arruamentos ou qualquer outra disciplina urbanística. Segundo Quintino (1948:213), existe o cuidado de deixar no meio das construções um pátio, para onde estão viradas as fachadas principais, que servem como “*jardim de recreio*” das crianças, e local onde vagueiam porcos e galináceos.

São poucos, para não dizer inexistentes, os monumentos arquitectónicos conhecidos nesta parte da África antes da chegada dos europeus. Mas todos os estudiosos do habitat dos povos africanos realçam as suas capacidades de adaptação ao meio onde vivem. A propósito dos Balantas, o então Administrador de Circunscrição de Mansoa, Fernando Quintino (1948) sublinha: “poucos povos da África Negra, hoje, se acoitam em construções tão boas, tão adequadas ao meio, tão convenientemente acabadas, como o povo balanta. Desde as paredes, de barro aluminado, até à cobertura, de fortes e rijos paus, revestidos de capim preso sobre um ferro à prova de fogo, tudo nas suas habitações concorre para o típico fim em vista: segurança, comodidade e duração”; e, acrescenta, “as preocupações atrás descritas podem explicar, em grande parte, a valorização dos aspectos ligados à solidez e segurança, em prejuízo da estética e da higiene” (1948: 201).



Mapa 14. Esboço da carta étnica e densidade populacional

Dada a sua dedicação quase exclusiva à cultura do arroz, as casas localizam-se junto das *bolanhas*, nas margens dos rios. Esta localização condiciona de resto todo o processo de construção.

De acordo com Quintino (1948: 204), nesta região, como aliás em todo o Sul onde predominam os Balantas, as técnicas de construção, a forma e os materiais pouco mudaram. Assim, escolhido o local da edificação, prepara-se o terreno, constrói-se a parede exterior de modo a resistir à chuva, já que geralmente não se fazem fundações, é traçada a planta da casa e levanta-se a parede utilizando a argamassa de barro misturada com palha de arroz, para dar maior consistência. Em regra, levanta-se meio metro ou um metro de altura e deixa-se secar antes de acrescentar uma outra camada por cima e, assim sucessivamente, até atingir cerca de três metros de altura.

As casas dos Balantas podem ter formas variadas, desde a casa quadrada até a redonda, passando pela rectangular (Quintino, 1948: 204). A maioria apresenta, pelo menos nos nossos dias, varandas e um corredor. É de salientar que nos últimos tempos, a tendência é de substituir a tradicional argamassa por adobe, o que de resto é comum a todas as outras tribos (Quintino -1948: 204). Na sua grande maioria apresentam uma única entrada que abre para um corredor no meio da casa, donde surgem entradas que dão acesso às outras divisões.

Ainda segundo Quintino (1948), “a estrutura do telhado é assente sobre um curioso gradeamento de madeira, revestido de barro, onde se junta a lenha para o tempo das chuvas e por onde circula livremente o ar que refresca a habitação”. Grande parte dos materiais são obtidos nas matas e os mais utilizados são os mangais (*tarrafe*), por serem mais resistentes, o *cibe*, paus para o forro e para tecto, canas para o ripado e o capim.

As povoações balantas raramente são vedadas ou muradas. Quanto ao tamanho das mesmas, como de resto acontece com todos os povos da Guiné, variam desde uma ou duas moranças até centenas.

2.2. Beafadas

Tal como a maioria dos povos da Guiné, é difícil precisar tanto a origem, como a data da chegada dos Beafadas ao território da actual Guiné-Bissau. O que é consensual é que são um dos povos mais antigos dos grupos étnicos dessa região. Segundo Mendes Moreira (1948: 350), “não é só admissível como é defensável “a opinião de que o *bijóla* [outro nome com são conhecidos os Beafadas], como o Mandinga, proveio do Mandé ou Mandim”, região que abandonaram, quando a propagação do islamismo assumiu aí forma violenta (Quintino, 1969: 883).

Os Beafadas habitam os territórios da Região de Quinará. Octávio Gomes Barda (1948: 705) afirma que, “primitivamente, deviam ter sido em número muito maior, mas as guerras constantes com os Fulas, a embriaguez, e, ainda o cruzamento com Mandingas devem ter

contribuído para a diminuição da população Beafada”. Ainda segundo o mesmo autor, linguisticamente falando, os Beafadas subdividem-se em três grupos. E a diferença entre eles é tão grande que uns e outros têm dificuldade em se entenderem; e acrescenta “quanto à escrita usam os caracteres árabes e escrevem mandinga. Os mais letrados escrevem em árabe”. Na sua grande maioria professa o islamismo, embora existam pequenos grupos animistas que muitas das vezes não se assumem como tal. Se existisse um termo equivalente a *católicos não praticantes* para os muçulmanos, talvez este fosse mais adequado para este grupo indefinido com maior expressão entre os jovens.

Por outro lado, é de salientar que este fenómeno não ocorre exclusivamente com a etnia Beafada, é comum a outras etnias, nomeadamente os Mandingas e os Fulas. Isto apesar de nestes últimos, particularmente nos sectores de Buba e Quebo, ser menos notória esta “não prática do Islão” dada a influência que o grande líder religioso Tchern Rachid exerceu naquela área. António Carreira (1961) apresenta como justificação da existência destes *muçulmanos mal definidos* “as lutas travadas entre os Mandingas e os Fulas, de inspiração dos Fulas do Futa, com intuito de imposição do credo islâmico, terminaram pela conversão em massa de numerosa população. Esta conversão devia ter sido, de início bastante superficial, mas ainda assim com grande influência na vida social” (Carreira 1961: 685).

A habitação beafada, como aliás a da maioria dos povos que vivem nesta região, era até há bem pouco tempo de tipo arredondado ou elipsoidal, apresentando muitas vezes condições materiais pouco confortáveis.

No entanto, segundo Mendes Moreira (1948: 352), no Cubisseque, como se disse anteriormente o reduto principal dos beafadas, existem casas enormes que registam condições de habitabilidade muito confortáveis para o padrão africano da época.

A forma cónica da cobertura era a dominante, o que condiciona a falta de ventilação e de luz no interior das habitações. A casa raramente ultrapassa 1,20 m de altura e o pavimento, na sua grande maioria, era simplesmente da terra compactada com espátulas de madeira ou ramos trabalhados.

Tratando-se de construção simples, raramente se recorria a um especialista de construção. Depois de reunir o material indispensável, todo ele tirado das matas circundantes das povoações, comunica-se a intenção aos velhos e pede-se-lhes o apoio da população da tabanca na construção da casa. Por vezes este pedido é extensivo às tabancas vizinhas. A minimização deste auxílio por Mendes Moreira (1948: 355), caracterizando-o como sinal de aproximação de um casamento quando o dono é celibatário, o que dava motivo a festas, parece-nos injusta.

O que acontece nestas situações, não só com os beafadas, mas com a todos os povos da região, é um acto de solidariedade que, infelizmente vem desaparecendo nos últimos tempos. Sobre o tipo de povoamento mais comum entre beafadas, não há uma total concordância nos autores consultados; Mendes Moreira (1948: 394) classifica-o como sendo irregularmente disperso, com ligeira tendência para concentrado, enquanto Soeiro de Brito (1997: 114) afirma que “os beafadas vivem a nordeste dos balantas e, como eles, têm povoamento totalmente disperso (...)”. Tendo em conta a disposição das moranças, podemos afirmar que são concentradas, mas o povoamento propriamente dito é de tipo disperso.

2.3. Os Fulas

É muito difícil determinar a data exacta da chegada dos Fulas na Região do Forreá¹⁵. Tal como é difícil determinar qual dos ramos dos Fulas chegaram a este território.

Não há coincidência de opiniões quanto a origem deste povo pelo que e abordar este tema nos envolveria numa longa pesquisa que certamente nos desviaria do âmbito deste trabalho. Optámos por mencionar apenas duas teses de entre as que ganharam mais adeptos entre os estudiosos deste povo. Citando Montandon e Denker, Quintino (1969) afirma que o primeiro os inclui entre os pan-etípes; enquanto o segundo defende que eles são resultado do cruzamento de etíopes com negrícios. A outra tese baseada em tradições Fulas e defendida por O. de Sanderval e Hecquard, “ligam os fulas com os antigos povos da Núbia e do Alto Egipto, pastores que se dirigiram para Magreb, descendo depois para Tekrur” (Quintino, 1969: 889).

Nesta linha de pensamento, os Fulas que ocupam o território da Guiné-Bissau são formados por dois grupos principais com diferentes origens - os Fulas Forros, vindos de Mácina, e os Futa-Fulas, que seriam o resultado do cruzamento dos Fulas, também vindos da Mácina, com os povos Sossos e Jaloncas, que vivem na actual Guiné-Conakry. Um terceiro grupo de Fulas, denominado Fulas Pretos, resultaria do cruzamento dos dois grupos principais com os conquistados, principalmente os Mandingas, Beafadas, Landumas e Tandas, entre outros.

De acordo com António Careira (1966: 416), “a imigração de Fulas do Futa-Jaló e outros do Futa-Toro, conhecidos por Fulas-Fôrros,¹⁶ com gados e escravos, deve ter começado lentamente, no último quartel do século XVII e assim foi avolumando o número de Fulas dos diferentes ramos, espalhados pelo território à mistura com as outras etnias”.

¹⁵ Nota-se que nos documentos oficiais este nome aparece escrito de várias maneiras. Contudo, a sua pronúncia na língua fula é: Foroyá.

¹⁶ Os diferentes ramos de Fulas mencionados nos textos da época parecem um pouco forçados, pois as palavras associadas aos dos Fulas (Jaló, Toro ou Gabú) não são mais do que regiões de onde são naturais

Assim, podemos afirmar que, independentemente da ordem de chegada e da rota utilizada, os antepassados da população guineense sempre tiveram contacto uns com outros e, apesar de se considerarem grupos distintos, não deixam de apresentar um fundo cultural comum.

A chegada em massa de Fulas ao Forreá só se verificou quando Mandingas, Soninques, e os próprios Beafadas da região de Gabú, Leste do país, começaram a ficar alarmados com a crescente vaga de imigrantes Fulas e obrigaram a sua partida. Para Mamadú Jao (2002: 9), o Forreá de hoje “corresponde ao antigo território de Bolola, que abrangia o espaço compreendido entre o Sul do rio Corubal ao Norte e o rio Cacine ao Sul”.

Com efeito, sentindo-se ameaçados com atitudes violentas e discriminatórias – destruição de povoações fulas, escravização e espancamento dos seus habitantes, aumento de tributos e necessitando de terras para pastagem do seu gado, os Fulas viram-se obrigados a uma nova migração, desta vez em direcção ao sul do Corubal e dali para Forreá, onde se instalaram na tabanca de Bulola. Estávamos no ano de 1850 e, como destaca Carreira citando Teixeira de Barros (1896: 339) “sem terem, ainda nessa altura, a verdadeira noção de que a entrada desses Fulas comportava, os Beafadas consentiram nessa emigração para os seus territórios, impondo, porém, a cada família fula a obrigação de lhes pagar anualmente um vitelo, ou sessenta bandas de pano”.

Daí em diante, os Fulas fundaram os seus próprios núcleos populacionais no meio das tabancas beafadas. No entanto, a instabilidade resultante de constantes lutas entre os Fulas de Gabú e de Oio, por um lado, e os Mandingas e os Beafadas dessa região (Oio) por outro, levou muitos beafadas que viviam na margem direita do Corubal a juntarem-se aos seus conterrâneos na margem esquerda, fixando-se um pouco por todo o sul, incluindo entre os Nalus mais a sul e no Cubisseco no litoral Atlântico, onde criaram o que Isnard (1982: 75) caracteriza como uma “adaptação mística entre o social e espacial”.

As guerras no Oio e no Gabú bem como o aumento da população beafada no sul do Corubal tiveram como consequência uma desconfiança cada vez maior entre as duas comunidades. Daí ao início da guerra entre eles foi um passo. Estas guerras, elucida António Carreira (1966: 420), “duraram 20 anos (1868 – 1888) e terminaram com a derrota dos Beafadas e a criação do regulado Fula designado Forreá”.

Não se pretende com estas linhas ilibar nem julgar nenhum povo ou etnia, o objectivo é procurar entender quais os acontecimentos que, de uma forma ou de outra, influenciaram o processo de ocupação e transformação do espaço. Desde sempre, os povos procuraram as melhores terras. Neste processo, segundo Fernando Goitia (1996 41), “ergue-se uma série de grandes impérios, que lutam entre si para alcançar a supremacia política e decaem quando

surgem outros que os substituem, mas deixando cada um alguma contribuição no curso evolutivo do mundo (...) ”; são estas marcas deixadas por cada um dos grupos neste processo que nos define como povo.

Tendo como criação de gado a principal actividade, os Fulas raramente utilizavam material muito durável nas suas construções. O carácter nómada fez com que optassem por construções ligeiras, fáceis de erguer, de dismantelar e mudar para outros lugares na sua procura constante de novas pastagens. Chegados a Forreá, onde já não podiam avançar mais para o litoral, tiveram de assentar e, a pouco a pouco tornaram-se sedentários.

Apesar de a criação de gado ter deixado de ser actividade dominante dos Fulas de Forreá, a forma arredondada e de pequenas dimensões das suas casas, a simplicidade e “reduzido número de utensílios” continuam a “testemunhar este passado recente de nomadismo” (Soeiro de Brito, 1997: 108). A típica *morança* Fula, é um conjunto de pequenas casas pertencentes à mesma família, construídas de forma irregular.

As habitações eram construídas quase exclusivamente de bambu, que abundava nas matas de Forreá. A construção da parede de aproximadamente dois metros consiste em entrelaçar as ripas de bambu grosseiras entre as estacas da mesma espécie. O mesmo acontece com a cobertura, uma estrutura cónica de bambu, na sua maioria construída em separado, só depois colocada sobre a parede. As casas, como refere (Franklin, 1948: 485p), “podem ter tamanhos e aspectos exterior e interior diferentes, conforme se tratar de habitação para um jovem solteiro, uma senhora ou se tratar de habitação para um indivíduo de estatuto mais elevado”.

Alguns autores referem que os Fula sofrem de influência árabe, cujo estilo arquitectónico tentam imitar. António Sousa Franklin (1948: 527) chega a referir que “tudo denuncia essa influência, desde a forma cupulada da cobertura às decorações interiores”, comparação que nos parece algo exagerado, tendo em conta a simplicidade da típica palhota fula.

Na organização das *moranças*, raramente são adoptados requisitos especiais para o agrupamento das casas, principalmente quando se tratar duma povoação nova. No entanto, nas *moranças* consolidadas, é usual que o chefe indique a cada filho ou pessoa que com ele vive, a área onde deve construir a sua casa. Isto evita as confusões geradas pela rivalidade entre os filhos, principalmente quando o pai estiver casado com mais de uma esposa, o que acontece com muita frequência (Franklin, 1948: 530).

Até há duas décadas atrás, a maioria das *moranças* Fulas tinham vedação. Neste processo, os materiais são muito variados, indo desde o simples “*kirintim*” (um entrelaçado feito de tiras de bambu), pau de carvão que, dada a sua resistência e trabalho despendido em consegui-lo,

não estava a alcance de toda a gente; ou, em último caso, plantavam-se pequenas plantas junto das estacas.

Dentro das vedações ou os terrenos junto das moranças – quintais são, segundo Quintino (1948: 533), “aproveitados para cultivar mandioca, batata-doce, abóbora, para além dos indispensáveis *jacatus*, *baguiche* e os quiabos. Também se plantam mangueiras, papaieiras, entre outras árvores frutíferas”.

A análise feita até aqui sobre as casas, moranças e tabancas – as três unidades de análise – dos outros grupos étnicos é válida para os Fulas. De acordo com o exposto anteriormente, Marina Temudo (1998) considera que “cada povoação tem uma morança fundadora [no caso dos Fulas é frequente a designação da nova tabanca tomar o nome do seu fundador antecedido por Chinchã¹⁷], cujo chefe e seus descendentes são responsáveis pela manutenção dos limites do território que lhe foi atribuído e pela sua distribuição e usufruto pelas restantes famílias” Temudo (1998: 87).

2.4. As Principais Alterações ao Longo do Tempo

Antes da chegada dos europeus a esta região, pode-se afirmar que não existiam grandes aglomerações humanas. As primeiras referências de grandes povoações datam do século XVII. De todas as povoações referidas destacavam-se duas: a Bulola, proclamada sede do regulado do Forreá depois da conquista do território pelos Fulas em 29 de Maio de 1868; a outra era Santa Cruz de Buba, cujo concelho foi criado em 16 de Maio de 1871, para servir como praça-forte de Guerra, dada a grande concentração de feitorias nas margens do Rio Grande de Buba (Pélissier, 2001:147).

A importância desta região foi destacada pelo Comandante Sarmiento Rodrigues (1948: 725) ao referir que “já no século XVII as margens do Rio Grande assinalavam a presença de grande número de portugueses que em Guinala fundaram uma vila. Agricultores que trabalhavam a terra então rica dos mais variados produtos. Mais tarde as feitorias, desenvolvendo-se, atraíram navios de outras nacionalidades que ali iam pela mancará e borracha cuja qualidade era muito afamada. A necessidade da defesa de todos esses pontos determinou a criação do presídio de Buba que também foi praça de guerra”. Estas feitorias desempenharam um papel muito importante não só na economia da região como de toda a Guiné.

¹⁷ Que se pode traduzir como Vila Nova de...

Segundo António Carreira (1966: 424), citando mapas da época, existiriam na margem do Rio Grande “112 feitorias, das quais 69 encerraram até 1885, e 43 fizeram-no entre 1886 e 1887”. O número apresentado por Pélissier (2001:158) é, no entanto, de apenas 56, sendo 26 na margem direita e 30 na margem esquerda.

Seja qual for o número das mesmas, podemos afirmar que no último quartel do século XIX esta região conheceu um dinamismo quer demográfico, quer económico, sem paralelo na sua história. Ainda segundo Pélissier (2001:165), “este dinamismo, associado ao triunfo da produção e exportação do amendoim, levou o governo a mandar edificar um quartel com 350 homens na colónia do Rio grande de Buba”, um número considerável para a época.

A economia, baseada fundamentalmente no amendoim e na borracha, floresceu muito, atraindo comerciantes portugueses, franceses e ingleses, mas também as caravanas procedentes de Futa-Jaló.

As guerras inter-tribais desencadeadas entre os diferentes ramos dos Fulas de Forreá e entre estes e os régulos de Coiada, na região do Gabú, por um lado, e entre os Fulas e os Beafadas, por outro, e ainda o envolvimento dos portugueses, transformou toda a região de Forreá em “ferro e fogo”.

Gradualmente a guerra começou afectar as feitorias com sucessivos ataques, daí a devastação de grandes extensões de terras durante as lavouras e as colheitas e, deste modo, atingindo toda a economia. Assim “se deu inicio à fuga das pessoas que davam o movimento e a animação a estas terras”. E remata dizendo que “até um dia os senhores desses domínios, que carregavam dezenas de navios com produtos das colheitas, ficaram verdadeiramente assombrados deste abandono completo, e por sua vez, como se um terrível salve-se quem poder tivesse ribombado pelos ares, agarram à pressa nos restos dos seus haveres, metem-se nas suas chalupas e dispersaram por esse rio fora. Atrás ficaram as ruínas, o incêndio e a solidão” (Carreira, 1966:427p).

A população nativa divide-se e enquanto os Beafadas se refugiam na área do Cubisseco, uma boa parte dos Fulas emigra, uns para a região de Gabu e outros para Casamansa, os restantes deslocam-se para a zona oriental do Forreá.

Durante longo período, a ocupação portuguesa encontrou resistência por parte dos diferentes povos da Guiné. As chamadas campanhas de pacificação do território, traduzidas nas batalhas ora aliando-se a uma tribo para lutar contra outra e vice-versa, ora impondo régulos duns contra a vontade dos outros, e duraram até 1936, altura em que conseguiram, finalmente, estender a administração a todo o território.

Se tivermos em conta que a luta pela independência desencadeada pelo P.A.I.G.C. teve o seu início em 1963, isto sem contar com a luta clandestina e de sabotagem que vinha já desde os meados dos anos 50, conclui-se facilmente que o território nunca viveu em paz total por mais de 30 anos.

Esta situação de guerra condicionou a vida e a organização do território. Na área de Forreá traduzia-se em desconfiança mútua entre colonizador e colonizado por um lado, e entre as etnias, por outro.

Entre o início do século XX e os anos 50, o comportamento da administração colonial não foi muito favorável à região, principalmente no que diz respeito à organização do território, mudando constantemente o estatuto da povoação mais importante da área.

Como já se referiu anteriormente, em 1871 tinha-se criado o Conselho nas margens do Rio Grande com sede em Buba. Com a divisão administrativa de 1919, o governo da colónia criou a 12.^a Circunscrição Civil de Quinara, que integrava os seguintes postos administrativos: Buba, Cubisseque, S. João e Tite. Em 24 de Janeiro de 1942 a sede volta a ser transferida para Fulacunda, em detrimento de Buba. A justificação para esta mudança era de que Fulacunda, “dentro do quadro das localidades escolhidas para servirem a administração desta colónia, era aquela que mais se adequava pela excelência da sua situação topográfica”.

Esta mudança provocou algum descontentamento, não só junto da população africana, como também entre os responsáveis locais da administração colonial. Os adversários da mudança argumentavam, que Fulacunda não tinha “qualquer interesse histórico. Faltou-lhe sempre a ambição do homem de negócio que obstinadamente se recusou a fixar-se numa povoação que deve a sua existência ao milagre das autoridades” Sarmiento Rodrigues (1948:710).

O vaivém continuou mais vezes. Ora sede da Circunscrição, ora Posto Administrativo, sendo a última alteração antes do início da guerra da libertação nacional, a de 24 de Janeiro de 1942, através do Diploma Legal n.º 1.146 que voltou a transferir a sede de Buba para Fulacunda e criou a Circunscrição do mesmo nome.

No contexto de pequenos grupos de pessoas com relações inter-étnicas tensas, estas modificações resultavam sempre em transferência de população e provocava alterações no mapa da repartição dos homens no regulado do Forreá.

3. ECONOMIA

3.1. Antes da independência

Para entender a evolução da economia regional (Buba – Quebo), temos de recuar aos anos de 60/70, período que corresponde à elaboração dos chamados Planos de Fomento, principalmente do **III Plano de Fomento para 1968 - 1973**. Neste plano fez-se uma caracterização sumária da então Província da Guiné, quer no que respeita à geomorfologia, quer da sua geografia humana e economia, bem como aos principais condicionalismos para o seu desenvolvimento económico. Podia ler-se no referido plano que “ (...) a economia guineense assenta fundamentalmente no sector agrícola, cuja gama produtiva, em razão de efeito combinado dos factores nosológicos e do processo de desenvolvimento económico, se caracteriza por alto grau de concentração ” (PC, 1968: 3).

Os especialistas dividem o período da Guerra coloniais travados na Guiné em duas fases: a primeira vai de 1963 a 1968 e a segunda, entre 1968 a 1974; Por outras palavras, o período anterior e o posterior à chegada do General António de Spínola.

A entrada em cena do General Spínola rompeu com os métodos anteriormente seguidos baseados “na guerra clássica, de cariz convencional, a concepção, o planeamento e a conduta das operações visam a conquista de objectivos físicos predefinidos no terreno, como forma de atingir os fins estratégicos nacionais que, normalmente, se resumem a conquistar o território do inimigo, para obter a sua rendição e lhe impor a nossa vontade” (Policarpo, 2006: 57). Assim, “meses depois de assumir os cargos de Governador-Geral e de Comandante-Chefe, reconhece num documento oficial “*a triste realidade*” económica, social e militar do território”. A partir daí começa a desenvolver uma estratégia em várias frentes no xadrez militar e político. O objectivo desta nova abordagem é retirar à guerrilha a sua base social de apoio, sobre a qual desenvolve a sua actividade (Policarpo, 2006: 33). Para atingir estes objectivos, foi lançado um programa chamado “*Por uma Guiné Melhor*” em 1968, que abrange um vasto plano de obras públicas e de medidas na área da saúde e da educação.

Ao mesmo tempo, inicia-se uma nova política de reordenamento do território que, na sua essência, tinha como objectivo juntar todos os núcleos populacionais sob controlo da administração portuguesa em “*Aldeias protegidas*”. Elas deveriam situar-se em pontos estratégicos, de fácil acesso para facilitar a sua defesa. Esta operação só foi realizada depois de ouvir os chefes das aldeias que iam ser transferidas, garantindo assim não só a sua adesão, como a salvaguarda da organização social, evitando deste modo a separação de tribos, famílias ou moranças e tabancas com usos, práticas religiosas e costumes comuns.

No entanto, segundo Policarpo (2006: 106), no início, houve alguma dificuldade em convencer as povoações a deslocarem-se para as “*aldeias estratégicas*” e isto só foi alcançado quando “lhes foi garantido que não passariam fome até conseguirem reconstruir a sua actividade produtiva na área para onde se iam deslocar”.

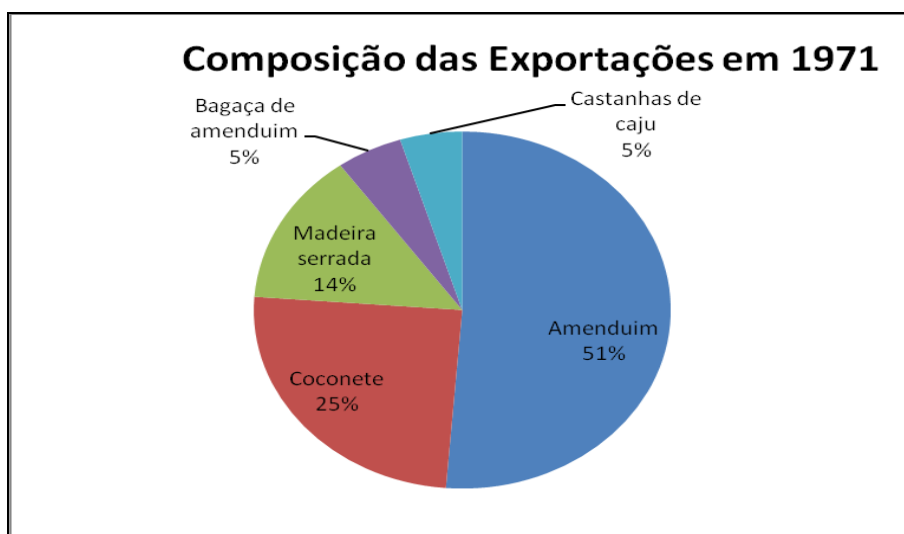
Ainda no plano militar, mas com grandes repercussões na economia local, foi a decisão de criar unidades nativas de caçadores (vulgarmente conhecidos por milícias), para auxiliar as tropas portuguesas nas missões de vigilância.

Se juntarmos a isso a presença de elevado número de militares portugueses e a criação de companhias maioritariamente constituídas por africanos, muitos deles jovens casados, estávamos na presença de um grande número de pessoas assalariadas, com poder de compra e com necessidade de serviços.

A partir dessa data, começou aquilo a que poderemos chamar de “*economia do complexo militar*” que vigorou em Forreá até à independência. Pode-se afirmar sem riscos, que não havia família que não vesse um dos seus como militar, miliciano ou exercendo qualquer actividade remunerada, ligada directa ou indirectamente ao complexo militar. As mulheres prestavam serviço de lavandaria para os militares portugueses, como aos jovens militares que vinham de fora.

Como seria de esperar, a reunião das populações nas “*Aldeias Estratégicas*” provocou a queda da produção agrícola, já que as populações não podiam deslocar-se para além de determinado perímetro, com medo de serem apanhadas por elementos da guerrilha ou pisar uma mina. Forreá foi reduzida a menos de uma dezena de localidades, com Aldeia Formosa (Quebo) como pólo principal, sem ligação praticamente com outras regiões. O abastecimento das tropas e das populações civis das diferentes aldeias fazia-se através do porto de Buba, em colunas militares que juntava dezenas de viaturas. O mesmo acontecia com todos os produtos comercializados na área.

Figura 3. Coposição das exportações

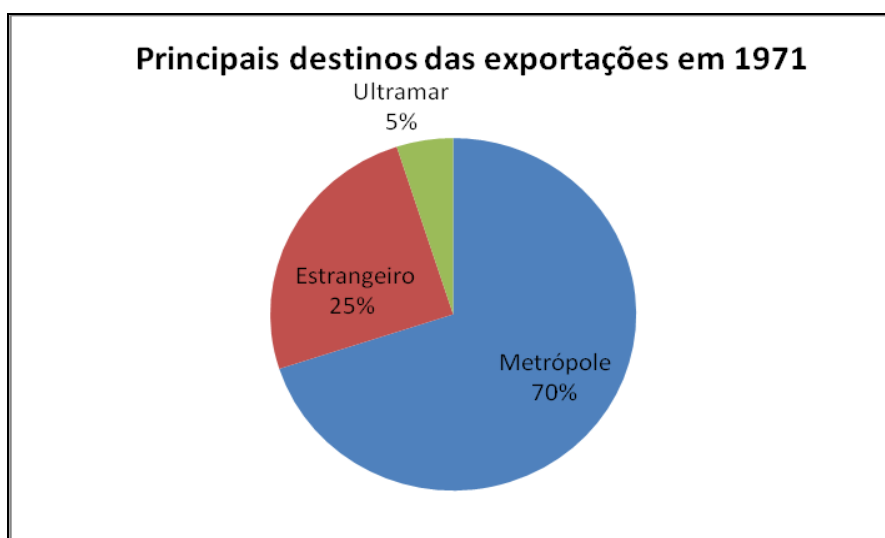


Fonte: PDESG, 1971

Observando para as exportações da província em 1971 representada na figura 3, e considerando que o cultivo de amendoim na região era, praticamente destinada ao consumo local, a inexistência de qualquer serração, a coconete que se produz no sul não tem grande expressão na área, concluímos que a participação da região nas exportações era muito limitada.

Outro dado que ressalta da figura 4 é, a grande concentração geográfica do destino das exportações da província, 70% eram absorvidas por Portugal continental.

Figura 4. Principais destinos das exportações em 1971



Fonte: PDESG, 1971

3.2. Depois da independência

O período pós-independência pode ser subdividido em diferentes fases conforme a ideologia e políticas dominantes. Para melhor compreensão da evolução económica da Guiné-Bissau depois da 1974, distinguem-se três períodos no domínio económico - o primeiro designado de Economia Estatizada, o segundo, período de Economia de Mercado e, por último, um terceiro período, que corresponde ao Programa de Ajustamento Estrutural do FMI e Banco Mundial.

No entanto, para Cardoso (1996: 4) “as diferentes etapas da evolução da economia guineense não são claramente identificáveis. Coloca-se o problema de saber se cada período é caracterizado por diferenças qualitativas fundamentais em relação ao outro”. Na sua opinião, as etapas económicas propostas visam mais separar as cargas ideológicas que se podem identificar com cada uma, pois, “em termos de políticas e estratégias de desenvolvimento económico e social”, existiram apenas dois períodos. Outros, como Willis (2005: 77), consideram a Guiné-Bissau como um caso marginal que não se enquadra quase em nenhum sistema.

Durante o período da economia estatizada (1974-1986), o país tinha como instrumento de política económica e de desenvolvimento, consubstanciada no **1-º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social para o período de 1983 – 1986**. Nele defendia-se que cabia ao Estado o papel de planeamento, execução e avaliação do desenvolvimento do país. No entanto, sabe-se que na altura o Estado e o partido único se confundiam. Toda a política económica e social era, por um lado, no sentido de vincar o carácter centralizador do Estado, revelando, por outro, a ausência de qualquer incentivo ao sector privado (Cardoso, 1996:6). Para atingir as metas propostas, elegeu-se a agricultura como motor do desenvolvimento.

A agricultura praticada na região de Quinara a que pertence o sector de Buba, já que são poucas as referências individuais a unidade territorial, era essencialmente pluvial, com maior expressão nos sectores de Fulacunda e Buba. Este tipo de cultura é feito predominantemente pelos Beafadas, que são a principal etnia da região de Quinara. Neste sector, o cultivo de arroz em bolanhas está confinado à Secção de Banta, nas margens do rio Cumbidjã, que serve da fronteira entre as duas regiões do Sul (SEPCI, 1982:129).

Durante a elaboração do 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social 1983 – 1986, foram identificadas as principais potencialidades e constrangimentos quer para a Região de Quinara, quer para Tombali. A agricultura, particularmente o cultivo de arroz, foi destacada quer para uma, quer para outra região, pois, nelas se produzia este cereal em quantidade suficiente para o auto-consumo das populações e mesmo algum excedente, como

referido em (SEPCI, 1982: 133): “além de isso, tem condições para aumentar a sua produção, através do aumento da superfície cultivada e melhoramento das técnicas de cultura, tais como o controlo de água salgada, sementes melhoradas, etc.”

No mesmo documento salientava-se a necessidade de alargar o cultivo a outras culturas, tais como o milho, mandioca, batata-doce, as chamadas culturas da época de chuva.

Efectivamente, a agricultura em geral, e a cultura de arroz em particular, não só era importante pelas quantidades produzidas, mas sobretudo pela ocupação da mão-de-obra. Este sector de actividade ocupa cerca de 80% da população, gerando em média mais de 60% do PIB do país (Cardoso, 2001: 42). Considerando a quase inexistência do sector secundário nesta região e o facto de a generalidade da população que exerce outras actividades, nomeadamente o comércio ou actividades artesanais, também se dedica à agricultura, teremos ideia da sua real dimensão económica e social nesta parte do país.

A produção agrícola na região de Quinara e Tombali, como de resto a agricultura em geral na Guiné-Bissau, é baseada em pequenas unidades familiares, organizadas em moranças e tabancas. Segundo referem Duarte Martins e Monteiro (1996:21), “a superfície média de produção por família não ultrapassa os 3,5 hectares. As técnicas de cultivo sofreram poucas inovações ao longo destes últimos anos. Não se utiliza insumos melhorados, a não ser em certas áreas geográficas abrangidas pelos serviços de extensão rural de alguns projectos integrados e ONG (Eixo Iemberem – Cabedu)”, uma área fora do âmbito deste estudo.

Com estas condicionantes, não seria de esperar uma alta produtividade. As produções médias variam entre 1 e 2,5 toneladas por hectare nas bolanhas, predominantemente cultivadas nesse espaço pelos Balantas, nas áreas de Unal e Nhacoba, nos sectores de Buba e de Quebo, respectivamente.

3.2.1. Período da economia de mercado

Em 1986, no decorrer do IV Congresso do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde), os congressistas foram obrigados a reconhecer o fracasso das políticas económicas até então seguidas. Estava assim dado o passo que faltava para dar início a uma nova estratégia na condução das políticas económicas. A partir dessa data, inicia-se o chamado período da Economia de Mercado, que na sua base essencial defendia:

- Diminuição gradual do papel do Estado como operador económico;
- Papel mais activo do sector privado;
- Economia regida pelas regras do mercado;

- Reforço da monetarização da economia, principalmente no mundo rural;
- Maior controlo da inflação;
- Criação de mecanismos que permitissem a prática de créditos destinados ao sector produtivo da economia (Cardoso, 1996:7).

O período anterior tinha sido caracterizado por políticas sem rigor financeiro em todos os sectores e subsectores da economia; sem sector privado e, conseqüentemente, sem concorrência, sem poupança nem investimento.

A débil situação económica contribuía também para a queda da produção agrícola, resultante da baixa produtividade, agravada pela seca. A produção de arroz entre 1976 e 1984 teve uma diminuição superior a 43 %, passando de 94 mil toneladas para apenas 53 mil toneladas. Todos os outros produtos tiveram o mesmo comportamento, exceptuando a castanha de caju, que viu a sua produção aumentar de 971 toneladas para 8 mil toneladas no mesmo período.

As principais medidas preconizadas para o sector agrícola foram prejudicadas por outras políticas macroeconómicas, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, défices públicos elevados, inflação galopante, entre outros.

Todos os planos de desenvolvimento defendiam a agricultura como sector prioritário, no entanto, a afectação dos recursos mostrava uma realidade totalmente diferente. Segundo Cardoso (1996: 9), “o sector industrial absorveu a maior parte dos investimentos em detrimento da agricultura (...). A taxa média anual de crescimento foi de 40 % para a indústria e 18 % apenas para a agricultura”.

Com a elaboração do Primeiro Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social (1983 – 1986), deu-se início ao que se poderia considerar como a fase de “transição” para a economia de mercado e que, na essência desta, defendia:

- O saneamento económico e financeiro tanto nas contas internas, como com o exterior;
- Reorganização dos circuitos económicos e comerciais;
- Uma melhor utilização da ajuda externa.

Segundo Bernardino Cardoso (1996: 10-11), a economia reagiu bem à implementação dessas medidas, principalmente às “políticas orçamentais, monetárias e cambiais, salariais, de preços e de rendimentos, entre outras. Isto foi bem notório nos primeiros anos da década de 90”.

Quadro 4. Evolução da produção das principais culturas (ton)

Designação	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96
Arroz (casca)	123.612	125.907	131.017	133.266
Outras Cereais	45.383	54.828	59.123	67.264
Mancarra	15.716	18.139	18.410	16.167
Mandioca	14.680	12.311	14.831	14.721
Feijão	2.463	3.194	2.561	2.655

Fonte: INEC, 2005

Houve aumentos substanciais na produção agrícola, (como se pode observar no quadro 3) e já começam a fazer-se notar a substituição da *mancarra* pela castanha de caju como principal produto de exportação. Foi também neste período que ressurgiram os “ponteiros”, considerados por alguns uma ajuda à dinamização da agricultura, mas para muitos foi um aproveitamento da relação privilegiada de parentesco ou de proximidade de pessoas ligadas ao poder, para obter créditos para fins agrícolas, em detrimento dos verdadeiros agricultores rurais. Ao invés de criar melhorias no mundo rural e aos agricultores, criou-se uma nova classe, contrariando deste modo, o espírito da medida.

É de salientar, no entanto, que foi nestes anos que, pela primeira vez na história recente do país, as receitas orçamentais cobriram as despesas com os salários. Mesmo assim, o balanço final não pode ser considerado muito positivo, pois, foi também nesse período que as despesas do funcionamento sofreram um aumento brutal, tal como um recrutamento do pessoal sem controlo para a função pública, que tiveram como resultado o agravamento do défice.

Deste modo, “a Balança de Pagamentos registou défices que não foram cobertos pelas ajudas (donativos) o que veio aumentar a dívida externa do país. Nos finais de 1986, a dívida, incluindo os atrasados, eleva-se a 320 milhões de dólares contra 248 milhões em 1985, portanto uma variação de 29% (Cardoso, 1996: 11).

Apesar das contradições das políticas seguidas, bem como dos resultados obtidos, pode-se dizer que “o impacto positivo da política de ajustamento fez-se sentir não só no plano global da economia, mas também no nível de vida da população rural. Com efeito, a melhoria dos rendimentos no sector agrícola e a maior disponibilidade de bens originaram uma evolução favorável do consumo das famílias rurais (Cardoso, 1996: 14).

Nas outras actividades económicas pouco há a registar, pois desde a independência do país, todas as referências em matéria industrial, não só no sector de Buba, como em todo o Sul se resume à Fabrica de Contraplacados – FOLBI e ao Projecto de Abastecimento de Águas Rurais, ambos localizados na Vila de Buba. Do resto, só a pequena Fábrica de Sabão e outras unidades artesanais merecem algum destaque.

Durante a vigência do Período da Economia Estatizada, os Armazéns do Povo e a SOCOMI dominavam a actividade comercial. Os poucos comerciantes privados tinham grandes dificuldades em fazer face ao quase monopólio estatal.

Estes comerciantes compravam certos produtos agrícolas aos camponeses e vendiam produtos manufacturados. No entanto, a fraca capacidade destes estabelecimentos em termos de oferta, condicionava muito os rendimentos dos camponeses, que viam grandes dificuldades no escoamento dos seus produtos excedentários. Por outro lado, os poucos clientes que se aventuravam a deslocar-se às tabancas, vindos principalmente de Bissau e do Leste (Bafatá e Gabú), tinham as suas tarefas dificultadas pela má qualidade das estradas e pelos elevados custos de transporte (SEPEI, 1983:131).

3.2.2. Programa de Ajustamento Estrutural

No momento de fazer a avaliação dos resultados práticos do Primeiro Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social, constatou-se que o país estava quase na banca rota, e eram necessárias medidas drásticas para fazer face à grave crise económica e social que se vivia. Depois de longas negociações com as instituições internacionais de Breton Wood, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional entraram em cena, com as suas receitas clássicas: privatizações, despedimentos, contenção salarial, etc., ou seja, mais austeridade. Todas as medidas preconizadas pelo BM e FMI eram de carácter macro – económico, e entre elas destacam-se:

- Crescimento real do PIB na ordem de 3,5 % ao ano;
- Redução da taxa de inflação de 107 % para 8 %;
- Redução do défice de transacções correntes externas e redução ou eliminação dos atrasos nos pagamentos.

Para atingir estes objectivos, foram criados dois programas: o primeiro com vigência para o período 1987 – 1991, subdividido em duas fases: 1987 – 1989 e 1989 – 1991. O segundo Programa teve a duração de 1994 -1997.

Apesar das melhorias pontuais, nomeadamente para algumas zonas rurais, o resultado global da intervenção destas instituições não correspondem às expectativas. Alias, foi mesmo muito negativo para o sector público, resultando em perda de poder de compra generalizada e agravamento da crise social. No entanto, constatando a crise resultante dos seus programas, o Banco Mundial e o FMI lançam medidas correctivas, que visavam minimizar os efeitos negativos.

Para este resultado muito contribuiu a lógica de funcionamento dos dois principais agentes presentes no mundo rural – o pequeno produtor e os *Djilas*.

- A) O pequeno agricultor - funciona na base duma economia de auto-subsistência, sem noção de acumulação; a produção destina-se ao consumo directo ou através de troca para obtenção do que não produz; utiliza meios precários numa unidade de produção regida por relações ancestrais e dificuldade de acesso ao crédito e de acesso ao mercado por falta de transporte e de vias de circulação, entre outros;
- B) Os *Djilas* – são comerciantes ambulantes que actuam no sector informal da economia quer nos centros urbanos, quer no mundo rural. Estes agentes económicos caracterizam-se “pelas suas intervenções especulativas no mercado em épocas de crise de abastecimento (...), associado à ausência de reprodução de capital, condição indispensável ao desenvolvimento auto-sustentado” (Embaló, 1993: 61).

O resultado da aplicação dos programas do Banco Mundial e do FMI não corresponderam, como apresentamos, às expectativas criadas, sobretudo nos pequenos produtores rurais e nos *Djilas*, devido ao que Embaló (1993: 63) chama de “factores que jogaram no sentido oposto”, entre os quais se pode destacar:

- Uma subida dos preços dos bens de consumo e dos meios de produção importados, tornando-os inacessíveis aos pequenos produtores;
- Aumento dos custos de transporte e de comercialização, que penalizou tanto os pequenos produtores, como os comerciantes;
- Falta de infra-estruturas e política de crédito rural incipiente e discriminatória, limitada aos participantes em projectos no quadro da cooperação internacional.

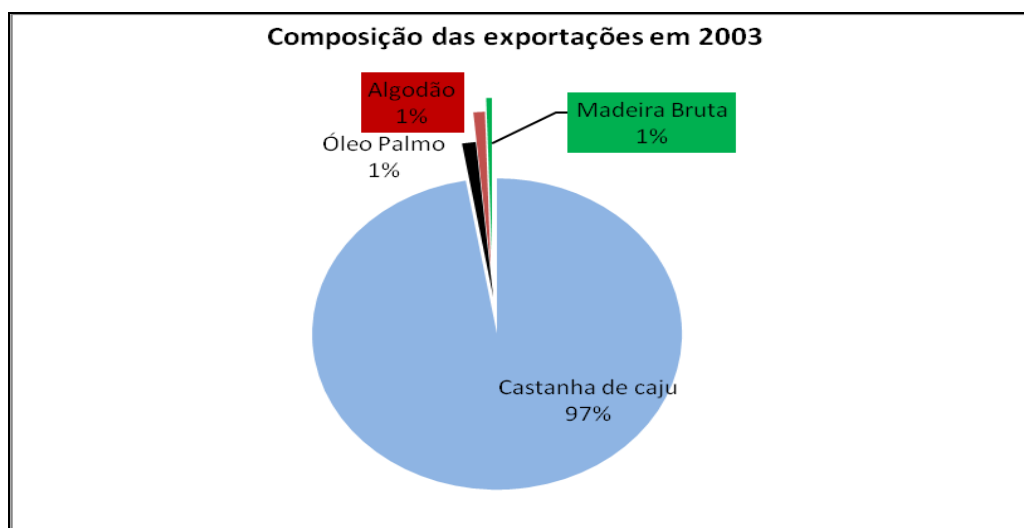
Inger (1991: 70) parece ter chegado às mesmas conclusões, no seu estudo sobre o impacto dos Programas de Ajustamento Estrutural nos pescadores artesanais, ao afirmar que “no caso da Guiné-Bissau as implicações económicas destes programas provaram ser difícil medir com exactidão, mas haver consenso em relação aos resultados globais”. Embora reconheça que os preços agrícolas ao produtor aumentaram, principalmente as culturas de renda como o caju, a

mancarra e o algodão, também as culturas de consumo local como arroz, feijão e mandioca, acompanharam esta subida, anulando deste modo, os ganhos obtidos.

Segundo este autor, as implicações do programa parecem ser as clássicas: “um relativo aumento da produção, reorientação da produção excedente da distribuição local para os mercados de troca externos, elevação do custo de vida (...)”, entre outros.

Um dos aspectos mais negativos do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) foi a perda do poder de compra por parte dos funcionários públicos, que atingiu os 60% de desvalorização em 1984, resultante da alta taxa de inflação.

Figura 5. Composição das exportações em 2003



Fonte: INEC, 2005

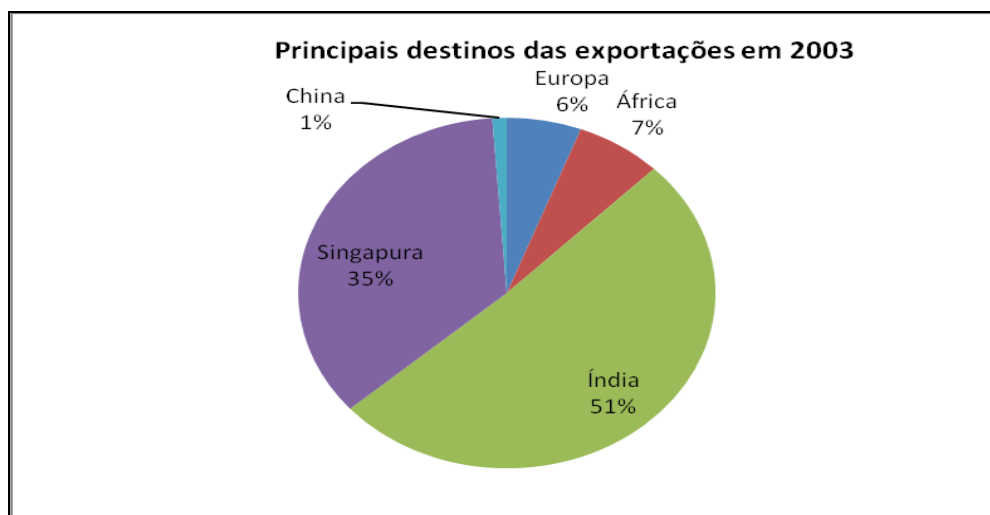
A estas conclusões, Alvesson e Zejan (1991: 100) acrescentam duas outras que nos parecem importantes. A primeira refere que durante a vigência do programa houver uma diversificação dos gastos com o consumo, que para eles reflecte as mudanças verificadas no nível de vida dos agricultores, pois uma maior diversificação implica a satisfação de um maior número de necessidades. A segunda conclusão é que, no mesmo período, o nível de bem-estar aumentou, não porque a evolução tenha sido favorável, mas por ter resultado, fundamentalmente, da expansão da oferta de bens de consumo.

O sector agrícola guineense dispõe de um potencial estimado em 1,2 milhões de hectares de recursos de terra arável, 2 milhões de hectares de zonas florestais, mais de 400 mil bovinos e muitas dezenas de milhares de outras espécies animais, constituindo a base principal da economia. O sector contribui, consoante as fontes, entre 60% (Banco Mundial, 2002) e 74%

(OGE, 2005), representando cerca de 93% das exportações do país e empregando cerca de 82% da população activa.

Do exposto, evidencia-se a importância do sector no desenvolvimento da economia do país e das zonas rurais em particular. Apesar disso, os pequenos agricultores nas tabancas continuam a passar muitas dificuldades, umas resultantes das suas condições de trabalho, outras de políticas desajustadas. É importante e urgente a coordenação e harmonização das instituições dos diferentes departamentos do Estado, de forma a capitalizar melhor os recursos disponíveis. Neste sentido, urge a clarificação das competências entre os diferentes departamentos, através de reestruturação, redimensionamento e operacionalização dos serviços de apoio do Ministério da Agricultura, reforçar a capacidade técnica e organizacional das suas estruturas e aprovar a implementação dos regulamentos da Lei da Terra.

Figura 6. Principais destinos das exportações em 2003



Fonte: INEC, 2005

É urgente a criação de condições que permitam o aumento da produção e da produtividade. Para tal, recorrendo a uma política de agricultura semi-intensiva, diversificada e sustentável. Ao mesmo tempo, é urgente criar mecanismos de combate à crescente monocultura baseada no caju.

Para que este objectivo seja alcançado é fundamental a realização de zonamento agro-ecológico (OGE, 2006), construção de micro-barragens, construção e /ou reabilitação de pistas de acesso às zonas de produção, principalmente as estradas Buba-Unal e Mampatá-Nhacoba e, a médio prazo, a construção de uma ponte sobre o Rio Cumbidjã que permita a ligação ao Sector de Bedanda.

Do mesmo modo será necessária a integração entre agricultura e indústria, através da criação de pequenas unidades de processamento, transformação e conservação de produtos agrícolas, evitando o desperdício que se verifica actualmente (OGE, 2006: 34).

4. Mudanças na sociedade tradicional

Na década de 80 do século passado, Hildebert Isnard, referindo-se ao desaparecimento da zonalidade das raças humanas, que originalmente pareciam obedecer a lógicas geográficas ou climáticas considerou que “cada grupo social, vive num contexto geoclimático, num nicho ecológico onde encontra a matéria e a energia necessária à manutenção da estrutura de cada indivíduo que o compõe, necessária também a manutenção da estrutura social” (Isnard, 1982: 32).

Segundo a sua observação, à raça negra estava reservada a zona intertropical, enquanto as zonas temperadas ficaram sob o domínio da raça branca. Mesmo assim, existia a raça amarela e os ameríndios, que ele descrevia como sendo excepções; os primeiros ficavam nas zonas intermédias e os últimos espalhados desde o círculo polar ao equador.

Mas a evolução da história humana dos últimos séculos veio alterar por completo esta divisão. Assim, “os negros invadiram a zona temperada, enquanto os brancos se instalaram na zona tropical e as mestiçagens completaram a confusão” (idem, 33).

Visto numa escala mais reduzida, a situação actual que se vive na Guiné-Bissau como um todo, bem como em cada uma das regiões, é semelhante. Apesar dos atrasos temporais, causados por sucessivas guerras inter-étnicas na procura de supremacia de uns sobre os outros por um lado, e por outro, a política colonial que tentava a todo o custo manter os grupos étnicos separados, de que a divisão administrativa baseada em “chão” é um bom exemplo, o processo segue o mesmo caminho, ou seja, a mistura.

Actualmente, é difícil encontrar uma tabanca homogénea constituída só por elementos de uma única etnia. Cada vez mais se verifica uns casamentos mistos que muito contribuiram para “aliviar” as tensões interétnicas.

Esta dinâmica recente resultou da evolução natural dos projectos das sociedades, pois, uma das chaves do conhecimento do espaço, assenta precisamente no sistema de valores, tradições (entendidas aqui como as define Giddens, “como pertença de grupos, comunidades ou colectividades e caracterizam-se por rituais e repetição”), atitudes culturais, sociais e políticas, numa palavra, da ideologia na qual cada sociedade colhe as suas emoções e as suas razões de agir.

Aliás, para este autor, “a tradição e costumes são duas coisas que têm condicionado a vida das pessoas durante uma boa parte da História da Humanidade. No entanto, não deixa de ser notável que os académicos e os especialistas lhes dêem tão pouca atenção. Há discussões intermináveis sobre o que significa ser moderno, mas muito poucas acerca de tradição” (Giddens, 2000:45).

A ideologia e políticas (pelo menos teoricamente) desenvolvidas pelo PAIGC nos primeiros anos a seguir à independência contribuíram muito para a convivência pacífica entre as etnias. Infelizmente, os acontecimentos recentes têm contribuído para fazer reviver tensões há muito adormecidas. Para isso, muito contribuiu a má preparação dos políticos emergentes do multipartidarismo quase “forçado”, que produziu um número excessivo de partidos políticos, cujos líderes, salvo raras exceções, nunca conseguiram atrair militantes que não sejam da sua etnia.

Esta ideologia, apesar de ter muitos pontos positivos, não deixou de incorporar em si políticas para eliminar tradições vigentes, muitas vezes conotadas com o regime colonial, e inventar novas no sentido de legitimar o novo regime. Estas novas tradições deixaram de ser espontâneas e foram resultado dum plano oficial, indo deste modo ao encontro das afirmações de Giddens ao reconhecer que todas as tradições são inventadas. E acrescenta que “nunca houve uma sociedade inteiramente tradicional, e as tradições e costumes foram inventados por uma infinidade de razões”. Por isso, conclui, “não devíamos partir do princípio de que a criação consciente de tradição se encontra apenas na história relativamente recente” (Giddens, 2000: 48).

A sociedade tradicional nunca recusou a mudança. O que geralmente acontece é que quando ela se faz acompanhar de um rumo e política definida, a evolução tende a ser equilibrada apesar de crises pontuais. Mas quando a mudança resulta de expansão sem identidade nem objectivos claros, a maior parte das vezes provoca desagregação da sociedade.

A maior dificuldade está em encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de modernizar, defendida pelos sectores mais progressistas da sociedade, e a manutenção da ordem existente ou mesmo o regresso ao passado, advogada pelos conservadores, que acreditam serem depositários da sabedoria. Para Giddens, “sempre que a tradição se retrai, somos obrigados a viver de forma mais aberta e mais reflexiva. Com mais discussões e com mais diálogo, a autonomia e a liberdade podem substituir o poder oculto da tradição”. Um contexto de rejeição das tradições “torna possível um grau de liberdade superior a que existia antes. Estamos a falar da emancipação dos homens em relação aos constrangimentos do passado (Giddens, 2000: 52p).

No entanto, parece-nos que apesar da evolução verificada neste aspecto, ainda falta à Guiné-Bissau aquilo que o Isnard descreve como aspectos que mais diferenciam o ser humano das outras espécies, ou seja, “ter a capacidade de multiplicar as possibilidades de acumulação e colocação em reserva continuada de outras tantas medidas contra - aleatórias”. Pois é sabido que as oscilações do clima ao longo do tempo determinam mutações na organização do espaço e em muitos casos da própria política dum país (lembre-se da inversão da política externa da URSS causada por crises sucessivos das colheitas de cereais).

Esta observação é ainda mais pertinente quando se estuda uma sociedade rural subdesenvolvida que vive quase exclusivamente de agricultura. A Guiné-Bissau, e em particular a região de Buba-Quebo, continua a depender quase totalmente da natureza. Mas falta-lhe dois instrumentos fundamentais: o primeiro é o recurso aos estudos geográficos que permitam o entendimento da organização do espaço tendo em conta a acção humana; o outro é a preparação adequada deste espaço ao projecto escolhido pela sociedade – o ordenamento (Isnard, 1982: 41).

Este autor reconhece com relutância que o ordenamento do espaço começa com a agricultura, praticada nas pequenas comunidades camponesas. Se a isso associarmos a tendência da monocultura de caju e ainda o aumento rápido da população, a sociedade rural está a tornar-se cada vez mais complexa, tal como os próprios problemas, o que exige uma acção mais profunda e envolvente.

O desenvolvimento ou subdesenvolvimento dum espaço depende muito das oportunidades que são dadas ou não a esse espaço, ou seja, o planeamento e ordenamento são condicionados pelo sistema político que vigora. Mesmo nos países desenvolvidos este problema se coloca. A França e a Alemanha são disso bons exemplos; a primeira baseou a sua política de desenvolvimento num Estado centrado, mas também mais desequilibrado em termos espaciais; enquanto a segunda, como Estado baseado em estados federados é mais descentrado e certamente mais equilibrado na sua organização espacial.

Deste modo, já é possível identificar dois movimentos opostos que estão a emergir na região. Por um lado, aquele que se pode definir como um ganho crescente de liberdade por parte dos jovens e das mulheres, por outro, o surgimento de um movimento conservador ou de grupos religiosos tendencialmente fanáticos como resposta às conquistas dos primeiros, que consideram como uma perda de identidade. Recuperando a argumentação de Giddens, “o fundamentalismo é filho da globalização; responde-lhe, ao mesmo tempo que se serve dela, utilizando os mesmos meios de comunicação de massa e da tecnologia” (Giddens, 2000: 59).

Desde a independência do país em 1974, Buba foi privilegiada em relação a Quebo, recebendo infra-estruturas e actividades produtivas diversificadas com efeitos cumulativos que a dotaram de uma capacidade de desenvolvimento autónomo e contínuo, – pelo menos no contexto do sul do país.

Os equipamentos de interesse colectivo e serviços especializados, desde a transformação da vila em sede regional e depois provincial, atraíram outras actividades comerciais e de lazer, que muito ajudaram na melhoria do bem-estar das suas populações. Nesta dinâmica, as populações conseguiram elevar gradualmente o seu nível de vida e promoção social. Ao contrário, Quebo tem perdido o dinamismo que tinha alcançado nos anos 70 e 80, na dependência quase exclusiva, como já foi referido, do complexo militar. Exceptuando o hospital sectorial e a recém construída escola do ciclo preparatório, de nada tem beneficiado nos últimos 30 anos. Aliás, mesmo o quartelamento que detinha o Comando da Zona Militar Sul foi-lhe retirado e as instalações herdadas dos portugueses estão hoje em estado de ruína.

Abandonada à sua sorte, Quebo não só sofreu de um atraso que se vai ampliando, como também não conseguiu manter a situação de desenvolvimento socioeconómico atingida nos anos 70 e 80, em função da falta de investimentos.

Assim, o desequilíbrio sócio-espacial que se começa a acentuar é resultado da má distribuição dos investimentos feitos pelo poder central, ou seja, as explicações das diferenças na dinâmica entre os dois pólos da região não estão na própria região, mas sim na capital.

Do que foi dito, é fácil constatar que o rumo que esta região está a tomar não resulta apenas do trabalho que as populações locais estão a desenvolver para alcançar os seus objectivos, mas sobretudo da vontade política. Como seria de esperar, estas opções políticas que têm beneficiado Buba em detrimento de Quebo, está a levar à transferência da população, principalmente de comerciantes, de Quebo para Buba. Estes movimentos populacionais estão a provocar modificações no mapa da repartição da população e das actividades na região.

Apesar das mudanças que se verificaram nos últimos anos, a sociedade tradicional rural da região ainda é fortemente dominada pela lógica ancestral de funcionamento, ou seja, dentro das moranças, a vida em comum é dirigida por um chefe, a quem cabe a responsabilidade de organizar a vida quotidiana desde a produção, habitação, consumo e relações sociais (Genin et al, 2004: 64). E toda a estratégia da vida, desde a organização social, do trabalho, passando pelos casamentos, é no sentido de minimizar os riscos e maximizar a importância do grupo.

O modo de produção tradicional (agricultura maioritariamente destinada à subsistência familiar, aliada a um ou dois produtos de rendimento – caso do caju na Guiné-Bissau, pelo menos nas duas últimas décadas), associado aos factores demográficos, sociais e culturais

continuam a condicionar de maneira decisiva a organização da vida familiar, divisão sexual do trabalho e a mobilidade com recurso à migração, quer por razões económicas, quer escolares.

Neste último domínio, as raparigas são penalizadas de forma significativa. Apesar de não existirem dados relativos aos sectores de uma forma individualizada, uma observação dos dados da Região de Tombali e de Quinara, aos quais pertencem os sectores de Quebo e de Buba respectivamente, constata-se que “88,9% das mulheres de Tombali e 91% das de Quinara nunca frequentaram a escola de maneira durável” (Monteiro e Duarte, 1996:54).

O campo é ainda duplamente penalizado. Primeiro, devido à deficiente cobertura da rede escolar, e depois pelas barreiras sócio-culturais que fazem com que a sociedade rural sinta muita resistência em enviar as suas raparigas à escola, principalmente quando isso implica fazer uma deslocação duma aldeia ou vila para outra.

A mesma realidade é verificada quando se trata dos aspectos económicos ligados à migração; as razões anteriormente apontadas estão na origem das dificuldades sentidas pelos aldeões em deixar as suas filhas deslocarem-se para longe de casa à procura de emprego.

Desta combinação resulta uma outra penalização para as raparigas: o casamento precoce. Segundo os dados do INEC (2005: 42), cerca de 49,4% das raparigas entre os 15-19 anos da região de Tombali e 48,7% das de Quinara (regiões a que fazem parte os sectores de Quebo e Buba respectivamente) são casadas. Estas percentagens elevam-se próximo dos 70% nas duas regiões quando consideradas as idades até aos 24 anos.

Enquanto para os rapazes, e para a mesma faixa etária, as percentagens não ultrapassam os 25% e 20% para Quinara e Tombali, respectivamente.

Nos últimos tempos, a sociedade tradicional está a confrontar-se com a cada vez maior “rebelião” da juventude. Os velhos que até há bem pouco tempo eram considerados a reserva da “sabedoria” e garante da sobrevivência desses conhecimentos vêem-se cada vez mais isolados e impotentes pela perda de autoridade perante os seus próprios filhos, o que tem como consequência o enfraquecimento da solidariedade dentro da família.

Esta é uma situação nova marcada fundamentalmente pela variabilidade no espaço e na intensidade com que ocorre, e cuja consequência para essas sociedades é ainda de difícil avaliação, cheia de incerteza e de imprevisibilidade (Abaab e Guillaume, 2004).

Se a este processo associarmos a crescente substituição das culturas para auto-consumo pelas de rendimento como o caju, em parte responsável pela separação dos membros da família, - já que cada um procura valorizar a sua parcela (horta) em claro prejuízo do que é colectivo, - ao mesmo tempo que se torna necessário recorrer à importação de arroz, assistimos a uma maior

vulnerabilidade das famílias nas épocas de crise, como aconteceu em 2006 com a má campanha de venda das castanhas de caju.

Analisada numa óptica mais geral do país, esta realidade torna-se ainda mais preocupante. A Guiné-Bissau depende quase exclusivamente deste produto para as suas exportações. Em 2003 (último ano em que a INEC publicou dados das exportações), das quase 80 mil toneladas de produtos agrícolas exportadas, cerca de 77 mil foram de castanhas de caju, o que representa 90 por cento das exportações do país.

Como se a dependência do país de um único produto de exportação não bastasse, a sua distribuição geográfica completa o cenário. Assim, cerca de 97% das exportações destinam-se ao mercado asiático, cabendo só à Índia mais de 85 por cento.

Do exposto, pode-se concluir que o país é duplamente vulnerável. As suas exportações são constituídas em cerca de 90 por cento por um único produto e mais de 85 por cento destas exportações destinam-se a um único país.

As consequências desta situação para os camponeses são enormes. Se por qualquer razão este produto perde a sua quota no mercado internacional ou há desentendimentos entre os parceiros (parece ser esta a razão da má campanha de 2006), as populações experimentam crises insuportáveis, chegando mesmo a passar fome.

As populações e os locais são integrados cada vez mais em circuitos socioeconómico e geográficos mais amplos e globalizados: regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Estes diferentes níveis são cada vez mais inter-conectados, o que deve obrigar a uma análise crescente e em diferentes escalas das actividades humanas e dos processos de decisão, quer nos seus aspectos determinantes como nas possíveis consequências. Deve ser este o papel de um Estado forte

Conclusão

O trabalho que desenvolvemos centrou-se no estudo do processo de transformação por que passa uma determinada parcela do território – a região de Buba-Quebo, e qual o seu contributo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. A região escolhida corresponde a dois sectores no Sul da Guiné: o sector de Buba, que pertence à região de Quinara, e o sector de Quebo que em termos administrativos pertence à região de Tombali. Pretendemos assim demonstrar que este espaço pode constituir um *“corredor” capaz de potenciar o desenvolvimento no Sul da Guiné-Bissau.*

Foi destacado o papel de desenvolvimento regional na organização espacial dos territórios, quer como instrumento de correcção dos desequilíbrios entre as regiões quer através dos processos de planeamento para os evitar. Nesta perspectiva, a abordagem sobre o desenvolvimento regional seguida procura valorizar a localização dos homens e as suas actividades, de modo não só a torná-las mais rentáveis, sem contudo causar danos irreversíveis no ambiente.

Aliás, os valores ambientais foram aqueles que mais influências tiveram na definição do novo conceito de desenvolvimento desde o início da década de 70 do século passado, assumindo diferentes designações: “Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado” (Amaro: 2003: 55). No entanto, depois da elaboração do IDH no início da década de 90, o Desenvolvimento Humano foi adoptado pelo PNUD praticamente em todos seus relatórios.

Por outro lado, a análise evidenciou a vulnerabilidade dos pequenos territórios que estão a sofrer cada vez mais com a globalização e são obrigados a competir em situações muito desfavoráveis. O desenvolvimento regional através do recurso ao planeamento deve definir uma estratégia no sentido de prepará-los para este impacte, reduzindo os danos e maximizando as oportunidades que ela possa incorporar.

A análise dos programas e projectos de desenvolvimento que vigoraram no país no intervalo em estudo, permite-nos identificar 4 períodos fundamentais, que dadas as suas características dominantes se podem designar por: a) período de iniciativa; b) período de reacção; c) período de voluntarismo; d) período de indefinição.

a) O Período de iniciativa

Este período começa com a nomeação do Sarmento Rodrigues como Governador da província da Guiné em 1946. Este oficial de Marinha tinha algumas vantagens em relação a outros governadores que o antecederam no cargo. Desde logo possuía um conhecimento acumulado do território e da sua gente, tendo já desempenhado o cargo de Comandante da Marinha de Guerra da Província, mas sobretudo o facto de ter sido Presidente da Câmara Municipal de Bissau. Em segundo lugar, beneficiou duma vontade política de realizar coisas como poucos antes dele.

Aliás, a sua nomeação insere-se na escolha da Guiné como primeiro campo de ensaio dos novos rumos da política colonial portuguesa, baseada num “*exaustivo conhecimento científico das possibilidades da terra e da sua gente*” e de prosseguir um programa de desenvolvimento através duma “*completa ocupação sanitária, educacional e política*” (Silva, 2006:143).

Assim, Sarmento Rodrigues deu início à construção da “rede de infra-estruturas indispensáveis à política de desenvolvimento” que se assemelha ao papel desempenhado pelo Eng. Duarte Pacheco em Portugal, realizando estudos e projectando obras, algumas ainda por concretizar.

À época praticamente toda a população africana da província era analfabeta. Segundo os dados dos censos de 1950, dos seus cerca de 500 mil habitantes, apenas 8.320 eram “população civilizada”, definida como sendo “as pessoas que sabiam falar, ler e escrever o português, de acordo com alínea a) do Diploma Legislativo 1.364, de 7 de Outubro de 1946,” (Silva, 2006: 144). Deste número, cerca de 96% eram portugueses, ou seja, apenas cerca de 830 africanos cumpriam com esta condição, o que era francamente escasso para alcançar o desenvolvimento pretendido.

Este facto levou ao lançamento de um vasto programa de educação não apenas para a classe dominante como acontecia até àquela data, mas extensível duma forma progressiva a toda a população. O mesmo aconteceu nos outros sectores como a saúde, na promoção da agricultura e na investigação científica.

Por outro lado, reintroduziu o plano de “generalização da implementação da malha político-administrativa e (...) desenvolvimento das comunicações e de outras infra-estruturas” (Dias, 2007: 2), iniciadas na década de 30, mas que perdeu o seu dinamismo devido às sucessivas contradições na administração e consequente substituição de governadores.

Como todos os grandes reformadores provocou descontentamento, mesmo dentro do aparelho colonial. Este facto e a contradição da própria para política colónia levaram à sua substituição,

originado a descontinuidade das políticas por ele iniciadas, posteriormente ampliadas com o início da guerra em 1963.

b) O período de reacção – corresponde à passagem do General António de Spínola à frente do governo da província. Nomeado para exercer as funções de governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné entre 1968 e 1973, encontrou uma situação política e militar muito desfavorável, o que exigia uma nova estratégia tanto no campo militar como político. O objectivo desta nova abordagem era retirar à guerrilha a sua base social de apoio e para isso foi lançado em 1968, um programa chamado “*Por uma Guiné Melhor*” que abrangia um vasto plano de obras públicas e de medidas na área da saúde e da educação.

Baseado nos objectivos traçados para o III Plano de Fomento, o documento fixou três metas principais:

- Promoção social da população, em particular a nível cultural, sanitário e de segurança alimentar;
- Fomento de actividades que permitisse a integração da população africana nos circuitos económicos de mercado;
- Criação de incentivos para expansão do sector empresarial.

Assim foi reconhecida a necessidade de evitar aos desequilíbrios quer regionais quer sectoriais. Isto só seria possível através de uma intervenção do governo a todos os níveis de planeamento e de controlo, ou seja, pela primeira vez surgia nas políticas de desenvolvimento uma preocupação clara sobre as regiões.

Para operacionalizar este programa, o desenvolvimento da província deveria assentar nos seguintes pontos: apoio à iniciativa privada; defesa da função social do capital; valorização do factor de trabalho; **ordenamento territorial e sectorial** (sublinhado nosso); e investimento ponderado.

Para além de constrangimentos causados pela guerra, traduzidos no corte de muitas ligações particularmente sentido na região de Buba-Quebo, o modo de vida da população africana a viver em pequenas comunidades e a grande concentração da população fugida da guerra nas cidades e vilas dificultava a construção de equipamentos colectivos que permitisse a desejada melhoria das condições de vida das populações.

Deste modo foram criados as seguintes figuras de plano: Plano Director para Reordenamento Rural; Planos Regionais; Planos sub-regionais; Planos Locais; e Planos Sectoriais. Para

facilitar a sua execução estes planos foram agrupados nas seguintes rubricas: Urbanização e Ordenamento de Território; Programas Sectoriais; Construção e Obras Públicas.

Apesar das limitações que esta política de ordenamento do território apresentava, pois era baseada fundamentalmente na divisão étnica, que nos parece incompatível com qualquer organização moderna, por um lado, entrava em contradição com outras políticas cujo objectivo era diminuir e enfraquecer os regulados e o poder dos seus líderes.

No entanto, apresentava algumas inovações significativas, das quais se podem destacar: nas regiões que abrangessem mais de um concelho ou circunscrição era nomeada uma autoridade coordenadora do programa. Por outro lado, começava a ensaiar uma descentralização do poder através da responsabilização das autoridades locais pela execução dos planos regionais, inter-regionais e sub-regionais.

No que diz respeito à região de Buba-Quebo, pelos motivos atrás apontados esta área fazia parte do plano regional do sul. No entanto, Buba com 347 habitantes; Empada com 2730 habitantes e Aldeia Formosa (Quebo) com 3.929 habitantes eram considerados como “sub-regiões independentes”.

Durante este período, devido à guerra e conseqüente restrição do movimento das pessoas, a produção agrícola foi reduzida a uma expressão insignificante. Assim, toda a vida económica da região girava em torno do complexo militar. A concentração de muitos jovens militares, quer europeus, quer africanos, muitos deles vindos de fora da região, e com a necessidade de certos serviços, como a lavandaria permitiu às populações auferir um importante complemento de rendimento.

O abastecimento quer dos militares, quer das populações civis fazia-se através do porto de Buba, sendo os mantimentos transportados pelas colunas militares. Por razões de segurança eram poucas as populações a dedicar-se à agricultura, o que aumentava o grau de dependência deste complexo militar.

No entanto, é de salientar a existência de alguns comerciantes, na sua maioria de origem libanesa e síria. Estes comerciantes vendiam um pouco de tudo, desde fazendas, óleo de iluminação (petróleo), passando por diversos géneros alimentícios e compravam essencialmente produtos agrícolas destinados à exportação.

Durante estes anos as exportações da Guiné eram constituídas por um número muito reduzido de produtos - amendoim 51%, coconete 25%, madeira serrada 14% castanha de caju 5% e bagaço de amendoim 5%.

Tendo sido introduzido pela primeira vez na Guiné o cultivo de amendoim nas margens do Rio Grande, nesta altura (como de resto acontece actualmente), a sua produção destinava-se, praticamente na sua totalidade, ao consumo local.

As importações para além do arroz e combustíveis, eram constituídas fundamentalmente por produtos manufacturados tais como sabão, cimento, cerveja e refrigerantes, calçado e roupas entre outros.

Nas regiões de Quinara e Tombali produzia-se o coconete, mas não propriamente neste espaço, e não existia nenhuma serração na área, o que tornava marginal a participação da região nas exportações da província.

Alguns *djilas* operavam no mercado, comercializando produtos que muitas vezes não estavam disponíveis nas lojas, como os panos que traziam de forma clandestina do Senegal e da Gâmbia.

Durante este período, a Aldeia Formosa (Quebo) era o centro em torno do qual girava toda a vida da região. A vila de Buba através do seu porto servia apenas como local estratégico de abastecimento da primeira.

c) Período de voluntarismo

Em termos cronológicos este período começa com a independência do país em 1974, politicamente marcado pela existência de um partido único de cariz revolucionária e, em matéria de política económica dominado pelo centralíssimo, em que o poder de decisão era detido pelo Estado, que por sua vez era subordinado ao partido – o PAIGCE.

Vários autores concordam em afirmar que apesar da abundância de documentos neste período (1974-1982), não é fácil identificar os programas e projectos de desenvolvimento para o país e suas regiões. Tudo se resumia a expressões muito vagas, tais como “aumentar”, “promover” ou “desenvolver”.

Em vez de cumprir com as orientações estabelecidas pelo próprio partido de dar prioridade à agricultura como motor de desenvolvimento, esta apenas beneficiou de menos de 10 % dos investimentos, que na sua grande maioria foram mal gastos e aplicados em sectores poucos adequados e desproporcionados.

Este facto provocou uma queda anual na ordem de 1,7% na produção agrícola, enquanto o crescimento populacional estava acima de 2% no mesmo período.

A queda da primeira república e constatação dos falhanços verificados em matéria de política económica, obrigou as novas autoridades a mudar de estratégia. Assim, decidiu-se pela

liberalização económica e permitir a iniciativa privada. Contudo, manteve-se o PAIGC como única força política do país.

Por outro lado, foi decidido elaborar o “*Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social*”, que na sua essência tinha 5 eixos fundamentais - Bloco Prioritário, Bloco de Apoio Principal, Sectores Sociais, Outros sectores e Programas Regionais.

Este plano tinha o mérito de ser o primeiro documento desde a independência em que se tentava programar o desenvolvimento coerente e esquematizado do país. No entanto, sempre faltou a estes programas referências específicas em matérias fundamentais como o desenvolvimento regional ou o ordenamento do território.

A falta de continuidade, a inexperiência dos agentes políticos e a falta de quadros qualificados conduziu estes programas ao fracasso.

Depois da independência, as novas autoridades decidiram manter o aquartelamento de Quebo como Centro de Comando da Região Militar do Sul, que abrangia as regiões de Tombali e Quinara, pelo que a presença de elevado número de militares (com as suas famílias) permitiu a manutenção de uma grande concentração humana, apesar de perder uma parte significativa da sua população que tinha sido ali deslocada por razões estratégicas (Colibuia, Cumbidjã, Sare Amade, Uane, entre outras).

O regresso da população deslocada associada a desconfianças mútuas com as novas autoridades, levou as populações a dedicarem-se totalmente à produção agrícola, de modo a garantirem a sua sobrevivência. A produção subiu de uma forma muito acentuada, sobretudo o arroz – base da alimentação, mas também uma grande variedade de outros produtos alimentares.

O aumento da produção agrícola em geral, e do arroz em particular, na região era, em parte, a confirmação daquilo que se tinha definido no 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social (1983-1986), que identificou as duas regiões do sul como aquelas que tinham a maior potencialidade para servirem de reservas agrícolas do país.

Apesar de algumas resistências dos pequenos comerciantes e os *djilas*, mas também dos comerciantes que tinham as suas lojas, o circuito comercial foi dominado pelos estabelecimentos estatais – Armazéns do Povo e Sociedade Comercial Mista - SOCOMI, a quem o Estado tinha concedido o monopólio de exportar e importar todos os produtos, o que reduziu significativamente a margem de manobra dos primeiros.

Nos anos 1980, a vila de Buba começou ganhar algum dinamismo com a instalação de dois projectos – o Projecto de Abastecimento de Água Rural nas regiões de Quinara e Tombali e Folhados de Bissau – FOLBI (unidade de transformação e comercialização de madeira).

Durante o período da vigência destes projectos a vila de Buba viu a sua população crescer numa forma exponencial, tal como as actividades comerciais. No entanto, nenhum dos projectos teve continuidade após partida dos cooperantes europeus.



Foto 1. Antigas instalações de FOLBI

O primeiro projecto foi dividido em pequenas unidades entregue aos antigos operários, num processo pouco transparente, como nos foi relatado por alguns destes ex-trabalhadores; enquanto o segundo está encerrado e em ruína. Apesar de isso a vila de Buba registou um dinamismo sem precedente na sua história, resultado da concentração de um número significativo da população jovem com poder de compra, que traiu muitos homens de negócios, facto que nos leva a concordar com Marina Temudo ao afirmar que: “muitas vezes as vantagens marginais são superiores às que advém das inovações introduzidas de forma planeada” destes projectos (Temudo, 1998: 143).

d) Período de indefinição

Em meados dos anos 80, em consequência do agravamento da situação económica e social no país inicia-se um período a que podemos chamar de indefinição. O governo foi obrigado a entrar em negociações com o FMI e o Banco Mundial. Estas negociações conduziram a adopção dos Programas de Ajustamento Estrutural destas instituições em três fases: 1987/89; 1989/91 e 1994/97. A partir desta data, o país deixou de ter programas de desenvolvimento. A aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural teve poucos resultados positivos. Aliás, para muitos, a situação agravou-se, conduzindo o país à guerra de 7 de Julho de 1998.

De então para cá, o país só conheceu instabilidade política e governativa caminhando para aquilo a que Ziegler descreveu do seguinte modo: “cada vez mais regiões do mundo, hoje em dia, estão em vias de desintegração. Países inteiros saem da história. Como navios fantasmas, perdem-se na noite. Em África nomeadamente, a Somália, a Serra Leoa, a Guiné-Bissau e muitos outros países em vias de desintegração não passam de uma inscrição num mapa” (Ziegler, 2006: 29).

Pode-se concluir que a evolução da população da região de Buba-Quebo teve um comportamento até certo ponto semelhante ao verificado a nível nacional. Por outras palavras, exceptuando o período entre 1950 e 1979, em que não houve dados individualizados para a região, o crescimento da população verificado entre os censos 1979 e o de 1991 foi cerca de 40%. Este crescimento situa-se muito acima do verificado a nível nacional (27,5%), e da província do Sul (cerca de 24 %) ou qualquer uma das regiões do Sul, onde se verificou um crescimento próximo de 29% em Tombali e de cerca de 21% em Quinara.

Considerando as estimativas de evolução da população entre 1991 e 2005, apesar de o ritmo de crescimento se aproximar contínua, no entanto, superior na região de Buba-Quebo a o verificado na região de Quinara (21%), mas inferior ao registado na região de Tombali, que teve um aumento de 32%. Neste período o aumento médio observado a nível nacional foi de 35,5%.

Uma outra conclusão que o estudo nos permite tirar é o forte crescimento populacional verificado na vila de Buba nas últimas décadas, passando de 347 habitantes em 1972 para cerca de 3500 em 1991, aumentando o seu efectivo mais de dez vezes; enquanto Quebo conseguiu manter a sua população em cerca de 3800, um pouco menos do que tinha em 1972, 3929 habitantes. No entanto, nesta altura estava reunida em Aldeia Formosa a população de muitas aldeias, tais com Uane, Samba Sabali, Sare Donhã, Colibuia, Cumbidjã, Sare Amade, etc., que regressaram às suas aldeias depois da independência.

Por outro lado, a análise da distribuição espacial da população permite concluir o grande peso que as duas capitais de sectores exercem na região. A população de Buba representa mais de 35% do total do sector, enquanto 19 tabancas não detêm mais de 17% da população residente. O mesmo padrão de distribuição é observado no sector de Quebo, onde cerca de 26% da população reside na sede, enquanto só cerca de 8,5% está a residir nas 13 aldeias de menor dimensão.

Nos últimos anos tem-se verificado a tendência de regresso de algumas famílias que tinham fugido da guerra para a zona leste do país ou Casamansa, no Senegal, fixando as suas

residências na região. Da mesma maneira, um fenómeno cada vez mais frequente é a fixação de muitas famílias vindas da República da Guiné.



Foto 2. Famílias recém regressadas fixando a sua residência junto de Sintchã Sambel

No domínio do povoamento o estudo permite-nos desatacar alguns aspectos. Primeiro, depois da independência o país conheceu uma nova forma de organização espacial. Foi abandonada a divisão territorial baseada no aspecto tribal (“chão manjaco”, “chão fula”, “chão balanta”, etc.), que tinha vigorado durante a administração colonial, para uma organização baseada puramente em termos geográficos.

Esta alteração favoreceu a mobilidade e a mistura entre as populações de diferentes tribos e com isso a tendência de desaparecimento das “tabancas homogéneas” onde só residem elementos da mesma tribo.

Por outro lado, nota-se cada vez mais a redução das formas de ocupação do espaço, que era maioritariamente disperso nos povos do litoral, principalmente entre os Balantas, cujas povoações seguiam a lógica das parcelas das suas bolanhas, mas também entre os Fulas cujas aldeias eram quase invariavelmente concentradas. Em sua substituição surge um povoamento linear que segue as principais vias de comunicação construídas a partir do início da década de 70.

Esta mudança associada a novos hábitos que têm vindo a ganhar terreno na região e no país em geral, estão na origem do enfraquecimento da morança, que até há bem pouco tempo, era o núcleo fundamental em torno do qual se mantinha não só a autoridade, mas também a coesão social da família e da comunidade.

Outro aspecto que dificultou a afirmação da região foi a incoerência quer da administração colonial, quer das novas autoridades saídas da independência, em matéria de divisão administrativa e de hierarquização dos seus principais núcleos populacionais. Ora a vila de Buba era a capital da circunscrição, ora era despromovida a sede de Posto Administrativo em detrimento de Fulacunda, num vaivém de pelo menos quatro vezes antes da independência, que continuou depois com as novas autoridades.

Os esforços feitos para melhorar as condições sociais na região durante as últimas décadas produziram resultados positivos. Todos os indicadores de saúde tiveram uma melhoria, sendo também notória a redução do analfabetismo na região. Neste último domínio alguns detalhes escapam às estatísticas publicadas no país. Na região e no sector de Quebo em particular, são poucas as pessoas que não sabem ler e escrever, embora um número significativo só o façam na língua árabe ou em Fula usando caracteres árabes.

Contudo, o esforço levado a cabo, não foi acompanhado pela construção de equipamentos que sustentasse o crescimento da procura quer na educação, quer na saúde.

No Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social apresentado em 1983, o único elaborado depois da independência, não existiam referências aos sectores. A única menção era a construção dos mercados de Buba e Quebo. O mercado de Buba nunca passou de intenção, pelo que as pessoas continuam a fazer os seus negócios utilizando as varandas de algumas (foto 3).



Foto 3. Mercado de Buba (2006)

Por seu turno, o processo de construção do mercado de Quebo teve início em 1986, mas mais de duas décadas depois ainda está por concluir.



Foto 4. Espaço para o mercado de Quebo (trabalhos iniciados e abandonados em 1986)

As actuais instalações do mercado de Quebo estão tão degradadas que quando chove ninguém consegue estar lá dentro. Em seu redor foram construídas numerosas barracas pelos comerciantes para poderem continuar a exercer as suas actividades.

Mesmo assim, as autoridades não hesitam em cobrar elevados impostos, apesar das precárias condições e de nada ter sido feito para as melhorar. No entanto, os impostos cobrados nestes mercados constituem a principal fonte de receita quer para o Comité de Estado de Buba, quer para o de Quebo.



Foto 5. Mercado de Quebo (2006)

É de salientar que a construção destes mercados já foi financiada várias vezes. Lamentavelmente não só não foram construídos, como ninguém sabe explicar onde foram aplicadas as verbas que tinham sido destinadas a este efeito.

No domínio ambiental, o estudo evidenciou uma maior consciencialização dos responsáveis políticos, mas também da população na necessidade de preservação dos recursos naturais. Todavia, no nosso entender, esta resultar não do esforço do Estado guineense, mas sim das pressões e incentivos das ONG's e dos organismos internacionais.

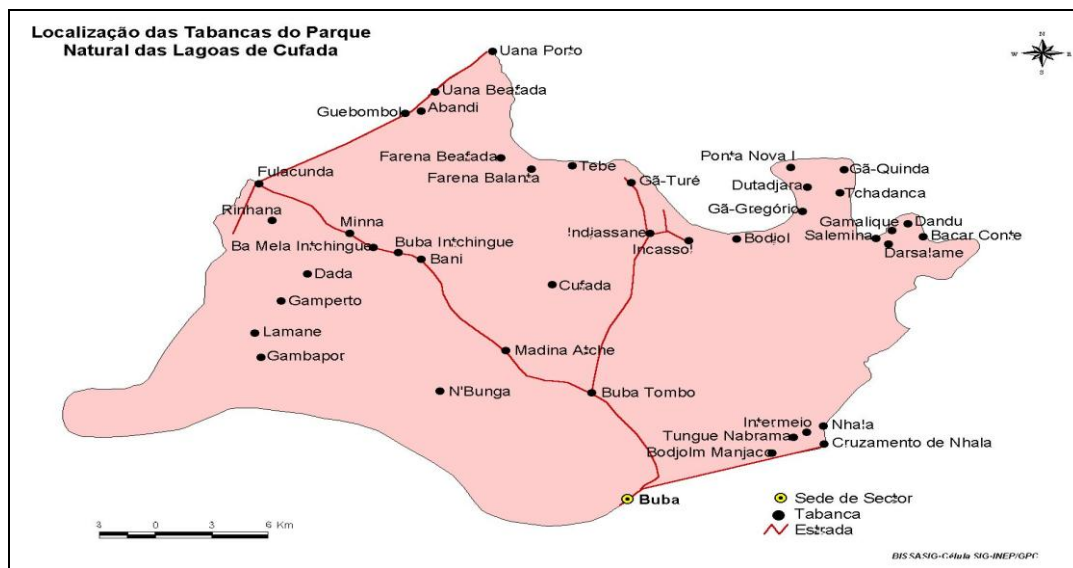
É neste âmbito que foram criadas em 2000 várias áreas protegidas na zona costeira da Guiné-Bissau (Parque Natural dos “Tarrafes” no Rio Cacheu; Parque Natural do Grupo das Ilhas de Orango; Parque Natural Marionho João Vieira e Poilão; Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Formosa, Nago e Chediã; e Parque Natural das Lagoa de Cufada). Este último localiza-se na região de Quinara, que ocupa grande parte dos sectores de Buba e de Fulacunda, abrangendo uma área total de 89.000 hectares.

Para além de constituir a maior lagoa de água doce da Guiné-Bissau serve “de fonte de abastecimento de lençóis freáticos da zona”, e está incluído nas zonas húmidas de importância internacional.

Nas actividades de criação e desenvolvimento do parque estão envolvidas muitas instituições portuguesas, com destaque para o Instituto da Cooperação Portuguesa (coordenação geral), o Instituto da Conservação da Natureza (coordenação de execução técnica e estudos) e IICT (estudos técnico-científicos). Da parte guineense, entre os que colaboram com o parque merecem destaque instituições como a Direcção Geral do Ambiente e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, (respectivamente, instituições de tutela e de apoio científico), bem como a União Internacional para a Conservação da Natureza (através do Projecto de Pesca Artesanal do Rio Grande de Buba e apoio a trabalho de campo), União Europeia (Centro de Áreas Protegidas de Buba)⁸.

⁸ <http://www.icn.pt/documentos/cufada/index.html>

Mapa 14. Parque Natural das Lagoas de Cufada



Fonte: BISSASIG-Celula SIG-INEP/GPC

Este esforço, no nosso entender está a ser prejudicado pela generalização de plantações de caju que se verifica um pouco por todo o país, em detrimento de outras culturas mais diversificadas e melhor adaptadas às condições climáticas e de natureza dos solos.

Por outro lado, dada a desvalorização dos preços das outras culturas, associada à restrição de intervenção dentro do limite da reserva natural, tem provocado a competição fundiária entre os residentes na ocupação de outras áreas.

O estudo permite concluir que, no contexto da província do Sul, é nos sectores de Buba e Quebo onde se verifica maior dinâmica, maior intensidade de relações entre si, o que de certo modo confirma a sua potencialidade de servir como corredor de desenvolvimento no Sul da Guiné-Bissau.

Haverá muitas razões para que isso aconteça. Primeiro que tudo, históricas – por ter pertencido ao mesmo regulado desde os finais do século XIX, portanto uma intensa relação familiar; terem sido os únicos onde se conseguiu manter as ligações durante a longa luta de libertação nacional; e até agora, com ligação de estrada alcatroada que facilita o movimento de pessoas e bens.

Contudo, a região tem perdido um pouco a complementaridade que tinha existia entre os dois pólos quando nos anos 80 estavam em desenvolvimento em Buba os dois grandes projectos de Abastecimento de Água Rural nas regiões de Quinara e Tombali e FOLBI.

A instalação em Buba da sede da província do Sul, a transferência da sede do governo da região de Quinara de Fulacunda para aquela vila e, sobretudo de transferência de grande parte

do contingente do aquartelamento de Quebo para Buba reforçou o seu carácter central. Assim, a vila de Buba passou a exercer maior atracção na região.

No entanto, a potencialidade que se identifica na região tem sido prejudicada pelo modo de organização do Estado e das próprias regiões, pois, para além da falta de coerência nas políticas de desenvolvimento, não existe uma coordenação das mesmas, vigorando uma comunicação vertical entre os representantes dos ministérios e a tutela, muitas vezes sem o conhecimento do governador. Por outro lado, a maioria das medias são demasiado experimentalistas e sem continuidade.

E, finalmente, talvez a mais importante de todas, a instabilidade política e governativa que o país tem conhecido nas últimas décadas. Cada novo governo corresponde a novas nomeações de governadores de região e administradores de sectores. Como é de conhecimento geral, a Guiné-Bissau viveu, em 1998/99, uma crise grave político-social acumulada desde os primórdios da luta armada para a independência nacional.

Este conflito militar, longe de resolver os problemas que já existiam, aprofundou-os, ampliou-os e criou uma instabilidade política e social que mantém o país manietado, incapaz de se mover para o progresso.

As instituições ficaram mais desacreditadas, a administração pública menos eficiente e mais politizada, a longevidade dos governos mais reduzida e incerta.

A governação do PRS, entre 2000 e 2003, em que a maioria parlamentar coincidiu com a maioria presidencial, foi dessa instabilidade institucional um exemplo paradigmático: 4 governos em 3 anos - com a péssima gestão que daí resultou.

O executivo de Caetano N'Tchama, com duração de 13 meses, foi o mais duradouro de todos os governos do PRS. Nomeado a 18 de Fevereiro de 2000 este Primeiro-Ministro foi e exonerado a 19 de Março de 2001. O mais curto de todos foi o governo de Faustino Fudut Embali. Durou 8 meses apenas: de 19 de Março de 2001 a 7 de Dezembro do mesmo ano.

Por sua vez, Alamara Intchia Nhasse chefiou o executivo sob as cores do PRS 11 meses (8.12.01 – 16.11.02), dando lugar a Mário dos Reis Pires, cuja governação se iniciou no dia em que o seu predecessor foi exonerado, para ser interrompido quase dez meses depois, a 14 de Setembro de 2003, com o golpe de Estado que derrubou o regime de Kumba Yalá.

Os guineenses e a comunidade internacional são testemunhas de que a economia da Guiné-Bissau não conheceu um período pior do que aquele: desvios escandalosos de fundos públicos, não pagamento de salários durante nove meses (de Janeiro a Setembro de 2003, durante o Governo de Mário Pires), etc. Com a vitória eleitoral do PAIGC e a posterior coabitação com o General Presidente, João Bernardo “Nino” Vieira, a estabilidade

governativa não melhorou muito, apesar de a economia conhecer uma melhor evolução. A oito meses das eleições legislativas, o país já tem 3 Primeiros-Ministros: Carlos Gomes Júnior, Aristides Gomes e Martinho Dafa Kabi.

Se o bom senso não tivesse prevalecido e as hostilidades na presidência do PAIGC travadas oportunamente, teríamos no mês de Março deste ano de 2008 um quarto governo: o presidente do partido maioritário no parlamento, Carlos Gomes Júnior, retirou a sua confiança política ao seu Terceiro Vice-Presidente, Martinho Dafa Cabi, que detém a chefia do governo. Apesar disso, os três actuais maiores partidos do país (PAIGC, PRS e PUSD) não conseguiram evitar uma forte hemorragia dos seus dirigentes, que resultou numa nova formação política, o PRID, liderado pelo até então Primeiro Vice-Presidente do PAIGC, Aristides Gomes.

O actual clima de proliferação de partidos políticos e estabelecimento de alianças políticas pouco claras, aliados a uma complicada reforma pretendida no seio das forças armadas não prenunciam uma estabilidade governativa para os próximos tempos.

Não havendo estabilidade politico-governativa, o tão almejado arranque do país rumo ao desenvolvimento fica mais uma vez adiado, não obstante a recente eleição do país pelo FMI para beneficiar dos fundos destinados a países em situação de pós-conflito.

BIBLIOGRAFIA

- ABAAB, Ali e GUILLAUME, Henri** (2004), “Entre Local et Global”, *Environnement et Sociétés en Mutation*, Coordenação de Michel Picouet et al, Paris: IRD Éditions, collection *Latitudes* 23: pp. 261-306.
- ACEGE** (2002), *A Globalização, o Desenvolvimento e a Ética – Congresso Nacional da ACEGE*, Lisboa: CCB.
- AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR (1973)**, Ordenamento rural e urbano na Guiné Portuguesa, Lisboa: AGU, p.141.
- ALVESSON M; ZEJAN, Mario** (1991), “Guiné-Bissau: o Impacto do Programa de Ajustamento Estrutural sobre o Bem-estar dos Pequenos Proprietários Rurais”, *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 16, Bissau: INEP, pp. 81 – 104.
- AMARO, R. R** (1998), A qualificação de recursos humanos como estratégia de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Lisboa: ISCTE (Tese MEA).
- AMARO, R. Roque** (1993), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa: CEA, ISCTE, (4): pp. 35 – 70.
- ARMSTRONG, H. end J. Taylor** (2000), *Regional Economics and Policy*, Oxford: Blackwell Publishers, 3^a Ed.
- AYITTEY, G. B. N.** (1991), *Africa Betrayed*, New York: St Martin’s Press.
- BANGURA, Yusuf** (1994), *Intellectuals, Economic Reform and Social Change: constraints and Opportunities in the Formation of a Nigerian Technocracy*, Monograph Series 1/94, and Dakar: CODESRIA.
- BARBOSA DE MELO, João Paulo** (2005), “A problemática e as políticas de desenvolvimento local”, *Compêndio de Economia Regional*, Coordenação de José Silva Costa, Coimbra: APDR.
- BASSAN, Dilani S. e SIEDENBERG, Dieter Rugard** (2003), “Desenvolver Buscando a Redução das Desigualdades”, *Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares*, Organização de Dinizar F: Becker e Milton Luiz Wittmann, Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- BATES, Robert H.** (1981), *Markets and States in tropical Africa –The Political Basis of Agricultural policies*, Los Angeles: University of California Press.
- BAUD, Pascal, BOURGEAT, Serge e BRAS, Catherine** (1997), *Dicionário de Geografia*, Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

- BEAUJEU-GARNIER, J.** (1997), *Geografia Urbana*, 2.^a ed., Lisboa, FCG.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline** (1997), *Geografia Urbana*, Lisboa: F.CG., 2.^a Ed.
- BENOT, Yves** (1980), *Que Desenvolvimento?* Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- BETI, Mongo** (2000), *A França Contra a África – Regressa aos Camarões*, Lisboa: Editorial: Presença.
- BLAKELY, Edward** (1994), *Planning Local Economic Development*, Newbury: SAGE.
- BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR** (1970), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Ano XLVI – N.º 535, JAN/JUN.
- BONAGLIA, F. e GOLDSTEIN, A.** (2006), *Globalização e Desenvolvimento*, Lisboa: Editorial Presença.
- BOSSA, J.** (1935), O regime de concessão de terras aos indígenas nas colónias de *África*, Lisboa: Boletim Geral das Colónias, 11 (117): p.3-27.
- BOURDIEU, P.** (1989), Sobre o poder simbólico, “O poder simbólico”, Lisboa: Difel.
- CABRAL, A.** (1954), Queimadas e Pousios na Circunscrição de Fulacunda em 1953, Bissau: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 9 (35): p.627-643.
- CABRAL, A.** (1954a) A propósito da mecanização da agricultura na Guiné Portuguesa, Bissau: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 9 (34), p.389-400.
- CABRAL, A.** (1954b) Acerca da utilização da terra na África negra, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 9 (34), Bissau: p.401-15.
- CABRAL, A.** (1959) A agricultura da Guiné. Algumas notas sobre as suas características fundamentais, Lisboa: Agros, 43 (4): p.335-350.
- CABRAL, A.** (1988), "A Cerca da Contribuição dos “povos” Guineense para a produção Agrícola da Guiné ", *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa/Bissau: ICT/INEP.
- CABRAL, A.** (1988), *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa/Bissau: ICT/INEP.
- CARDOSO, B.** (1996), Estudo Aprofundado da Pobreza na Guiné-Bissau – O Desenvolvimento Macroeconómico, Bissau: ASDI.
- CARDOSO, C.** (1991), “Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Sócio – Económico na Guiné-Bissau: Fundamento das Orientações em Matéria de Cooperação”, *Boletim de Informação Socioeconómica*, Bissau: CESE-INEP (3-4): pp. 3 – 15.
- CARDOSO, C.** (1992), A Ideologia e Prática da Colonização Portuguesa na Guiné e o seu Impacto na Estrutura Social, 1926 – 1974, Soronda, *Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: INEP (14): pp. 29 – 63
- CARDOSO, Carlos** (2007), “Revisitando o Conceito de Desenvolvimento no Pensamento de Amílcar Cabral”.

http://scholar.google.com.br/scholar?q=Carlos+Cardoso+-+Revisitando+o+pensamento...&hl=pt-BR&lr=&btnG=Pesquisar&lr=lang_pt

- CARREIRA, A.** (1961) “Organização Social e económica dos Povos da Guiné Portuguesa (subsídios para o seu estudo) ”, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. XVI (64): pp. 641-736.
- CASSAMA, V.** et al (2006), Alterações do Coberto do Solo na Mata do Cantanhez - Guiné-Bissau de 1953 a 2003 (documento de trabalho apresentado na 1ª conferência sobre Sistema Terra).
- CHABAL, Patrick** (1991), “O Estado Pós-Colonial na África de Expressão Portuguesa”, *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: INEP, (15): pp.37 – 56.
- CHEGE, M.**, (1977), the Future of Regional Studies, in *Africa Today* nr. 2ed vol. (44).
- CLAVAL, Paul** (1976), *Eléments de Géographie Économique*, Paris: Les Librairies Techniques.
- CLAVAL, Paul** (1987), *A Nova Geografia*, Coimbra: Livraria Almedina.
- CLAVAL, Paul** (1987), *Geografia do Homem: Cultura, Economia e Sociedade*, Coimbra: Livraria Almedina.
- COSTA, Carlos e RESENDE, Mauro** (1994), Guiné-Bissau: *O Ambiente Agrícola, o Homem e o Uso da Terra*, Lisboa: Editora Clássica.
- COSTA, J. Carrington da**, (1948), “Meio Físico da Guiné Portuguesa”, DUARTE, Fausto (Org.), *Anuário da Guiné Portuguesa de 1948*, Lisboa, pp. 39-55.
- CRUZ, Francisco C. e RIBEIRO, J. Cadima** (2007), A Dimensão Política do Planeamento do Desenvolvimento Regional.
- DANI, Rodrik** (2007), Globalização e Desenvolvimento Regional.
http://www.ordemeconomistas.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=133&Itemid=404.
- DALLABRIDA, Valdir e BECKER, Dinizar F.** (2003), “Dinâmica Territorial do Desenvolvimento”, in: *Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares*, Organização de Dinizar F: Becker e Milton Luiz Wittmann, Santa Cruz do Sul, Edunisc.
- DIAS, Eduardo Costa** (1993) A Guiné-Bissau e as dinâmicas sociais da Sub-região. Cardoso, C. e Augel, J. (e d.), *Guiné-Bissau vinte anos de Independência*. Bissau: INEP, p.215-228.
- DIAS, Eduardo Costa** (2007),” Regulado de Gabú, 1900-1930: a difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais e a reorganização do espaço colonial”, *Studia Africana*, nº 9.

- DINIZ, Francisco e GERRY, Chris** (2005), “A Problemática do Desenvolvimento Rural”, *Compêndio de Economia Regional*, Coordenação de José Silva Costa, Coimbra: APDR.
- DINIZ, Francisco e GERRY, Chris** (2005), “A Problemática do Desenvolvimento Rural”, *Compêndio de Economia Regional*, Coordenação de José Silva Costa, Coimbra: APDR.
- DUARTE, Aquilino A; MARTINS, G; MONTEIRO, J.J.S.** (1996), *Subsídio para a Política Regional da S.N.V. – Análise Regional: Tombali e Quinará*, Bissau: INEP.
- DUARTE, Aquilino A; MARTINS, G; MONTEIRO, J.J.S.** (1997), *Subsídio para a Política Regional da S.N.V. – Análise Regional: Bafatá, Gabu, Oio, Cacheu e Biombo*, Bissau: INEP.
- ELIAS, Norbert** (2005), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70.
- EMBALO, Filomena** (1993), “Os Desajustes do Programa de Ajustamento”, *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, (16), Bissau: INEP, pp. 51 – 72.
- FERRO, Gaetano** (1979), *Sociedade Humana e Ambiente, no Tempo*, Temas e Problemas de Geografia Histórica, Lisboa: FC.
- FIGUEIREDO, A. M.** (1982), *Do Subdesenvolvimento – Vulgata, Rupturas e Reconstruções em torno de um conceito*, Lisboa: Edições Afrontamento.
- FIGUEIREDO, A. Manuel** (2005), “As Políticas e Planeamento do Desenvolvimento Regional”, *Compendio de Economia Regional*, Coordenação de José Silva Costa, Coimbra: APDR.
- FORRESTER, J.B.** (2003), *Rural Civil Society in Guinea-Bissau*, Ohio University Press and Oxford, (Ohio, EUA): Athens
- FRANCIS Fukuyama** (2006), *A Construção de Estados, Governação e Ordem Mundial no Século XXI*, Lisboa: Gradiva.
- FRANKLIN, A. de Sousa** (1948), “A Habitação dos Fulas-Fôrros e Fulas-Pretos” *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*, direcção de A. Teixeira da Mota e Mário G. Valentim Neves, Bissau: Centro de estudos da Guiné portuguesa, (7), pp. 482-538.
- FRÉMONT, Armand** (1980), *A Região, Espaço vivido*, Coimbra: Livraria Almedina.
- FRIEDMANN, John** (1996), “Empowerment”: Uma Política de Desenvolvimento, Alternativo, Oeiras: Celta.
- GENDREAU, Francis** (1993), *La Population de l’Afrique. Manuel de Démographie*, Paris: Karthala –ceped.
- GENIN, Didier, ELLOUMI, Mohamed et PICOUET, Michel** (2004), “Modes de Représentation des Stratégies familiales en Milieu Rural”, *Environnement et Sociétés en*

- Mutation*, Direcção de Michel Picouet et al, IRD Éditions, Paris: collection *Latitudes* 23, pp. 63-99.
- GIDDENS, Anthony** (2000), *O Mundo na era da Globalização*, 4.^a Edição, Lisboa: Editorial Presença.
- GIDDENS, Anthony** (2002), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa: Presença.
- GIDDENS, Anthony** (2002), *Sociologia* (3.^a ed.), Lisboa: FCG.
- GODET, Michel** (1993), *Manual de Prospectiva Estratégica: da antecipação a acção*, Lisboa: publicações Dom Quixote.
- GRAÇA, F.P** (2000), *Guiné 1963-1974: Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português*, Lisboa: Artes Gráficas, Lda.
- GRAÇA, Proença, OLIVEIRA, Faria de** (Org.) (2001), *Atlas da Lusofonia: Guiné-Bissau*, Vol. (1), Lisboa: IPCE e IGE.
- GROOTAERT, Christiaan** et al (2003) *Questionário Integrado para Medir Capital Social, Grupo Temático sobre Capital Social*, Washington, Banco Mundial.
- GUERRA, Alfredo C.** (1948), “Subsidio para o Estudo do Clima da Guiné Portuguesa”, **DUARTE, Fausto** (Org.), *Anuário da Guiné Portuguesa de 1948*, Lisboa: pp. 39-55.
- GUINÉ** (1954), *Início de um Governo*, (sl), (se).
- GURPLAM – LNEC/MOPCU** (1993), *Anteprojecto de Lei Base do Ordenamento Territorial e Urbanismo da Guiné-Bissau*, Lisboa: LNEC.
- HANDEM, D. Lima** (1991), “Mulheres Africanas e Desenvolvimento: que integração?”, *Boletim de Informação Sócio-Económico*, n.º 3-4, Bissau: CESE-INEP, pp. 31 – 38.
- HECK, Silvino** (2002), *Reflexos sobre a construção de um projecto de desenvolvimento democrático-popular no plano local e regional*. In: <http://www.camp.org.br/texto16.html>.
- HORTA, Henrique da Silva** (1999), *O meu depoimento*, AAVV, *Almirante Sarmiento Rodrigues* (1899-1999) – Testemunhos e Inéditos no Centenário do seu nascimento, Academia da Marinha/ Câmara Municipal de Freixo de Espada-à-Cintra, pp. 146.
- HUGON, Phillipe** (1999), *Economia de África*, Lisboa, FCT.
- IFPRI** (International Food Policy Research Institute) 2002, “*Reaching Sustainable Food Security for All by 020: Priorities and Responsibilities.*” Washington, DC.
- INEC** (2005), *Perfil Demográfico, Sócio-Económico e Sanitário da Guiné-Bissau*, Bissau: INEC.

- INGER, Tvedten** (1991), “Programa de Ajustamento Estrutural e implicações Locais: o caso dos Pescadores Artesanais na Guiné-Bissau”, *Soronda, Revista de Estudos Guineenses* (11), INEP, Bissau, pp. 65 – 80.
- ISNARD, Hildebert** (1982), – *O Espaço Geográfico*, Livraria Almedina, Coimbra.
- ITURRA, Raúl** (2003), *Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia, Metodologia das Ciências Sociais*, Organização de SILVA, A. S. e PINTO, J. M., Lisboa, Edições Afrontamento, 12.^a ed., pp. 149-163.
- JAO, Mamadu** (1999), *Intervenção Rural Integrada: a experiência do norte da Guiné-Bissau*, Bissau: INEP.
- JAO, Mamadu** (2002) “Relações entre Fulas e Mandingas nos espaços Gabú e Forreá”, *Soronda*, Bissau, Nova Série (3): p.5-28.
- JAO, Mamadú** (2006), “Cooperação descentralizada no contexto de estados frágeis: o exemplo da Guiné-Bissau”, (documento de trabalho).
- JUNTA DE INVESTIGAÇÃO DO ULTRAMAR** (1972), *Prospectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné*, Lisboa: Silvas, Lda.
- KRIER, Léon** (1999), *Arquitectura: escolha ou fatalidade*, Lisboa: Estar – Editora.
- LACOSTE, Yves** (1989), *A Geografia – Isto serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*, Campinas: Papyrus Editora.
- LOPES, A. Simões** (2001), *Desenvolvimento Regional*, (5.^a ed.) Lisboa: FCG.
- LOPES, A. Simões** (2005), “O Espaço Económico”, *Compêndio de Economia Regional*, Coordenação de José Silva Costa, Coimbra: APDR.
- LOPES, C.** (1982) *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: Edições 70.
- LOPES, C.** (1988) *Crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau. Soronda*, Bissau (6): p.21-38.
- LOPES, Carlos** (2005), *Cooperação e Desenvolvimento Humano a Agenda Emergente para o Novo Milénio*, São Paulo: Editora UNESP.
- LYNCH, Kenneth** (2005), *Rural-Urban Interaction in the Developing World*, London e New York: Routledge.
- MAUSS, M.** (1988), *Da Dádiva e da obrigação de retribuir os presentes: o ensaio sobre a dádiva*, Lisboa: Edições 70.
- M'BALI, F.** (1989) *O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento na Guiné-Bissau. Soronda*, Bissau, (8), p.63-86.
- MDRA**, (1990), *Guinée-Bissau: III Résulte du Recensement National de L'Agriculture*, Bissau: MDRA,

- MDRARNA/ PNUD** (1997), Plano de Acção para a Biodiversidade na Guiné-Bissau, Bissau, MDRARNA.
- MENDY, P.** (1994) Colonialismo português em África: a tradição de resistência na *Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 455p.
- MILANDO, João** (2007), Desenvolvimento e Resistência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda, Hamburgo, Periploi.
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS** (2006), Proposta de Orçamento de Estado para 2006, Bissau.
- MRN** (1983), projecto de Abastecimento de Água Rural na Regiões de Quinara e Tombali, Bissau: MRN.
- MORAES, J. L. Amaral de** (2003), “Capital Social: Potencialidades dos factores locais e políticas Públicas de Desenvolvimento Local – Regional”, *Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares*, Organização de Dinizar F: Becker e Milton Luiz Wittmann, Santa Cruz do Sul, Edunisc, pp.263-281.
- MOREIRA, Marcelino Mendes** (1948), “A Habitação dos Beafadas”, *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*, direcção de A. Teixeira da Mota e Mário G. Valentim Neves, Bissau: Centro de estudos da Guiné portuguesa (7) pp. 343-397.
- MRN** (1983), O Projecto de Abastecimento de Água Rural nas Regiões de Quinara e Tombali, Bissau: MRN.
- MURTEIRA, Mário** (1990), Lições de Economia Política do Desenvolvimento, Lisboa: Editorial Presença.
- NOVAK, M.** (2001 - 1993), “Introdução: Mais do que a ética protestante”, *A Ética católica e o espírito do capitalismo*, Cascais: Principia.
- NYANG, Sulayman S.** (1998), “Boa governância e Gestão Pública: Algumas Reflexões acerca da Guiné-Bissau”, (documento apresentado na Conferência Internacional “Good Governance”, Bissau, de 21-23 Abril 1998).
- OLIVEIRA, G. Batista de e SOUZA LIMA, José E. de** (2003), “Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: Considerações sobre o papel da Sociedade Local no Processo de Desenvolvimento Sustentável”, *Revista da FAE, Curitiba, Vol.6, n.1, 29-37, Maio/Dez. 2003.*
- OLIVEIRA, M. A. Fernandes de e WITTMANN, M. Luiz** (2003), “Sistema Integrado de Gestão: uma nova abordagem para a competitividade das organizações com o desenvolvimento regional”, *Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares*,

- Organização de Dinizar F: Becker e Milton Luiz Wittmann, Santa Cruz do Sul, Edunisc, pp.263-281.
- PAULET, Jean-Pierre** (2005), *Le Développement durable*, Paris: Ellipses Edition.
- PERROUX, François** (1987), Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento, Lisboa: FCG.
- PNUD** (2002), Relatório do Desenvolvimento Humano, Queluz: Mensagem.
- PNUD** (2003) – Relatório do Desenvolvimento Humano, Queluz: Mensagem.
- POLANYI, Karl** (2000 – 1944), *A Grande Transformação: as origens da nossa época*, Campus, Rio de Janeiro.
- POLÊSE, Mário** (1998), *Economia Urbana e Regional*, Coimbra: APDR.
- POLICARPO, Fernando** (2006), *Batalhas da História de Portugal: Guerra de África Guiné: 1963 -1974*. Vol. 21, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- POTTER, R., BINNS, T., ELLIOTT, J e SMITH, D.** (2004), *Geographies of Development*, 2.^a ed., Harlow: Pearson.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO** (1967), III Plano de Fomento para 1968 – 1973, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- PROVÍNCIA DA GUINÉ** – (1972), Prospectiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné, Lisboa: Silvas, Lda.
- PROVINCIA da GUINÉ** (1973), Programa de Realizações para o ano de 1974. Documento apresentado à Assembleia Legislativa em 29 de Novembro de 1973.
- QUINTINO, Fernando. R.** (1948), “A Habitação dos Balantas”, *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*, direcção de A. Teixeira da Mota e Mário G. Valentim Neves, Bissau: Centro de estudos da Guiné portuguesa (7), pp. 199-222.
- QUINTINO, Fernando. R.** (1969) – “Os Povos da Guiné”, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. XXIV (68): pp. 861-915.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van** (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- RAVARA, Rosa M. Serrão** (1970), Contribuição para uma Política de Reordenamento Rural no Ultramar, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, (84), Lisboa: JIU, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano Guiné-Bissau (2006), Bissau, INEP.
- RIBEIRO, O.** (1987), Introdução ao Estudo da Geografia Regional, Lisboa: Edição J. Sá da Costa.

- RIBEIRO, R.** (1989), Causas da queda de produção de arroz na Guiné-Bissau – A situação no sector de Tite, região de Quinara. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa, 10-11, p.227 – 265.
- SALES, Renato R. e MARTETTI, C.C.** (1993), Planificação Costeira – Guiné-Bissau, Bissau: UICN/DGFC-MDRA.
- SCHIEFER, U. e HAVIK, P.** (1996) Associações e Cooperativas na Guiné-Bissau, Um Estudo Sócio-económico e Cultural. Bissau.
- SCHIEFER, U. et al.** (1998), Manual para o M.A.P.A. Método Aplicado de Planeamento e Avaliação de Projectos, Lisboa: CEA-ISCTE/ Instituto da Cooperação Portuguesa.
- SCHIEFER, U. et al. (1998b)** M.A.P.A. Método Aplicado de Planeamento e Avaliação de Projecto, Normas e Procedimentos para o Planeamento e Avaliação de Projectos de Desenvolvimento da Cooperação Portuguesa, Lisboa, CEA-ISCTE / Instituto da Cooperação Portuguesa.
- SEPCI** (1982), 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social 1983 – 1986, Volume II-2, Programas Regionais, Bissau: SEPCI.
- SILÁ, A. (1992)**, Estratégias de desenvolvimento e alternativas tecnológicas: um estudo de caso (Guiné-Bissau). *Soronda*, Bissau, 13, p.3-39.
- SILVA, António E. Duarte** (2006), Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 9/10, Julho 2005/Junho 2006, Lisboa, Centro de Estudos Africanos, ISCTE, pp. 141-167.
- SOEIRO de Brito, Raquel (1997)**, “Territórios da África Ocidental: Guiné, Cruzamento de Culturas” *No Trilho dos Descobrimientos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses.
- STORPER, Michael e HARRISON, Bennett** (1994), “Flexibilidade, Hierarquia Desenvolvimento Regional: as mudanças de estrutura dos sistemas produtivos industriais e os seus novos modos de governância nos anos 90”, *As Regiões Ganhadoras: distritos e redes – os novos paradigmas da geografia económica*, Oeiras: Celta Editora, pp. 171-187.
- SUE, Reger** (2001), *Renovar a Ligação Social – Liberdade, Igualdade, Associação*, Porto: Campos de Letras.
- SY, Maimouna, BA, Alioune e NDIAYE Ndiappe** (1992) « Demographic Implications of Development Policies in the Sahel: The Case of Senegal », in: *Migrations, Development and Urbanization Policies in Sub-Saharan Africa*, direcção de Moriba Toure & T.O. Dakar and Oxford: Fadayomi, Codesria, pp. 112-152.

- TEIXEIRA DA MOTA, A.** (1951) “O Estudo do Habitat como Base do Planeamento”, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. XVII, n. ° 68, pp. 513-573.
- TEIXEIRA DA MOTA, A.** (1951b), “Notas sobre o Povoamento e a agricultura Indígena na Guiné Portuguesa”, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. VI (23): pp. 657-680.
- TEIXEIRA DA MOTA, A.** (1952), “Origem da Casa Indígena Rectangular no Litoral da “Guiné do Cabo Verde””, *Boletim Cultura da Guiné Portuguesa*, Vol. VII, (25): pp. 157-160.
- TODD, E.** (1998), *Elementos de Antropologia para o uso dos economistas, A Ilusão Económica*, Lisboa: Instituto Piaget.
- TOURE, Moriba, and FADAYOMI, T.O.** (1992), *Migrations, Development and Urbanization Policies*, Sub-Saharan Africa, Dakar: CODESRIA.
- TOURNAINE, Alain** (2006), *Um Novo Paradigma para Compreender o Mundo de Hoje*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, Lda.
- TRAORE, B.** (1990) ‘La dimension Culturelle de L’acte d’entreprendre en Afrique’ L’Entrepreneuriat en Afrique Francophone, Ed., Aupelf-UREF, Paris: John Libbey Eurotext.
- Willis, Katie** (2005), *Theories and Practices of Development*, New York. Routledge.
- WORLD BANK, et Al.**, (1990), *the Social Dimension of Adjustment in Africa – A Policy Agenda*, Washington: World Bank.
- WORLD BANK, et Al.**, (1990), *the Social Dimension of Adjustment Priority Survey: An Instrument for the Rapid Identification and Monitoring of Policy Target Groups*, Washington: World Bank.
- ZIEGLER, Jean** (2006), *OS Novos Senhores do mundo e os seus opositores*, Lisboa: Terramar.
- ZIPPEULIUS, R.** (1997), *Teoria Geral do Estado*, Lisboa: FCG.

Legislação

- Boletim Oficial n.º 49 – Lei n.º 4/96**, de 9 de Dezembro: sobre a criação dos Municípios e os respectivos limites.
- **Lei n.º 5/96, de 9 de Dezembro**: organização política administrativa do território.
 - **Lei n.º 7/96, de 9 de Dezembro**: Autonomia Financeira e Patrimonial das Autarquias.
- Boletim Oficial n.º 48 – Lei n.º 4/97, de 2 de Dezembro**: Organização Administrativa do Território.

Suplemento ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau nº11, de 28 de Abril de 1998: regulamenta o regime jurídico do uso privativo da terra, integrada no domínio público do Estado.

LISTA DE ABREVIATURAS

BGU – Boletim Geral de Ultramar
BM – Banco Mundial
BO – Boletim Oficial
CCR – Comissão Coordenador Regional
CILSS – Comité Inter-Estados de Luta contra Seca no Sahel
FAP – Força Aérea Portuguesa
FMI – Fundo Monetário Internacional
GRUPLAM – Grupo de Urbanismo e Planeamento Municipal
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEC – Instituto Nacional de Estatística e dos Censos
ISF – Índice Sintético de Fecundidade
JIU – Junta de Investigação Ultramarina
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
OGE – Orçamento Geral de Estado
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG's – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAI – Plano Anual de Investimento
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PDDR – Plano Director para Desenvolvimento Rural
PDESG – Plano Desenvolvimento Económico e Social da Guiné
PG - Província da Guiné
PIB Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS – Partido de Renovação Social
SEPCI – Secretaria de Estado de Plano e da Cooperação Internacional
SNV – Serviço Holandês de Cooperação
TAGP – Transporte Aérea da Guiné Portuguesa
TBN – Taxa Bruta de Natalidade
TBR – Taxa Bruta de Reprodução
TLD – Taxa Líquida de Dependência
UE – União Europeia

UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana

UICN – União Internacional para Conservação de Natureza

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Anexos

CV

I – DADOS PESSOAIS

Nome: Saico Baldé

Idade: 43 anos

Naturalidade: Guiné-Bissau

Morada: Rua das Camélias, 7 – 1º E 2745 - 735 Massamá

Email: saicodjibril@yahoo.com.br / s.d.balde@gmail.com

Telefone: 964808944 / 966528356

II – HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

- ◆ **Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional** (1995/96) pela FCSH da UNL – Universidade Nova de Lisboa.
- ◆ Frequência do Curso de **Urban Management and Planning** (28 de Abril – 28 de Julho 1999 no Institute for Housing and urban Development Studies em Rotterdam – Holanda.

III – FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- ◆ **Base em Tecnologia das Comunicações** (Fevereiro 1987 à Fevereiro 1988) ministrado pelo FUNDETEC (Fundo para o Desenvolvimento do Ensino e da Engenharia e da Tecnologia, Electrotécnica, Electrónica e dos Computadores).
- ◆ **Técnico de telecomunicações** durante dois anos (21/03/88 à 20/03/90 na AEP – Automática Eléctrica Portuguesa.
- ◆ **Técnico Auxiliar de Gestão de Frotas** durante dois anos e meio (10/01/90 à 16/10/90) na MULTIFROTAS – Comércio e Gestão de Frotas, Lda.
- ◆ Estágio de 2 meses (Setembro /Outubro de 1996) na **Divisão de Impacte Ambiental da Câmara Municipal de Lisboa.**
- ◆ Estágio de 3 meses (Março/Abril/Maio de 1997) no **Centro de Sistemas de Informação Geográfica da Faculty of Spatial Sciences da Universidade de Gronnigen – Holanda.**
- ◆ Estágio de 3 meses (Setembro/Outubro/Novembro de 1997) no domínio do **Ordenamento do Território, Urbanismo e planeamento Municipal** no GRUPALM

– Grupo de Urbanismo e planeamento Municipal do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa.

- ◆ Colaborador entre Março de 2000 ao Maio de 2002 de **ISESCO – The Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization, junto da Comissão Nacional para UNESCO – Guiné-Bissau.**
- ◆ Colaborador do **INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – Guiné-Bissau.**